



SAÚDE



*Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 31 de maio de 2021*



**SNS** SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE

**ULSCB, EPE**

### Reunião de CA em

**President**

Eng. José Nunes

Vogel Executive - Dir. Clin. Hospital  
Dra. María Eugenia André

Vogal. Exe. Dir. Clin. CSP  
Dr. Júlio Ramos

**Vogal Executiva**  
**Dra. Tania Pedro**

**Vogel Executive**    **Enf. Diretor**  
**Carlos Almeida**    **MSc. PhD**

Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco ♦♦♦ Capital Estatutário: € 16.200.000 ♦♦♦ NIPC 509 309 844  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844


# SUMÁRIO

	Pág.
<b>MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>BREVE APRESENTAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	<b>23</b>
<b>1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ART.º 38.º DO DL N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO</b>	<b>23</b>
<b>2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO</b>	<b>38</b>
<b>3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 60º DA LEI N.º 2/2020, DE 31/03 (LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2020)</b>	<b>38</b>
<b>4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES (RCM N.º 34/2008, DE 22/02, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13/04) E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS "ARREARS" (DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17/05)</b>	<b>39</b>
<b>5. DILIGÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS ÚLTIMAS CONTAS</b>	<b>41</b>
<b>6. REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)</b>	<b>43</b>
<b>7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ART.º 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO</b>	<b>46</b>
<b>8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS (N.º 2 DO ART.º 16.º DO RJSPE E ART.º 11.º DO EGP)</b>	<b>47</b>
<b>9. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS (CONFORME N.º 2 DA RCM N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO)</b>	<b>47</b>
<b>10. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCO E INFRAÇÕES CONEXAS E DO RELATÓRIO ANUAL, TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, DESIGNADAMENTE A RECOMENDAÇÃO DATADA DE 1 DE JULHO DE 2009</b>	<b>48</b>
<b>11. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA APLICADAS EM 2020</b>	<b>49</b>
<b>12. MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)</b>	<b>56</b>
<b>13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS (ART.º 158.º DO DLEO 2019)</b>	<b>57</b>
<b>14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA - CUMPRIMENTO DO N.º 7 DO ART.º 49.º DO DLEO 2019</b>	<b>60</b>

<b>15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOUREARIA DO ESTADO – ART.º 28.º DO DL N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, ART.º 160.º DA LOE 2020 E ART.º 115.º DO DLEO 2019</b>	<b>60</b>
<b>16. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS</b>	<b>61</b>
<b>17. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE CONFORME DETERMINA O ART.º 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO</b>	<b>62</b>
<b>18. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA PREVISTA NO ARTIGO 66.º -B DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS</b>	<b>64</b>
<b>19. INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRA DIVULGADA NA PÁGINA DE INTERNET DA ULSCB, QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS</b>	<b>64</b>
<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	<b>67</b>
<b>ATIVIDADE ASSISTENCIAL EM 2020</b>	<b>68</b>
<b>1 - CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS</b>	<b>68</b>
<b>2- CUIDADOS DE SAÚDE HOSPITALARES</b>	<b>78</b>
<b>RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO</b>	<b>92</b>
<b>1. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>92</b>
<b>2. SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E ENSINO</b>	<b>103</b>
<b>EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS</b>	<b>107</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>	<b>124</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>128</b>
<b>ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>133</b>
<b>MEDIDAS IMPLEMENTADAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID 19</b>	<b>170</b>
<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>173</b>

## PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde  
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde  
ARS – Administração Regional de Saúde  
ARSC – Administração Regional de Saúde do Centro  
BIS – Beira Interior Sul  
CA – Conselho de Administração  
CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas  
DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças  
DL – Decreto-Lei  
DLEO – Decreto-Lei de Execução Orçamental  
EPE – Entidade Pública Empresarial  
FSE – Fornecimentos e Serviços Externos  
GDH – Grupos de Diagnóstico Homogêneos  
HAL – Hospital Amato Lusitano  
INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica  
IP – Instituto Público  
IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas  
LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso  
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica  
MS – Ministério da Saúde  
NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais  
LEO – Lei de Enquadramento Orçamental  
PIS – Pinhal Interior Sul  
PMP – Prazo Médio de Pagamento  
PNV – Plano Nacional de Vacinação  
POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego  
PVE – Parque de Veículos do Estado  
RCM – Resolução de Conselho de Ministros  
RMN – Ressonância Magnética Nuclear  
SAC – Serviço de Atendimento Complementar  
SAP – Serviço de Atendimento Permanente  
SAPE – Sistema de apoio à prática de enfermagem  
SIARS – Sistema de Informação da ARS  
SICA – Sistema de Informação, Contratualização e Acompanhamento  
SICC – Sistema de Informação Centralizado de Contabilidade  
SIFE – Serviço de Investigação, Formação e Ensino  
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia  
SIREF – Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira  
SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública  
SNS – Serviço Nacional de Saúde  
SONHO – Sistema Integrado de Informação Hospitalar  
TMRG – Tempos Máximos de Resposta Garantidos  
UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados  
ULS – Unidade Local de Saúde  
ULSCB – Unidade Local de Saúde de Castelo Branco  
USF – Unidade de Saúde Familiar  
VMER – Viatura Médica de Emergência e Reanimação

A series of handwritten signatures and initials in black ink, arranged vertically on the right margin of the page. The signatures are stylized and appear to be of various individuals.



## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2020, o Conselho de Administração pretendeu consolidar a estratégia traçada desde o início da sua nomeação, com base nos seus planos de investimento, de melhoria de cuidados de saúde e de sustentabilidade financeira.

É no entanto importante salientar que neste ano ocorreram alterações profundas no Órgão de Gestão da Instituição, tendo em conta que, em março, o Presidente do Conselho de Administração cessou definitivamente funções por limite de idade e consequente aposentação e, em junho, a Vogal Executiva também terminou funções na ULSCB, ficando assim o Conselho de Administração reduzido aos restantes três elementos (Diretora Clínica, Enfermeiro Diretor e Vogal Executivo). Desta forma o presente relatório reflete na sua maioria, as diretrizes e decisões dos três membros restantes em exercício na gestão da Instituição (ULSCB) bem como na condução da crise pandémica do Covid 19, que entretanto ocorreu.

De um modo geral, constatou-se a realidade descrita nos relatórios anteriores no que diz respeito à caracterização da população da área de abrangência da ULSCB, com tendência para o aumento do número de pessoas idosas. Esta tendência está no alinhamento na evolução e melhoramento das condições socioeconómicas das populações e dos evidentes progressos da medicina, proporcionando o aumento da esperança de vida, com uma evidente solicitação de mais e melhores serviços de saúde, realidade esta que se verificou na zona geográfica onde a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE (ULSCB) se insere.

Nesse sentido, a ULSCB e os seus profissionais, ao longo dos anos, têm-se adaptado às necessidades da população que abrange, tendo em vista a centralidade do utente e suas famílias. No ano de 2020, o Conselho de Administração, embora em número mais reduzido, alinhou a sua ação para a manutenção da prestação de serviços de saúde à população com qualidade, mas após o início da Pandemia Covid 19 redirecionou a sua visão e ação para a resposta à mesma e a todas as suas implicações. Assim, foi urgente e imprescindível, a tomada de medidas na remodelação de espaços, definição de novos circuitos, a aquisição de novos equipamentos, quer a nível dos cuidados de saúde hospitalares quer a nível dos cuidados de saúde primários, com a criação de múltiplos espaços que permitiram os cuidados no âmbito pandémico e assim, receber e cumprir a missão da ULSCB com ADC e ADR, Testes de diagnóstico SARCoV2, como outras áreas



dedicadas para prevenção e tratamento, incluindo a área de Medicina Intensiva e Diálise, de doentes do foro pandémico.

Por outro lado, 2020 ficou também marcado pela continuação da execução das obras de remodelação e ampliação do Hospital Amato Lusitano, que orçam em 3.821.000€ (investimento destinado à remodelação e ampliação do atual edifício do Hospital Amato Lusitano, que visa alojar uma urgência Pediátrica e, no novo edifício instalar as áreas de ambulatório (consulta externa, hospital de dia central e oncológico, pequena cirurgia, recobro do bloco de ambulatório, Unidade Integrada de Diabetes e Unidade de cuidados paliativos).

Na mesma ótica de melhoria das instalações da ULSCB, iniciámos em 2019 e, continuamos a sua execução em 2020, o projeto de Eficiência Energética no Hospital Amato Lusitano. Este projecto, na âmbito do programa POSEUR, é uma candidatura que contempla sete (7) medidas, sendo que as primeiras seis medidas foram concluídas e a sétima aguarda inicio da execução em 2021.

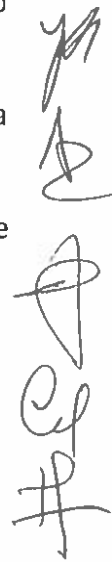
Apostámos na criação de estruturas orgânicas de gestão intermédia, anteriormente iniciadas: Centro de Responsabilidade Integrada (CRI) nas áreas de Medicina Interna e Diálise, Unidade de Hospitalização Domiciliária e Unidades de Saúde Familiares, visando maior e melhor responsabilização dos cuidados prestados aos utentes e melhor eficiência na utilização dos recursos materiais e humanos.

Relativamente à Unidade de Hospitalização Domiciliária, pretendeu-se dentro do CRI Medicina Interna, melhor organização com vista a disponibilizar camas hospitalares, mas também a evitar altas precoces ou mesmo internamentos evitáveis permitindo assim uma melhor performance em termos de demora média. Em 2020, esta unidade foi essencial para tratamento de doentes do foro da Covid 19, permitindo a sua manutenção no domicílio e assim, não comprometer as outras atividades hospitalares.

Por outro lado, e tendo em vista otimizar a capacidade instalada para a realização de MCDT no Hospital, continuámos a apostar nas colheitas e na internalização de exames prescritos nos Cuidados de Saúde Primários (CSP) tendo como objetivo a proximidade de cuidados e o plano de contigência da ULSCB.

Também numa ótica de serviços de saúde de proximidade incrementou-se a utilização da teleconsulta a nível dos Cuidados de Saúde Primários e Hospitalares.

Respeitando ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, este documento inclui informação sobre a missão, a estratégia, a gestão e o desempenho da ULSCB.



O Relatório e Contas 2020 apresenta, assim, o movimento assistencial prestado e a atividade económica e financeira do mesmo ano da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. (ULSCB, EPE), entidade jurídica criada nos termos do Decreto-Lei n.º 318/2009, de 02 de novembro, que integra o Hospital Amato Lusitano (HAL) e os Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) da Beira Interior Sul (BIS) e do Pinhal Interior Sul (PIS).

O objetivo da ULSCB, EPE é colocar o doente no centro do sistema, continuando a apostar na integração dos cuidados de saúde hospitalares e cuidados de saúde primários.

Todos os programas verticais e transversais à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco têm sido cumpridos graças ao profissionalismo e envolvimento dos seus profissionais que, diariamente, se esforçam para manter o cidadão doente no centro do sistema, e com os quais continuaremos a contar.

A escassez de recursos humanos (médicos, enfermeiros e assistentes operacionais) e dificuldade na sua captação, exige dos profissionais um esforço acrescido, de forma a minimizar o seu impacto na prestação de cuidados à população que servimos assim como garantir que esses impactos na prestação da população que servimos, assim como garantir que esses cuidados sejam de excelência. Podemos afirmar que, no ano de 2020, ano diferente, crítico e que exigiu muita resiliência, os nossos profissionais estiveram à altura do desafio solicitado e, foi com orgulhoso que abraçaram a sua missão como um todo, com espírito de sacrifício.

O Conselho de Administração  
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE



## BREVE APRESENTAÇÃO

A Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. (ULSCB) foi criada através do Decreto-Lei (DL) n.º 318/2009, de 02 de novembro, tendo iniciado as suas funções em 01 de janeiro de 2010, detendo o estatuto jurídico de entidade pública empresarial (EPE).

Com a criação da ULS foram integrados os Agrupamentos de Centros de Saúde da Beira Interior Sul (ACES BIS) e do Pinhal Interior Sul (ACES PIS), que incluem as seguintes Unidades: São Miguel, São Tiago, Alcains, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei, que constituem as unidades funcionais de prestação de cuidados.

Para além destas, a ULSCB dispõe ainda de Unidades de Saúde Pública (USP), de Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, onde se encontra incluído o Gabinete de Saúde Oral, Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) e o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP).

No ACES BIS existe também a primeira Unidade de Saúde Familiar (USF Beira Saúde) que se encontra instalada no Centro de Saúde São Miguel.

A criação das ULS significa, assim, a construção de uma via para melhorar a interligação dos cuidados primários de saúde, com os cuidados diferenciados e com outras entidades ligadas à saúde local e regional, tendo como premissa a satisfação das necessidades de saúde da comunidade e a otimização dos recursos que compõem as várias unidades integradas.

Este modelo organizativo implica novas abordagens sobre a saúde e a doença, novos meios de comunicação entre todos os profissionais de saúde, novos métodos de trabalho, reengenharia de processos, com um modelo de governação pautado pela potenciação das oportunidades e das forças locais, reduzindo a ineficiência e melhorando a utilização da capacidade instalada em proveito da comunidade.

Só numa perspetiva de gestão integrada dos cuidados de saúde é possível atender ao todo bio-psico-social dos doentes, tornando-os protagonistas do sistema de saúde e centro de atenção dos profissionais de saúde.

A ULSCB foca-se sobretudo, na integração dos Cuidados Primários e Cuidados Hospitalares.

Respeitando e percebendo que o utente é um ser holístico e que a compreensibilidade e a continuidade de cuidados se justificam plenamente nessa unidade e indivisibilidade.



## CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E VIAS DE COMUNICAÇÃO

A sede da ULSCB está inserida na NUTS II - Região Centro. Os Agrupamentos de Centros de Saúde da Beira Interior Sul (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão) e Pinhal Interior Sul (Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei) pertencem, por sua vez, à NUTS III.



No conjunto, as duas NUTS estendem-se por uma área geográfica de 5.253 Km<sup>2</sup>, compreendem 8 concelhos, divididos administrativamente em 72 freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 janeiro). Dos 8 concelhos, 2 são diretamente servidos pela autoestrada da Beira Interior (A23) – Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, 2 são servidos pelo Itinerário Complementar 8 – Proença-a-Nova e Sertã, enquanto os outros são servidos por estradas nacionais.

Distâncias das sedes dos concelhos a Castelo Branco

Sede Concelho	Vias de comunicação	Distância	Tempo
Penamacor	N233	52 Km	00h48m
Idanha-a-Nova	N353, N233	35 Km	00h35m
Vila Velha de Ródão	N241, A23	33 Km	00h25m
Oleiros	A23, IC8, N351	75 Km	01h01m
Sertã	IC8, A23	68 Km	00h46m
Proença-a-Nova	IC8, A23	51 Km	00h35m
Vila de Rei	A23, IC8	87,2 Km	01h05m

Fonte: Google maps

Vila de Rei e Oleiros são os concelhos mais distantes de Castelo Branco, cujo tempo/distância ultrapassa uma hora. São por isso, os concelhos mais periféricos no contexto da ULS. Em termos relativos, Oleiros é de todos o mais periférico e interior, dado o tempo necessário para percorrer menor distância relativamente a outros concelhos.

*Handwritten signatures and initials on the right margin.*

A ligação aos concelhos vizinhos é efetuada pelo IC8 e IC6 e também por estradas regionais e a nacional 233.

Com a conclusão do IC8, a ligação a Coimbra – onde se encontram os Hospitais de referência do Hospital Amato Lusitano – permitiu um ganho significativo de tempo para percorrer os 155 km de distância.

## POPULAÇÃO

Segundo resultados do último Recenseamento Geral da População, em 2011, residem na área de influência da ULSCB 108.395 habitantes, distribuídos da seguinte forma: na Beira Interior Sul 75.028 habitantes e no Pinhal Interior Sul 33.367.

Este número revela uma diminuição da população residente de 5,5 % face ao Recenseamento de 2001. Este decréscimo confirma a trajetória demográfica negativa que tem caracterizado as regiões do interior do País desde a década de cinquenta.

Em termos globais, a população residente nas NUTS que compreendem a ULSCB é extremamente envelhecida. De facto, o Distrito de Castelo Branco é dos mais envelhecidos do país e aquele que tem menores taxas de natalidade e fecundidade. Esta realidade traduz-se numa pirâmide etária invertida, com uma população bastante dependente e consumidora de recursos de saúde.

Em todos os Concelhos regista-se um envelhecimento na base (resultante da elevada proporção de idosos) e no topo (resultante da diminuição em termos percentuais e absolutos dos estratos populacionais mais jovens) das pirâmides etárias, o que condiciona fortemente o rejuvenescimento populacional e as atividades económicas, uma vez que a maioria da população já ultrapassou a idade ativa.

O processo de envelhecimento pode ser descrito numa dupla dimensão, que se traduz num forte agravamento da relação idosos / jovens, a qual passou de 236 idosos para 283 idosos por cada 100 jovens, sendo que em 2018 o grupo etário dos maiores de 65 anos representa 30 %. O elevado número de habitantes com 65 e mais anos reflete-se no número de pensionistas por 100 habitantes (29,5%) que é superior à média do país (24.2 %).

A baixa taxa de natalidade aliada ao aumento da esperança de vida contribuem para um aumento do envelhecimento da população, e, consequentemente dos problemas de saúde que lhe estão associados.



O Quadro seguinte salienta a distribuição da população por concelho e grupo etário, tendo por referência os dados de 2017, publicados no Anuário Estatístico da Região Centro:

### População Residente e Índices Demográficos nos concelhos da área da ULSCB

Concelhos	Total	0-14	15-64	65+	Índice de envelhecimento	Índice de dependência idosos	Índice de longevidade
Castelo Branco	52.192	6.379	32.402	13.411	210,2	41,4	51,8
Idanha-a-Nova	8.157	762	4.111	3.284	431,0	79,9	68,6
Penamacor	4.831	307	2.615	1.909	621,8	73,0	73,8
Vila Velha de Ródão	3.167	192	1.750	1.225	638,0	70,0	63,7
<b>Total Beira Interior Sul</b>	<b>68.347</b>	<b>7.640</b>	<b>40.878</b>	<b>19.829</b>	<b>259,5</b>	<b>48,5</b>	<b>64,5</b>
Oleiros	5.045	288	2.786	1.971	684,4	70,7	63,6
Proença-a-Nova	7.390	628	4.377	2.385	379,8	54,5	58,7
Sertão	14.682	1.594	8.825	4.263	267,4	48,3	61,2
Vila de Rei	3.321	238	2.038	1.045	439,1	42,0	57,0
<b>Total Pinhal Interior Sul</b>	<b>30.438</b>	<b>2.748</b>	<b>18.026</b>	<b>9.664</b>	<b>351,7</b>	<b>53,6</b>	<b>60,1</b>
<b>Total ULS</b>	<b>98.785</b>	<b>10.388</b>	<b>58.904</b>	<b>29.493</b>	<b>283,9</b>	<b>50,1</b>	<b>62,3</b>

Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Estimativas provisórias da População Residente, 2018

## RECURSOS DE SAÚDE

### Cuidados de Saúde Primários

No âmbito da reforma dos Cuidados de Saúde Primários, o Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, criou os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do Serviço Nacional de Saúde e estabeleceu o seu regime de organização e funcionamento.

Os ACES têm como objetivo aumentar a autonomia organizativa e colocar a gestão mais próxima do cidadão. Pretende-se que esta organização da prestação de cuidados de saúde primários, permita uma gestão rigorosa, equilibrada, baseada nas necessidades de saúde da população e acima de tudo a melhoria no acesso aos cuidados de saúde e à possibilidade de se alcançar maiores ganhos em saúde.

Em 2010, com a criação da ULSCB, efetuou-se a integração dos Agrupamentos de Centros de Saúde Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul e do Hospital Amato Lusitano. O Agrupamento de Centros de Saúde da Beira Interior Sul inclui os Centros de Saúde de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, abrangendo uma população de 68.347 habitantes; por sua vez, o Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Sul inclui os Centros de Saúde de

Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei, abrangendo a população de 30.438 habitantes (Estimativas provisórias da População Residente, 2018).



### Dados de estrutura dos Cuidados de Saúde Primários 2020

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco	
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)	10
Unidade de Saúde Familiar (USF)	1
Unidade Cuidados Continuados (UCC)	4
Serviço de Atendimento complementar (SAC)	4
Serviço de Atendimento Permanente (SAP - 24 horas)	1

### Cobertura Populacional dos Centros de Saúde

UTENTES ULSCB	2020
Utentes Inscritos	104.564
Utentes Freqüentadores	99.016
N.º Utentes Inscritos Esporádicos	56.862
N.º Utentes Inscritos Unidades Ponderadas	149.067
N.º Utentes Inscritos sem Médico de Família	8.432

*Assinatura*

Nº Utentes Inscritos													
Unidade Funcional	Menos de 18 anos		Dos 19 aos 44 anos		Dos 45 aos 64 anos		Dos 65 aos 74 anos		Dos 75 aos 79 anos		Mais de 80 Anos		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
UCSP Alcains	668	561	1.272	1.230	1.467	1.542	827	898	328	420	508	906	10.627
UCSP São Miguel	1.206	1.229	2.170	2.353	1.821	2.088	786	859	297	349	386	718	14.262
UCSP São Tiago Saúde	1.602	1.615	3.241	3.382	3.003	3.584	1.457	1.646	520	637	844	1.463	22.994
USF Beira Saúde	824	769	1.463	1.543	1.221	1.327	445	500	183	242	208	342	9.067
UCSP Idanha-a-Nova	550	487	1.068	1.033	1.086	1.036	580	614	242	363	582	1.005	8.646
UCSP Penamacor	269	208	572	515	716	624	335	350	156	212	368	583	4.908
UCSP Vila Verde de Raia	187	163	316	356	370	371	228	245	89	117	209	349	3.000
UCSP Oleiros	204	184	527	485	621	577	338	391	154	209	292	508	4.490
UCSP Proença-a-Nova	459	449	1.141	1.048	1.182	1.136	641	614	221	310	399	766	8.366
UCSP Sertão	1.055	1.015	2.137	2.058	2.171	2.160	963	948	358	472	563	1.095	14.995
UCSP Vila de Rei	208	194	391	402	391	393	210	224	71	112	207	406	3.209
Total	7.232	6.874	14.298	14.405	14.049	14.838	6.810	7.289	2.619	3.443	4.566	8.141	104.564

Fonte: SIARS, Dezembro 2020

Ao nível dos Cuidados de Saúde Primários, a garantia da prestação de cuidados de saúde incide sobre as vertentes da promoção, prevenção e tratamento da doença. As atividades assistenciais são desenvolvidas nas 10 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e na Unidade de Saúde Familiar Beira Saúde. No Centro de Saúde da Sertão funciona um SAP 24/24 horas. Nos Centros de Saúde de Idanha-a-Nova, Penamacor, Oleiros, Proença-a-Nova, funciona um Serviço de Atendimento Complementar.

As Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Sertão e Vila de Rei, têm por missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde. Têm como objetivo prestar cuidados de saúde, bem como apoio social e psicológico de âmbito domiciliário e comunitário. Além disso, desempenham um papel importante na educação para a saúde. A sua missão centra-se na "... prestação de cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua, ainda, na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção", despacho n.º 10143/2009, de 16 de abril, que aprovou o Regulamento da Organização e do Funcionamento da Unidade de Cuidados na Comunidade.

Desenvolveu-se, também, a rede distrital de cuidados continuados que envolve a sociedade civil através das capacidades institucionais instaladas.

A ULSCB tem privilegiado os Protocolos de Cooperação como instrumentos de envolvimento das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais para que seja possível o normal funcionamento dos serviços de saúde, através da cedência de instalações e/ou alguns recursos humanos.

Por outro lado, a ULSCB tem prestado a necessária atenção à celebração de protocolos de cooperação com as instituições de ensino superior, através da concessão de períodos de docência a médicos de Medicina Geral e Familiar e da carreira hospitalar, nomeadamente na Universidade da Beira Interior e no Instituto Politécnico de Castelo Branco.

### **Cuidados Hospitalares**

No que respeita aos cuidados de saúde hospitalares, a área de influência da ULSCB dispõe de um único hospital: Hospital Amato Lusitano em Castelo Branco.

#### **Hospital Amato Lusitano**

Projetado na década de sessenta para novo Hospital da Misericórdia, o Hospital Amato Lusitano viu iniciada a sua construção em 1968, concluída em 1975, como Hospital Distrital e com quadro orgânico de pessoal publicado em janeiro de 1977.



Handwritten signatures and initials on the right margin, including what appears to be 'JL', 'N', a stylized signature, and 'Cel'.



Localizado no sopé da encosta do castelo na cidade de Castelo Branco, em terreno de formato trapezoidal com 6 metros de desnível norte-sul, o seu tipo de construção é monoblocular, de 8 pisos, constituídos por três blocos interligados. Como anexos tem a Casa Mortuária e Serviço de Anatomia Patológica, os Serviços de Instalações e Equipamentos, os Serviços Farmacêuticos e, desde 1993, o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental.

O Hospital Amato Lusitano (HAL) foi inaugurado no dia 1 de maio de 1977, classificado no nível III de diferenciação na Carta Hospitalar, é um serviço de interesse público, instituído, organizado e administrado com o objetivo de prestar à população assistência médica de cuidados diferenciados.

Para algumas áreas clínicas e técnicas a população abrangida alarga-se aos habitantes de todo o distrito e a algumas áreas de distritos limítrofes. Ainda em algumas especialidades, presta serviços de diagnóstico e cuidados diferenciados a doentes referenciados de outras unidades hospitalares da Região Centro e Alentejo, como é o caso das Técnicas de Gastreenterologia, Litotricia Extracorporeal e Endourológica, Hemodiálise e Pacemaker, assim como na área das doenças auto-imunes.

### Áreas de Produção

O HAL presta cuidados de saúde em todas as valências básicas, intermédias e à maioria das valências diferenciadas. Distribuem-se pelas várias áreas de produção: Internamento, Consulta Externa, Urgência, Hospital de Dia, Blocos Operatórios e UCIP. Dispõe de uma Urgência Médico-Cirúrgica no âmbito da Rede de Urgência/Emergência.

Especialidades	Lotação Praticada		Δ
	2019	2020	
ESPECIALIDADES MÉDICAS			
Cardiologia	11	10	-1
Gastreenterologia	10	10	0
Medicina Interna	52	52	0
Nefrologia	9	9	0
Neurologia	0	1	1
Neonatologia	3	3	0
Pediatria	7	7	0
Pneumologia	5	5	0
Psiquiatria	15	12	-3

Dermatologia	1	0	-1
Infecção (Covid)	0	18	18
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>127</b>	<b>14</b>

CUIDADOS PALIATIVOS E HOSPITALIZAÇÃO DOMICILIÁRIA			
Medicina Paliativa	2	2	0
Hospitalização Domiciliária	8	8	0
UCI (UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS, UNIDADE DE CUIDADOS INTERMÉDIOS)			
Unidade Cuid. Int. Polivalente	8	8	0
Unidade Cuid. Int. Polivalente (Covid)	0	8	8
SDAV (Cuidados Intermédios)	3	0	-3
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>5</b>

ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS			
Cirurgia Geral	42	33	-9
Oftalmologia	1	1	0
Ginecologia	3	3	0
Obstetrícia	8	8	0
Otorrinolaringologia	2	2	0
Ortopedia	29	27	-2
Urologia	11	11	0
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>85</b>	<b>-11</b>

<b>TOTAL ESPECIALIDADES MÉDICAS</b>	<b>115</b>	<b>129</b>	<b>14</b>
<b>TOTAL ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS</b>	<b>96</b>	<b>85</b>	<b>-11</b>
<b>TOTAL UCI, CUID. INTERMÉDIOS</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>5</b>
<b>TOTAL HOSPITAL</b>	<b>222</b>	<b>230</b>	<b>8</b>

Nota: A Lotação Praticada da Hospitalização domiciliária não é contabilizada no total de camas do Hospital, a Medicina Paliativa foi incluída nas especialidades médicas

Fonte: SONHO, 2020

O Hospital Amato Lusitano apresentou uma lotação em 2020 de 230 camas distribuídas pelas principais especialidades.

Durante o ano de 2020, para fazer face à pandemia de Covid-19 foi necessário reestruturar os serviços de internamento, tendo sido criados o serviço de infecciologia (18 camas) e a Unidade Cuidados Intensivos Polivalente Covid (8 camas). Porém, durante as diferentes fases do combate à Covid-19, a gestão da lotação praticada implicou o acréscimo de camas disponíveis, tendo esses serviços registado uma afectação de mais de 50 camas para combate a esta doença.

Quanto aos meios complementares de diagnóstico, o HAL encontra-se bem equipado, salientando-se a Unidade de Técnicas de Gastrenterologia, referência nacional na formação pós-graduada de médicos da especialidade. Existem, no entanto, áreas clínicas mais diferenciadas e para as quais temos de recorrer a unidades de saúde externas, quer do SNS, quer do setor

Handwritten signatures and initials on the right margin.



convencionado e do setor privado. De entre os Meios Complementares de Diagnóstico inexistentes e para os quais se recorre ao exterior destacam-se: RMN, Angiografia e Medicina Nuclear. O HAL mantém protocolos, acordos e contratos com algumas unidades de saúde públicas e privadas para a realização de MCDT.

### Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica realizados no HAL

Área	Tipo de Exames
<b>RADIOLOGIA</b>	Angiografias por TAC
	Ecografias
	Estudos por Doppler
	Osteodensitrometria
	Radiologia de Intervenção
	Radiologia Convencional
	TAC
	Outros
<b>ANÁLISES CLÍNICAS</b>	Bioquímicas
	Hematológicas
	Imunológicas
	Microbiológicas
	Outras
<b>ANATOMIA PATOLÓGICA</b>	Autópsias (Análises)
	Citológicos
	Histológicos
	Outros
<b>CARDIOLOGIA</b>	Electrocardiologia/Ecocardiografia
	Registo Holter até 24 Horas, Análise Interativa do Perfil Rítmico e do Segmento
	Outras
<b>DERMATOLOGIA</b>	Pequenas cirurgias em Consulta Externa
	Outros
<b>GASTROENTEROLOGIA</b>	CPRE
	Endoscopias Altas/Baixas, Ultrasonografia Transendoscópica
	Ecografia Abdominal (Baixa e Alta)
<b>GINECOLOGIA</b>	Exames Endoscópicos, Atos Cirúrgicos
	Outros
<b>IMUNO-HEMOTERAPIA</b>	Análises, Unidades Transfundidas
	Outros
<b>MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO</b>	Técnicas Diagnósticas/Terapêuticas
	Terapia da fala
	Outras
<b>NEUROLOGIA</b>	EMG
	Outros
<b>OBSTETRÍCIA</b>	Cardiotocografias, Ecografias
	Outros

Área	Tipo de Exames
<b>OFTALMOLOGIA</b>	Laser e Retinopatia
	Outros
<b>OTORRINOLARINGOLOGIA</b>	Audiometria
	Outras
<b>PNEUMOLOGIA</b>	Endoscopias, Estudos do Sono
	Técnicas especiais de diagnóstico e tratamento
<b>PSIQUIATRIA</b>	Procedimentos Psiquiátricos Diagnósticos/Terapêuticos
	Outros
<b>REUMATOLOGIA</b>	Viscossuplementação, Aspiração de Bolsas Sinoviais
	Outros
<b>UROLOGIA</b>	Urodinâmica, Litotricia
	Outros
<b>ANESTESIOLOGIA</b>	Anestesiologia
	Terapia da Dor Crônica
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	Avaliação Global do Desenvolvimento
	Outros
<b>ESTOMATOLOGIA</b>	Cirurgia Oral
	Outras
<b>IMUNOALERGOLOGIA</b>	Provas de sensibilidade cutânea, Imunoterapia
	Outras
<b>MEDICINA DA REPRODUÇÃO</b>	Consultas de Apoio à Fertilidade, Indução Ovária
<b>NEFROLOGIA</b>	Hemodiálise Convencional
	Diálise Peritoneal
	Outras
<b>ONCOLOGIA MÉDICA</b>	Administração de Quimioterapia Citotóxica e terapêutica Biológica
	Aplicação de cateteres
	Outros
<b>ORTOPEDIA</b>	Redução de fraturas e luxações
	Outras
<b>SERVIÇOS TÉCNICAS GERAIS</b>	Pequenas Cirurgias na urgência
	Outras

As Unidades de Tratamento proporcionam cuidados de saúde mais diferenciados e especializados. Correspondem a níveis de responsabilidade distintos e privilegiam a atividade ambulatorial, embora com recurso a serviços de internamento, muitas delas funcionando em regime de Hospital de Dia (Hemodiálise, Quimioterapia, Diabetologia).

Unidades/Serviço Especializadas Tratamento	
Bloco Operatório Central	Unidade Técnicas Oftalmologia
Bloco Operatório Ambulatorial	Unidade Pacing
Hospital Dia Quimioterapia	Unidade Litotricia Extracorporal

Hospital Dia Hemodiálise	Unidade AVC - internamento
Hospital de Dia Diabetologia	Unidade Diálise Convencional e Peritoneal
Unidade Técnicas Gastrenterologia	Medicina Física e Reabilitação
Unidade Técnicas Cardiologia	Centro de Desenvolvimento da criança e adolescência
Hospital de Dia Central	

### Redes de Referência

Para algumas áreas mais diferenciadas, o HAL é referência para todo o Distrito de Castelo Branco, como é o caso da Unidade de Pacemaker. Para a Hemodiálise, a área de influência do HAL estende-se ao Distrito da Guarda e Portalegre, por deter o único centro público de hemodiálise em toda a área geográfica de confluência dos três Distritos. Pelo seu nível de excelência, a Unidade de Técnicas de Gastrenterologia presta cuidados a doentes provenientes de outras regiões, como seja o Médio Tejo. Quanto à Unidade de Litotricia, presta cuidados a doentes de todo o Distrito de Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Santarém.

O Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, hospital de referência, cede, em regime de Protocolo, médicos especialistas em Imagiologia/Neuroradiologia, tendo em conta as carências de recursos humanos nesta área, promovendo-se assim a mais eficiente utilização dos recursos do SNS, antes de recorrer ao setor privado.

Pretende-se estender o âmbito destes Protocolos, no sentido da utilização racional e eficiente dos recursos do SNS.

Assim, de acordo com as Redes de Referência Hospitalar estabelecidas pela Direção-Geral da Saúde, são as seguintes as referências do HAL:

### Valências com Referência

Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra	
Cirurgia Cardiorácica	Cardiologia Intervenção
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	Cuidados Coronários
Cirurgia Maxilofacial	Infeciologia
Cirurgia Vascular	-
Unidade de Queimados	-
Neurocirurgia	-

## Infraestruturas

Dada a idade de construção do Hospital Amato Lusitano (com cerca de 40 anos) foram realizadas obras de beneficiação e melhoramentos em diversos serviços dos quais destacamos o Serviço de Psiquitria e Saúde Mental (SPSM) e da Diálise (circuito dedicado de abastecimento de água da rede pública para a central de águas).

No interior do HAL foram realizadas várias reparações de paredes e tetos, WCs, pinturas, sinalética, e ainda de sistemas de aquecimento e arrefecimento do edifício, indo ao encontro da manutenção das condições de conforto ambiental interno, no cumprimento das normas da ACSS. Ainda efetuamos diversas alterações/adaptações de espaços e circuitos, com instalação de acessórios para evitar o contágio do Covid-19 entre os colaboradores e utentes em toda a ULSCB.

Continuamos a construção das obras de Remodelação e Ampliação do Hospital Amato Lusitano (HAL), para os serviços de Ambulatório e Urgência Pediátrica.

Demos continuidade à execução do projeto de especialidades da Ampliação do Bloco Operatório do HAL e iniciámos o projeto de Arquitetura e especialidades das novas instalações de Medicina Intensiva- UCIP.

De igual modo continuamos a execução dos trabalhos subjacentes à candidatura do POSEUR “Eficiência Energética no Hospital Amato Lusitano”<sup>1</sup> que tem como objetivo principal o incremento da eficiência energética do Hospital. Esta candidatura é composta por 7 medidas, nomeadamente, MM1 – Substituição de Lâmpadas atuais e/ou instalação de LED’s para iluminação; MM2 – AVAC – Recuperação de calor; MM3 – Instalação de sistema solar térmico coletivo totalmente centralizado; MM4 – Instalação de sistema solar fotovoltaico autónomo sem apoio; MM5 – Retrofit de FanCoils; MM6 – Recuperação de calor nas UTA’s e MM7 – Caixilharia com vidro duplo, das quais se encontram todas concluídas, com exceção da última referente à caixilharia com vidros duplos.

---

<sup>1</sup> Iniciado ainda em 2017, cuja candidatura foi aprovada em 30 de outubro de 2017, e que é cofinanciado pelo POSEUR em 95%, a título de apoio reembolsável a 19 anos pelo beneficiário, terá a sua conclusão em 2021.

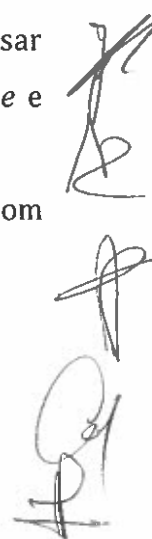


Também foi terminada a obra de remodelação do sistema de AQS do Hospital Amato Lusitano, ao abrigo de um protocolo de cooperação com a EDP Solidária. Neste projeto foram adquiridos 3 depósitos de água para substituição dos existentes que se encontravam já bastante danificados.

No âmbito das TIC, deu-se continuidade à execução do projeto de modernização do nosso *datacenter* ao abrigo da candidatura SAMA n.º 35431. Ao longo do ano, foram concluídos os seguintes trabalhos: atualização dos controladores de domínio da ULSCB, que permite uma uniformização e gestão centralizada de todos os utilizadores e equipamentos da ULSCB a partir do Serviço de Informática, para a qual foi necessário proceder a alterações profundas na *Active Directory* existente, a implementação do SCCM (*Microsoft System Center Configuration Manager*); implementação do módulo para aplicação da diretiva dos medicamentos falsificados no software da Glintt para a área da Farmácia; virtualização dos servidores do SINUS e SONHO; continuação do desenvolvimento de plataforma de integração AIDA, integrando novos processos relativos a pedidos de exames e visualização de resultados em toda a ULSCB, que acompanha o movimento de internalização de realização de exames no HAL (Análises Clínicas, Radiologia, Cardiologia, MFR, Nefrologia), nomeadamente, pedidos de análises nos centros de saúde diretamente para o Serviço de patologia Clínica do HAL; realização de espirometrias e mapas no centro de saúde da Sertã com o envio dos relatórios diretamente para o AIDA; melhoramento do AIDABI permitindo o acompanhamento de urgência e envio de dados para a tutela; ligação do software de análises clínicas Clinidata com a PDS; integração das notícias de nascimento nos CSP; configuração do sistema Nefrus no serviço de Nefrologia; aquisição de 100 computadores para o processo de renovação de postos de trabalho, de forma a substituir os computadores mais antigos e obsoletos; renovação dos equipamentos ativos de rede (switchs) que permitem o aumento da velocidade de ligação aos vários sistemas da ULSCB bem como aos sistemas centrais do Ministério da Saúde, bem como implementação de novas funcionalidades de segurança por forma a garantir uma melhor segurança na comunicação da informação.

Continuamos os trabalhos de modernização do sistema de informação de forma a deixar de usar papel e colocar na ULSCB numa rede única, com pedidos de exames e referências *on-line* e *feedback* dos resultados igualmente via informática.

Continuamos ainda a incrementar a teleconsulta, para evitar que os doentes se desloquem com frequência ao hospital.






Quanto aos investimentos, equipámos o serviço de ORL com equipamento de microcirurgia do ouvido e nariz, evitando a referência para outros hospitais. Dotámos igualmente outros serviços com equipamentos, nomeadamente:

- Ortopedia com equipamento de cirurgia de ombro;
- Pneumologia com equipamento de videobroncofibroscópio;
- Anestesiologia com equipamento de videolaringoscópio para intubação difícil;
- Radiologia com RX portátil.

Todos os centros de saúde foram munidos de desfibrilhadores de fácil operacionalidade (DAE). Continuamos a investir em software: SClinic e AIDA para ter o acesso universal dentro da ULSCB, às informações e dados clínicos de cada doente.

Para o Laboratório de Patologia Clínica e com vista à realização de análises do SARS-CoV-2 adquirimos os seguintes equipamentos: um Robot de pipetagem para preparação rápida e automática de placas de PCR, na fase de deteção; um Extrator de ácidos nucleicos automatizado; um Instrumento adicional para deteção de reações RT-qPCR; uma Arca de ultracongelamento (-80°C) para armazenamento de amostras positivas; uma Câmara de segurança biológica de nível 2, com fluxo laminar e descontaminação com UV, para a extração manual de ácidos nucleicos; duas Centrífugas de microtubos adicionais para extração manual de ácidos nucleicos; pipetas e bancadas e armários.





## CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Este capítulo visa dar resposta ao solicitado pela DGTF nas instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2020 (SAI\_DGTF/2021/173-DSPE de 12/01/2021) dirigido às entidades públicas empresariais do setor não saúde, em virtude de não terem saído instruções para este setor.

A ULSCB tem desenvolvido todos os esforços necessários conducentes ao cumprimento das medidas ou diretrizes definidas pelo Governo tendo em vista o equilíbrio económico e financeiro para o setor empresarial do Estado (DL n.º 133/2013, de 3 de outubro).

A ULSCB procede à apresentação regular e periódica de toda a informação necessária à avaliação dos níveis de desempenho nas vertentes assistenciais e económica e financeira, nomeadamente ao Tribunal de Contas, à DGTF e à ACSS.

É enviada periodicamente, à Administração Central do Sistema de Saúde e Administração Regional de Saúde do Centro, informação sobre o desenvolvimento da atividade realizada, bem como o modo como esta tem vindo a satisfazer as necessidades em saúde das populações servidas pela Instituição.

### 1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ART.º 38.º DO DL N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Os membros do Conselho de Administração da ULSCB pautam a sua atuação e tomam as suas decisões tendo em conta as orientações gerais e específicas emanadas pela Tutela.

Os objetivos de gestão para o presente ano são os que constam do Acordo Modificativo ao Contrato-Programa - 2020, que prorroga para 2020 o Contrato-Programa para a definição de objetivos do plano de atividades da ULS que foi estabelecido para o triénio 2017-2019, estando a análise ao seu cumprimento evidenciada no Relatório de Governo Societário de 2020 no ponto “Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros”.

O processo de planeamento da atividade da ULSCB assenta na preparação e negociação anual do Plano de Atividades e Orçamento, que se consubstancia no Contrato-Programa celebrado anualmente com a Tutela, e no qual são assumidos objetivos relativamente à atividade assistencial, orçamento económico, plano de investimentos e níveis de recursos humanos, bem

como os objetivos de qualidade e eficiência/económica e financeira. São realizadas periodicamente reuniões com a Tutela e procede-se ao envio de informação mensal/trimestral, traduzindo os graus de execução.

Em meados de julho de 2020, foi necessário adequar as previsões anuais, feitas anteriormente, incluindo-se os impactos da resposta assistencial à COVID-19 e promover igualmente a resposta aos doentes urgentes.

O quadro seguinte permite-nos visualizar os objetivos globais contratualizados em sede do Contrato-Programa (SNS) para o ano de 2020, bem como o grau de cumprimento dos mesmos:

### Objetivos Globais Contratualizados (SNS)

	Contrat.	Executado 2020	Variação	Taxa de Execução
<b>Consultas Externas</b>				
<b>N.º Total Consultas Médicas</b>	<b>73 855</b>	<b>73 828</b>	<b>-0,04%</b>	<b>99,96%</b>
<b>Primeiras Consultas</b>	<b>24 752</b>	<b>26 254</b>	<b>6,07%</b>	<b>106,07%</b>
Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	6 820	7 309	7,17%	107,17%
Primeiras Consultas Telemedicina	147	135	-8,16%	91,84%
Primeiras Consultas Descentralizadas	98	118	20,41%	120,41%
Primeiras Consultas de Cuidados Paliativos	49	153	212,24%	312,24%
Primeiras Consultas (sem majoração de preço)	17 638	18 539	5,11%	105,11%
<b>Consultas Subsequentes</b>	<b>49 103</b>	<b>47 574</b>	<b>-3,11%</b>	<b>96,89%</b>
Consultas Subsequentes Telemedicina	98	101	3,06%	103,06%
Consultas Subsequentes Descentralizadas	355	105	-70,42%	29,58%
Consultas Subsequentes de Cuidados Paliativos	88	358	306,82%	406,82%
Consultas Subsequentes (sem majoração de preço)	48 562	47 010	-3,20%	96,80%
<b>Internamento</b>				
	Contrat.	Executado 2020	Variação	Taxa de Execução
<b>Total de GDH</b>	<b>6 651</b>	<b>6 747</b>	<b>1,44%</b>	<b>101,44%</b>
GDH Médicos	4 702	4 649	-1,13%	98,87%
<b>Total de GDH Cirúrgicos</b>	<b>1 949</b>	<b>2 098</b>	<b>7,64%</b>	<b>107,64%</b>
GDH Cirúrgicos Programados	1 098	1 283	16,85%	116,85%
GDH Cirúrgicos Urgentes	851	815	-4,23%	104,42%
<b>Ordens Religiosas</b>				
	Contrat.	Executado 2020	Variação	Taxa de Execução
Dias de Internamento	4380	4 327	-1,21%	98,79%
<b>Urgência</b>				
	Contrat.	Executado 2020	Variação	Taxa de Execução
N.º de Atendimentos (sem Internamento)	48 697	40 572	-16,68%	120,03%

Sessões em Hospital de Dia	Contrat.	Executado 2020	Variação	Taxa de Execução
<b>Total Hospital de Dia</b>	<b>7 996</b>	<b>7 235</b>	<b>-9,52%</b>	<b>90,48%</b>
Psiquiatria (Adultos)	2 515	1 709	-32,05%	67,95%
Imuno-Hemoterapia	197	156	-20,81%	79,19%
Base (Pediatria+Pneumologia+Oncologia+outros)	5 284	5 370	1,63%	101,63%
Serviços Domiciliários	Contrat.	Executado 2020	Variação	Taxa de Execução
Total de Visitas Domiciliárias	196	381	94,39%	194,39%
Hospitalização Domiciliária	145	168	15,86%	115,86%
GDH Ambulatório	Contrat.	Executado 2020	Variação	Taxa de Execução
GDH Médicos	1 344	1 507	12,13%	112,13%
GDH Cirúrgicos	1 276	1 451	13,71%	113,71%
<b>Doentes em Tratamento de Diálise Peritoneal</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Rastreio Cancro do Colon e Reto</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Doentes Tratados Hepatite C</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>-42,86%</b>	<b>57,14%</b>
<b>Consultas de Apoio Fertilidade</b>	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>-79,41%</b>	<b>20,59%</b>

Fonte: SICA Relatório de Produção dezembro 2020

Foram definidos pela Tutela objetivos de qualidade e eficiência, de âmbito nacional, e regional e respetivas metas, consagrado no Índice de Desempenho Global (IDG).

Devido à fase pandémica que atravessamos, aliado à necessidade de alocar recursos médicos, enfermagem, assistentes técnicos e assistentes operacionais e outros, não foi possível aferir o real cumprimento dos objetivos, uma vez que em grande maioria respeitam a GDH Codificados, que apresentam atrasos em virtude da grande pressão sobre as unidades de saúde, ao nível assistencial. No entanto, apresenta-se uma previsão da execução tendo por base a estimativa realizada, com base nos valores que a ULS dispõe atualmente.

Assim será expetável uma ausência de penalização no ano de 2020, em função dos dados no quadro seguinte.

*[Handwritten signatures and initials]*

Objectivos	CP 2020				CP 2020	
	Peso Relat. Indicador (%)	Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho
<b>Acesso</b>	<b>21,0%</b>					<b>19,6%</b>
A.1 - Percentagem de utentes em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	3,6%	70,0%	70,0%	100,0%	100,0%	3,6%
A.2 - Percentagem de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)	3,6%	90,0%	71,8%	79,8%	79,8%	2,9%
A.3 - Percentagem de utentes em Lista de Inscrição para Cirurgia (LIC), dentro do TMRG	3,6%	91,0%	91,0%	100,0%	100,0%	3,6%
A.4 - Percentagem de doentes operados dentro dos TMRG	3,6%	91,5%	84,2%	92,0%	92,0%	3,3%
A.5 - Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	3,6%	81,5%	85,7%	105,1%	105,1%	3,8%
A.6 - Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA em tempo adequado (até 2 dias úteis) no total de doentes referenciados para a RNCCI	3,0%	71,0%	56,9%	80,1%	80,1%	2,4%
<b>Desempenho Assistencial</b>	<b>9,0%</b>					<b>9,2%</b>
B.1 - Percentagem de reinternamentos em 30 dias na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	1,5%	3,50%	2,37%	132,3%	120,0%	1,8%
B.2 - Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	1,5%	5,00%	5,15%	103,0%	103,0%	1,6%
B.3 - Percentagem de cirurgias da anca efectuadas nas primeiras 48h	1,5%	69,50%	72,91%	104,9%	104,9%	1,6%
B.4 - Índice de Mortalidade ajustada	1,5%	1,00	1,04	96,0%	96,0%	1,4%
B.5 - Índice de Demora Média ajustada	1,5%	1,00	1,029	97,2%	97,2%	1,5%
B.6 - Demora Média antes da cirurgia	1,5%	0,62	0,67	91,9%	91,9%	1,4%
<b>Desempenho económico-financeiro</b>	<b>10,0%</b>					<b>8,6%</b>
C.1 - Gastos operacionais por residente, ajustados pela utilização	2,5%	749,0 €	767,9 €	97,5%	97,5%	2,4%
C.2 - Doente padrão por médico ETC	2,5%	62,0	57,7	93,1%	93,1%	2,3%
C.3 - Doente padrão por enfermeiro ETC	2,5%	35,0	22,4	64,0%	64,0%	1,6%
C.4 - Percentagem dos gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços externos (seleccionados) no total de gastos com pessoal	2,5%	20,2%	22,9%	88,1%	88,1%	2,2%
<b>D. Resultados em internamentos, consultas hospitalares e urgências evitáveis</b>	<b>20,0%</b>					<b>21,7%</b>
D.1 Taxa de internamento por complicações agudas da diabetes	2,0%	6,2	2,2	164,40%	120,0%	2,4%
D.2 Taxa de internamento por diabetes não controlada	2,0%	6,3	1,1	182,50%	120,0%	2,4%
D.3 Taxa de internamento por asma ou DPOC em adultos	2,0%	85,0	9,9	188,3%	120,0%	2,4%
D.4 Taxa de internamento por asma em jovens adultos	2,0%	6,0	0,3	195,3%	120,0%	2,4%
D.5 Taxa de internamento por hipertensão arterial	2,0%	4,0	1,4	165,5%	120,0%	2,4%
D.6 Taxa de internamento por insuficiência cardíaca congestiva	2,0%	150,0	26,5	182,3%	120,0%	2,4%
D.7 Taxa de internamento por pneumonia	2,0%	320,0	50,6	184,2%	120,0%	2,4%
D.8 Taxa de internamento por complicações crónicas da diabetes	2,0%	29,0	7,2	175,2%	120,0%	2,4%
D.9 Percentagem de especialidades (categorias) com protocolos clínicos de referência ascendente e descendente elaborados	2,0%	66,00%	54,17%	82,1%	82,1%	1,6%
D.10 Percentagem de utilizadores frequentes do serviço de urgência (> 4 episódios no último ano) com plano de cuidados estabelecido entre os cuidados primários e os hospitais	2,0%	3,00%	3,30%	90,9%	90,9%	1,8%
<b>Total dos Pesos Relativos</b>	<b>60,0%</b>					<b>59,99%</b>
<b>Índice de Desempenho Global (Hospital)</b>						<b>99,98%</b>
<b>Valor Incentivos Contratados (€) (Hospital)</b>						<b>4 324 942,80 €</b>
<b>Valor da Penalização € (Hospital)</b>						<b>864,99 €</b>
<b>Incentivos Realizados € (Hospital)</b>						<b>4 324 077,81 €</b>

Fonte: Relatório de Produção (dados Previsionais 2020)



Quanto à execução do plano de atividades e orçamento, apresentam-se de seguida os mapas que a evidenciam:

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2020

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2020 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2) - (1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2) - (1)	EXECUÇÃO em % (2) - (1)
<b>61</b>	<b>CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:</b>					
61241	Produtos farmacêuticos	6.471.438	6.581.383	109.945	1,70%	101,70%
612411	Medicamentos	5.450.000	5.475.394	25.394	0,47%	100,47%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.021.438	1.105.989	84.551	8,28%	108,28%
61242	Material de consumo clínico	3.300.000	3.469.865	169.865	5,15%	105,15%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1.380	1.192	-188	-13,61%	86,39%
61243	Material consumo hoteleiro	115.000	117.315	2.315	2,01%	102,01%
61244	Material consumo administrativo	99.703	87.715	-11.988	-12,02%	87,98%
61245	Material manutenção/conservação	122.683	103.994	-18.689	-15,23%	84,77%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0,00%	0,00%
	<b>Total da conta 61</b>	<b>10.110.204</b>	<b>10.361.465</b>	<b>251.261</b>	<b>2,49%</b>	<b>102,49%</b>
<b>62</b>	<b>FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>					
621	Subcontratos e concessões de serviços	8.527.223	9.012.489	485.266	5,69%	105,69%
62111	Meios complementares diagnóstico	4.381.164	3.815.842	-565.322	-12,90%	87,10%
62112	Meios complementares terapêutica	3.812.626	4.278.341	465.715	12,22%	112,22%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	0,00%	0,00%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	15.262	7.692	-7.570	-49,60%	50,40%
62115	Internamentos	210.000	820.849	610.849	290,88%	390,88%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%	0,00%
62119	Outros subcontratos	108.171	89.765	-18.406	-17,02%	82,98%
622	Serviços especializados	6.550.000	7.157.759	607.759	9,28%	109,28%
623	Materiais de consumo	50.119	37.253	-12.866	-25,67%	74,33%
624	Energia e fluidos	1.100.000	1.121.891	21.891	1,99%	101,99%
625	Deslocações, estadas e transportes	2.189.115	2.180.689	-8.426	-0,38%	99,62%
626	Serviços diversos	1.000.000	1.008.101	8.101	0,81%	100,81%
	<b>Total da conta 62</b>	<b>19.416.457</b>	<b>20.518.181</b>	<b>1.101.724</b>	<b>5,67%</b>	<b>105,67%</b>
<b>63</b>	<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>					
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	350.000	317.812	-32.188	-9,20%	90,80%
632	Remunerações do pessoal	38.544.015	39.902.643	1.358.628	3,52%	103,52%
6321	Remunerações certas e permanentes	30.844.599	30.995.753	151.154	0,49%	100,49%
63211	Remuneração base	25.020.495	24.933.716	-86.779	-0,35%	99,65%
63212	Subsídio de férias	2.209.573	2.584.986	375.413	16,99%	116,99%
63213	Subsídio de Natal	2.060.252	2.073.610	13.358	0,65%	100,65%
63215	Subsídio de refeição	1.550.870	1.398.938	-151.932	-9,80%	90,20%
6321xx	Outros	3.409	4.503	1.094	32,10%	132,10%
6322	Abonos variáveis e eventuais	7.699.416	8.906.890	1.207.474	15,68%	115,68%
632204	Trabalho extraordinário	4.422.343	5.010.468	588.125	13,30%	113,30%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.626.715	2.196.725	570.010	35,04%	135,04%
6322xxx	Outros	1.650.358	1.699.697	49.339	2,99%	102,99%
633	Benefícios pós-emprego	1.354	1.535	181	13,40%	113,40%
634	Indemnizações	2.036	4.543	2.507	123,14%	223,14%
635	Encargos sobre remunerações	9.147.041	9.190.226	43.185	0,47%	100,47%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	199.195	185.032	-14.163	-7,11%	92,89%
637	Gastos de ação social	0	87	87	0,00%	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	45.131	10.360	-34.771	-77,05%	22,95%
639	Outros encargos sociais	164.486	210.058	45.572	27,71%	127,71%
	<b>Total da conta 63</b>	<b>48.453.258</b>	<b>49.822.297</b>	<b>1.369.039</b>	<b>2,83%</b>	<b>102,83%</b>

60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0		
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.403.041	1.503.278	100.237	7,14%	107,14%
65	Perdas por imparidade	250.000	485.432	235.432	94,17%	194,17%
67	Provisões do período	100.000	51.168	-48.832	-48,83%	51,17%
68	Outros gastos e perdas	75.000	579.569	504.569	672,76%	772,76%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	15.928	14.923	-1.005	-6,31%	93,69%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>79.823.888</b>	<b>83.336.313</b>	<b>3.512.425</b>	<b>4,40%</b>	<b>104,40%</b>

No que respeita a gastos, a execução superou a dotação prevista em 4,4%, correspondendo a encargos superiores em 3,5 M€.

Os desvios positivos mais significativos incidiram nos gastos com pessoal (+2,83% / +1,37 M€) e nos fornecimentos e serviços externos (+5,67% / +1,1 M€).

Ao nível dos gastos com pessoal, o desvio mais significativo verificou-se nos abonos variáveis e eventuais (+15,68% / +1,2 M€), onde o trabalho extraordinário superou a dotação estimada em 13,3% (+588 mil euros) e o subsídio de prevenção e de trabalho noturno cresceu mais 35,04% (+570 mil euros). Para estas variações contribuíram as mais de 40.972 horas realizadas em presença física e prevenção face ao ano anterior, representando um aumento de 21,9%, e repartindo-se essencialmente pelos profissionais das carreiras de assistente operacional (+18.080 horas / +72,97%), enfermagem (+11.214 horas / +30,94%), TSDT (+10.329 horas / +993,91%) e assistente técnico (+4.548 horas / +131,25%). Tais acréscimos resultam, em larga escala, das necessidades decorrentes da situação pandémica Covid-19.

Para o aumento destes encargos devemos ainda salientar o impacto dos acréscimos registados no ano anterior e as subidas de escalão motivadas pela avaliação de desempenho, bem como as novas contratações decorrentes de necessidades originadas pela pandemia (152 contratações até 31/12/2020 que originaram um encargo estimado de 1,2 M€), a reafetação de pessoal para tratamento de doentes nesta área, para além do prémio de desempenho atribuído aos profissionais de saúde de acordo com o art.º 42.º-A da Lei 2/2020, de 31 de março, no montante de 346 mil euros.

No que concerne aos fornecimentos e serviços externos, o desvio superior a 1 M€ reparte-se entre subcontratos (+5,69% / + 485 mil euros) e restantes fornecimentos e serviços onde os serviços especializados foram superiores em 608 mil euros (+9,28%) face ao esperado.

Assim, nos subcontratos, os internamentos apresentam um desvio de 611 mil euros face ao orçamentado (+290,88%) devido ao SIGIC realizado no exterior que apresentou gastos de 773 mil euros (164 mil euros em 2019). Os Meios Complementares de Terapêutica também cresceram 466 mil euros devido à hemodiálise que teve gastos superiores em 482 mil euros face ao período homólogo (decorrente de um contrato de prestação de serviços que no ano anterior



apenas tinha iniciado em junho) mas, por outro lado, os Meios Complementares de Diagnóstico ficaram aquém do orçamentado (-12,9% / -565 mil euros), nomeadamente devido à redução de gastos nas valências de imagiologia (-225 mil euros), patologia clínica (-224 mil euros), gastroenterologia (-125 mil euros), cardiologia (-86 mil euros) e medicina nuclear (-83 mil euros), motivada pela quebra na procura e o acesso condicionado aos serviços médicos não urgentes, essencialmente entre abril e junho.

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, o desvio positivo mais significativo ocorreu nos serviços especializados (+9,28% / +608 mil euros) devido ao impacto dos gastos ocorridos nas rubricas de honorários (+32,10% / +190 mil euros), vigilância (+36,25% / +164 mil euros, por existir mais um posto de controlo de entradas e de terem sido faturados 53 mil euros suplementares de retroativos que resultam da revisão de preços do acordo coletivo de trabalho do setor), conservação e reparação (+13,42% / +164 mil euros) e serviços técnicos de recursos humanos (+5,58% / +117 mil euros), sendo que parte destes acréscimos decorrem de situações relacionadas com a pandemia. A título indicativo, no ano de 2020 foram pagas a prestadores médicos mais 12.717 horas, que correspondem a mais 427.264 euros face ao ano anterior.

Analizando agora o Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMT), registou-se uma variação positiva de 2,49% (+251 mil euros), com os desvios mais acentuados a incidirem no material de consumo clínico (+5,15% / +170 mil euros) onde existiu um forte impacto no consumo dos EPI (+213 mil euros em máscaras cirúrgicas e +122 mil euros nas batas de proteção impermeáveis) em detrimento, por exemplo, do material para tratamento (-207 mil euros, devido, em parte, à hemodiálise cujo material passou a ser pago no serviço contratado) e nas próteses (-89 mil euros), sendo expectável que estes gastos cresçam nos próximos meses devido às necessidades decorrentes da atual pandemia. De realçar ainda as rubricas de reagentes e outros produtos farmacêuticos (+8,28% / +85 mil euros), com os reagentes e produtos de diagnóstico rápido a terem consumos superiores ao ano anterior em cerca de 225 mil euros devido às análises realizadas internamente para despiste do Covid (+100,65% nas análises microbiológicas face a 2019).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram em outros gastos e perdas (+672,76% / +505 mil euros) com as dívidas incobráveis a aumentarem 51 mil euros face a 2019 e as perdas em inventários a registarem um incremento de 253 mil euros (total de 267 mil euros de perdas em 2020, mas por outro lado os ganhos também ascenderam a 241 mil euros). Também as perdas por imparidade registam um desvio assinalável (+94,17% / +235



mil euros) com as perdas em clientes, contribuintes e utentes a aumentarem 76,22% (+210 mil euros).

Deste modo, face à evolução ocorrida, os gastos operacionais relevantes para o cálculo do EBITDA foram de 81.818.112 euros, ou seja mais 3,4 M€ (+4,35%) do que o contratualizado.

Quanto a rendimentos, apresentamos de seguida o quadro com a sua execução:

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2020

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2020 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2) - (1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2) - (1)	EXECUÇÃO em % (2) - (1)
<b>70</b>	<b>Impostos, contribuições e taxas</b>					
704108	Taxas moderadoras	1.357.500	643.368	-714.132	-52,61%	47,39%
7041xx	Outras taxas	25.000	18.247	-6.754	-27,01%	72,99%
	<b>Total da conta 70</b>	<b>1.382.500</b>	<b>661.614</b>	<b>-720.886</b>	<b>-52,14%</b>	<b>47,86%</b>
<b>71</b>	<b>Vendas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>72</b>	<b>Prestações de serviços e concessões</b>					
7201164	Incentivos institucionais	0	7.136.156	7.136.156	0,00%	0,00%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	72.911.898	63.500.609	-9.411.289	-12,91%	87,09%
7201168	Internos	810.944	789.664	-21.280	-2,62%	97,38%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0,00%	0,00%
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>73.722.842</i>	<i>71.426.429</i>	<i>-2.296.413</i>	<i>-3,11%</i>	<i>96,89%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	143.068	328.233	185.165	129,42%	229,42%
	<b>total da 72011 + 72012</b>	<b>73.865.910</b>	<b>71.754.662</b>	<b>-2.111.248</b>	<b>-2,86%</b>	<b>97,14%</b>
72013	Outras entidades responsáveis	653.403	805.178	151.775	23,23%	123,23%
72014	Acerto de estimativas	0	-2.644.791	-2.644.791		
7299	Outros Serviços	0	326.219	326.219	0,00%	0,00%
	<b>Total da conta 72</b>	<b>74.519.313</b>	<b>70.241.269</b>	<b>-4.278.044</b>	<b>-5,74%</b>	<b>94,26%</b>
<b>75</b>	<b>Transferências e subs. correntes obtidos</b>	<b>81.006</b>	<b>110.415</b>	<b>29.409</b>	<b>36,30%</b>	<b>136,30%</b>
<b>76</b>	<b>Reversões</b>	<b>0</b>	<b>168.398</b>	<b>168.398</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>78</b>	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>206.001</b>	<b>714.375</b>	<b>508.374</b>	<b>246,78%</b>	<b>346,78%</b>
<b>79</b>	<b>Juros, dividendos e out. rend. Similares</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>76.188.820</b>	<b>71.896.072</b>	<b>-4.292.748</b>	<b>-5,63%</b>	<b>94,37%</b>

Conforme poderá ser observado, a execução ficou abaixo da dotação do período em 5,63% (-4,3 M€), principalmente devido à menor execução ocorrida nas rubricas de prestações de serviços relacionadas com o financiamento (valor capitolacional, incentivos, financiamento vertical) onde se verificou um desvio de -2,1 M€ (-2,86%) e nas taxas moderadoras (-52,61% / -714 mil euros) devido à redução da atividade assistencial e, conseqüentemente, ao não recebimento de taxas moderadoras (estimando-se um total de 149 mil euros diretamente relacionado com a pandemia). Esta redução nas taxas moderadoras decorre, também, da quebra ao nível dos cuidados de saúde primários, devido às alterações legislativas ocorridas, passando a ser

dispensado o pagamento de taxas nos episódios de consulta e nos exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos no âmbito da rede de cuidados de saúde primários e realizados nas instituições e serviços públicos de saúde, estimando-se, só nesta área, uma redução na ordem dos 360 mil.

Com o retomar da atividade, também reativámos o processo de recuperação de taxas moderadoras através do SITAM, que se encontrou suspenso devido a problemas ocorridos na integração dos pagamentos na aplicação SONHO em 2018 e 2019, estando atualmente em curso a cobrança relacionada com parte da dívida do ano de 2018 e a totalidade dos anos de 2019 e 2020.

Em outros rendimentos e ganhos houve um crescimento acentuado face ao previsto (+246,78% / +508 mil euros) no orçamento, essencialmente devido à execução ocorrida no exercício, com incrementos em ganhos em inventários (+137 mil euros) e em correções relativas a períodos anteriores (+174 mil euros) pela anulação de faturas da ADSE no montante de 182 mil euros, face ao ano anterior.

Por fim, de realçar o montante de 2,6 M€ registado em acerto de estimativas, conforme instruções da ACSS e de acordo com a Circular Normativa n.º 6/2019, de 21 de março, e que se refere aos Contratos-Programa dos anos de 2015 e 2016.

Assim o total dos rendimentos próprios operacionais ascendeu aos 71.894.668<sup>2</sup> euros, isto é menos 4,3 M€ (-5,62%) face ao previsto em sede de Contrato-Programa.

Face ao exposto, atendendo à situação de exceção que atravessamos e motivada pela situação pandémica, e apesar da contratualização inicial ter sido revista a meio de exercício, podemos dizer que foram subestimadas muitas das situações que acabaram por originar este avolumar dos gastos e a redução dos rendimentos, com repercussões que se mantêm no exercício de 2021 em curso, não tendo sido possível tomar medidas de gestão adicionais que permitissem cumprir os objetivos previstos em sede de contratualização por forma a não comprometer o combate ao Covid-19.

Com o aliviar da crise de saúde pública, será necessário rever a reavaliar situações geradoras de encargos que possam vir a ser gradualmente reduzidas total ou parcialmente, com o intuito de suster o crescente aumento da dívida.

<sup>2</sup> Exclui a conta 782 (Descontos de pronto pagamento obtidos)



Ao nível do investimento, apresentamos de seguida a execução física ocorrida face ao inscrito em sede de plano de atividades, não tendo a ULSCB recorrido a endividamento bancário para a sua execução.

Globalmente, a taxa de execução situou-se nos 56,89%, conforme poderá ser observado no quadro infra, subindo quase aos 65,88% se excluirmos os projetos que não chegaram a avançar por falta de investimento aprovado e/ou em preparação:

#### Análise ao Investimento previsto para 2020

u.m.: euro

Investimento/Projeto	PAO 2020	Executado 2020	Desvio	taxa execução	Observações
REMODELACÃO E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL AMATO LUSITANO	2.084.182	1.572.777	-511.405	75,46%	ponto de situação infra
Eficiência Energética nos Edifícios da Adm. Pública - POSEUR	1.035.313	576.779	-458.534	55,71%	
Projeto SAMA n.º 35431	568.877	280.326	-288.551	49,28%	
Substituição de cobertura de fibrocimento com amianto	20.910		-20.910	0,00%	
Remodelação/ampliação da Unidade de Cuidados Intensivos e construção da nova unidade de Esterilização	361.620	0	-361.620	0,00%	
Transformar a Saúde 2.0 - ULSCB no Caminho da Modernização Digital	200.000	0	-200.000	0,00%	
<b>Total</b>	<b>4.270.902</b>	<b>2.429.882</b>	<b>-1.841.020</b>	<b>56,89%</b>	

De forma sucinta, o ponto de situação relativamente a cada um destes projetos é o seguinte:

#### Remodelação e Ampliação do Hospital Amato Lusitano

Devido a atrasos motivados pela pandemia, foi submetido pedido de reprogramação da candidatura, no Balcão 2020, em 23-12-2020, que foi aprovado. A data termo da operação passa a ser 26/10/2022 e o investimento passa a incluir 1.400.000,00 € para equipamento básico, pelo que o montante total do investimento passa a ser de 5.208.711,65 €, com 41 autos de medição previstos, dos quais estão já emitidos 29.

#### Eficiência Energética no Hospital Amato Lusitano

O concurso público, lançado em 13-01-2020, ficou sem efeito, por os respetivos concorrentes excederem o preço base estabelecido. Foi então solicitado à ACSS procedimento de autorização

prévia para a realização de investimento adicional, que se encontra a decorrer e após o qual será lançado novo concurso público.

### **Projeto SAMA nº 35431**

Aprovado pedido de reprogramação, com termo a 30-06-2021. Em curso o último procedimento concursal, designado "Aquisição de cluster de core, segurança e gestão de rede de dados para a ULSCB". Devido à pandemia, regista-se atraso na entrega do equipamento.

### **Substituição de cobertura de fibrocimento com amianto**

Foi adjudicado o projeto de execução em fevereiro de 2021.

### **Remodelação / Ampliação da Unidade de Cuidados Intensivos**

Foi solicitada a colaboração do SUCH, encontrando-se, neste momento, a realizar o projeto de execução. Novo valor previsto do Investimento: 3.075.000 euros (IVA incluído).

### **Transformar a Saúde 2.0 - ULSCB no Caminho da Modernização**

A candidatura ao SAMA não foi aprovada. Atendendo à importância do projeto para a instituição, o mesmo será objeto de reformulação para submissão de nova candidatura quando possível.

A par destes projetos em curso, foram ainda efetuadas outras aquisições, destacando-se no quadro seguinte as principais:

Designação	Valor
Empreitada de Remodelação da Central AQS do HAL (financiada pelo Programa "EDP SOLIDÁRIA - SAÚDE 2018")	152.905 €
Remodelação e ampliação do HAL - diversos trabalhos a mais sem financiamento	107.404 €
10 Ventiladores mecânicos invasivos	100.000 €
RX portátil digital direto	92.250 €
Tomógrafo de Coerência Ótica computadorizado com ANGIO - OCT para Oftalmologia	85.977 €
Equipamento de deteção para ensaios PCR	78.351 €
Backbones de fibra ótica OM4	64.130 €
Ecógrafo Portátil Digital de última geração	59.040 €
Ecógrafo com sonda cardíaca transesofágica	53.751 €
Caldeira de condensação a gás natural	53.603 €
Ethernet routing switch 48 x 10/100/1000 MBPS	38.410 €
30 Seringas Perfusoras	30.000 €
Outras (de montante individual inferior a 30.000 euros)	607.236 €
<b>Total</b>	<b>1.523.058 €</b>

Nota: não inclui projetos em curso da Remodelação HAL, POEUR e SAMA, para além das doações



No que respeita ao grau de execução do orçamento carregado no SIGO, poderá ser avaliado nos quadros seguintes.

De acordo com as instruções da DGO, as dotações finais não apresentam:

- a) Saldo de compromissos negativo - compromissos superiores à dotação corrigida;
- b) Saldo de pagamentos negativo - pagamento superiores à dotação corrigida;
- c) Pagamentos superiores aos compromissos.

As únicas exceções, à semelhança do ocorrido na execução do ano de 2019 e por não termos obtido autorização para o efeito, resultam da imposição decorrente do art.º 8.º do DLEO 2019 e do ponto 40 da Circular 1396 da DGO que não permitiu a redução das dotações, em determinadas rubricas, no âmbito da gestão flexível, não tendo sido possível proceder à redução da dotação nas RCE 02.01.09, 02.01.10, 03.05.02 e 03.06.01, ficando assim a descoberto pagamentos nas seguintes rubricas:

- Fonte Financiamento (FF) 511, RCE 02.02.22.A0.00: 974.883 euros;
- FF 513, RCE 02.02.23.C0.00: 3.983 euros.

Para ultrapassar esta situação, teríamos de ter obtido autorização para reduzir as seguintes RCE:

- FF 511, RCE 02.01.09.A0.00: - 968.496 euros;
- FF 511, RCE 02.01.10.A0.00: -6.387 euros;
- FF 513, RCE 03.05.02.00.00: -2.983 euros;
- FF 513, RCE 03.06.01: -1.000 euros.

Como o quadro das despesas agrega a maioria destas verbas por estarem associadas ao mesmo capítulo, apenas se constata as situações mencionadas nos capítulos 02 e 03 da FF 513.

Passando à análise à execução ocorrida nas receitas (quadro infra), da mesma resultou um aumento da dotação de 3,95 M€ (+5,14%), com as receitas correntes a registarem uma subida de 1,5 M€ (+2,01%), enquanto que as receitas de capital cresceram 2,4 M€ (+186,05%).

Assim, ao nível das receitas correntes, destaca-se a fonte de financiamento (FF) 511 com um acréscimo de 1,68 M€ (+2,33%) devido aos reforços de financiamento obtidos para pagamento de dívidas (1 M€), para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento do Covid 19 (830 mil euros). Adicionalmente, foram recebidos financiamentos no âmbito da medida 095 para pagamento do prémio de desempenho aos profissionais de saúde (346 mil euros), para aquisição de equipamento de Cuidados Intensivos



(221 mil euros, dos quais devolvemos 11,5 mil euros não considerados pela ACSS na gerência de 2020) e para o plano de Expansão da Capacidade Laboratorial (117 mil euros).

Nas restantes rubricas e fontes de financiamento, destaca-se o capítulo 04 (taxas, multas e outras penalidades), que corresponde essencialmente às taxas moderadoras cobradas no âmbito da prestação de cuidados de saúde, que teve a dotação reforçada em 436 mil euros (+273,36%) pelo facto da dotação inicial ter sofrido um corte por parte da DGO aquando da validação do orçamento, bem como a FF 513 do capítulo 07 (vendas de bens e serviços correntes) que aumentou 301 mil euros. Em sentido inverso, destacam-se o capítulo 06 (transferências correntes), FF 413, onde a execução ao nível de projetos cofinanciados (remodelação e ampliação do HAL e SAMA) foi inferior ao esperado, daí a diminuição de 855 mil euros ocorrida, tal como sucedeu no capítulo 07, FF 362, em relação ao projeto de eficiência energética (POSEUR).

Quanto à FF 540, respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2020

Período: janeiro a dezembro 2020

em euros

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	COBRADO do exercício (4)	COBRADO de exercícios anteriores (5)	TOTAL COBRADO (6)	TAXA EXECUÇÃO relativa anual (6/2)
<b>RECEITAS</b>												
	<b>Receitas Correntes</b>		<b>75.540.440</b>	<b>77.056.066</b>	<b>2,01%</b>	<b>1.515.626</b>	<b>75.659.925</b>	<b>98,19%</b>	<b>74.896.845</b>	<b>2.159.221</b>	<b>77.056.066</b>	<b>100,00%</b>
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	159.403	595.146	273,36%	435.743	583.602	98,06%	485.993	109.153	595.146	100,00%
06	Transferências correntes	413	2255.100	1.400.500	-37,90%	-854.600	1.400.500	100,00%	1.400.500	0	1.400.500	100,00%
06	Transferências correntes	513	1.467	0	-100,00%	-1.467	0		0	0	0	
06	Transferências correntes	540	102.150	99.709	-2,39%	-2.441	107.259	107,57%	99.709	0	99.709	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	397.959	404.436	1,63%	6.477	404.436	100,00%	404.436	0	404.436	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	50.842	477	-99,06%	-50.365	477	100,00%	477	0	477	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	72.092.848	73.773.721	2,33%	1.680.873	72.057.465	97,67%	72.057.465	1.716.256	73.773.721	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	316.112	616.654	95,07%	300.542	982.124	159,27%	335.543	281.111	616.654	100,00%
08	Outras receitas correntes	513	164.559	115.913	-29,56%	-48.646	74.552	64,32%	63.212	52.701	115.913	100,00%
10	Famílias	513	0	49.510		49.510	49.510	100,00%	49.510	0	49.510	100,00%
	<b>Receitas de Capital</b>		<b>1.309.391</b>	<b>3.745.490</b>	<b>186,05%</b>	<b>2.436.099</b>	<b>3.745.490</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.745.490</b>	<b>0</b>	<b>3.745.490</b>	<b>100,00%</b>
12	Passivos Financeiros	432	1.309.391	772.209	-41,03%	-537.182	772.209	100,00%	772.209	0	772.209	100,00%
12	Passivos Financeiros	721	0	2.728.527		2.728.527	2.728.527	100,00%	2.728.527	0	2.728.527	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	408	0	22.049		22.049	22.049	100,00%	22.049	0	22.049	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	368	0	68.737		68.737	68.737	100,00%	68.737	0	68.737	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	521	0	147.007		147.007	147.007	100,00%	147.007	0	147.007	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	522	0	6.800		6.800	6.800	100,00%	6.800	0	6.800	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	724	0	161		161	161	100,00%	161	0	161	100,00%
	<b>Total Receitas</b>		<b>76.849.831</b>	<b>80.801.556</b>	<b>5,14%</b>	<b>3.951.725</b>	<b>79.405.415</b>	<b>98,27%</b>	<b>78.642.335</b>	<b>2.159.221</b>	<b>80.801.556</b>	<b>100,00%</b>

Quanto às receitas de capital, e no que respeita a reforços, de destacar a FF 721 onde foram registadas as verbas atribuídas pela Tutela para cobertura de prejuízos (2,7 M€) para serem aplicadas no pagamento de dívidas vencidas a fornecedores externos.

No capítulo 16 foram inscritas as verbas transitadas da gerência anterior, num total de 244.754 euros. De ressaltar, no entanto, que a sua aplicação em despesa ainda não foi autorizada, pelo que as dotações da receita são superiores às da despesa em 266.118 euros, correspondendo à soma dos saldos da gerência anterior (244.754 euros) e da gerência de 2020 (21.364 euros).

Por fim, ao nível da FF 432 (projeto da eficiência energética – POSEUR), a redução decorre do facto de não ter sido alcançada a execução esperada devido à não realização da medida 7 (substituição de caixilharia com vidro simples por caixilharia com vidro duplo) já que o concurso público realizado para este efeito, lançado em 13 de janeiro de 2020, ficou sem efeito, por os respetivos concorrentes excederem o preço base então estabelecido. Pelo que terá de ser aberto novo procedimento para a concretização desta medida, estando o mesmo pendente da aprovação de um financiamento adicional de 135.742,47 euros (IVA incluído).

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução originou um acréscimo de 3,7 M€ da dotação total (+4,8%), com as despesas correntes a crescerem 4,6 M€ (+6,35%) e as despesas de capital a registarem uma quebra de 899 mil euros (-19,5%).

De referir que, de acordo com as instruções da DGO, os compromissos finais não contemplam a despesa não paga que transita para o ano seguinte (29 M€, considerando neste montante os encargos/retenções com vencimentos de dezembro/2020 pagos em janeiro/2021) que serão de novo cabimentados na próxima gerência, dando lugar a novos compromissos.

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) teve de ser reforçado em 2,1 M€ (FF 511 e 513) pelo facto dos encargos com pessoal terem registado aumentos superiores ao esperado, pelos motivos identificados na análise à execução do plano de atividades e orçamento.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), foi necessário proceder ao seu reforço no montante de 2,5 M€, essencialmente devido ao recebimento da verba registada na FF 721 da receita para cobertura de prejuízos e que foi aplicada em grande parte nestas rubricas no pagamento de dívidas em atraso transitadas do exercício anterior.



Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	COMPROM. ASSUMIDOS (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	PAGO do exercício (4)	PAGO de exercícios anteriores (5)	TOTAL PAGO (6)	TAXA EXECUÇÃO relativa anual (6/2)
<b>DESPESAS</b>												
	<b>Despesas Correntes</b>		<b>72.237.052</b>	<b>76.822.066</b>	<b>6,35%</b>	<b>4.585.014</b>	<b>76.822.066</b>	<b>100,00%</b>	<b>58.748.093</b>	<b>18.073.973</b>	<b>76.822.066</b>	<b>100,00%</b>
01	Despesas com pessoal	511	46.373.577	48.206.893	3,95%	1.833.316	48.206.893	100,00%	46.621.146	1.585.747	48.206.893	100,00%
01	Despesas com pessoal	513	0	264.351		264.351	264.351	100,00%	264.185	166	264.351	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	511	25.373.528	24.895.488	-1,88%	-478.040	24.895.488	100,00%	11.122.979	13.772.509	24.895.488	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	513	0	481.935		481.935	485.918	100,83%	461.701	24.217	485.918	100,83%
02	Aquisições de bens e serviços	540	102.150	99.709	-2,39%	-2.441	99.709	100,00%	99.709	0	99.709	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	361	25.600	0	-100,00%	-25.600	0		0	0	0	
02	Aquisições de bens e serviços	413	145.063	0	-100,00%	-145.063	0		0	0	0	
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	2.690.281		2.690.281	2.690.281	100,00%	0	2.690.281	2.690.281	100,00%
03	Juros e outros encargos	511	11.534	14.189	23,02%	2.655	14.189	100,00%	13.456	733	14.189	100,00%
03	Juros e outros encargos	513	0	3.983		3.983	0	0,00%	0	0	0	0,00%
04	Transferências Correntes	511	13.762	0	-100,00%	-13.762	0		0	0	0	
06	Outras despesas correntes	511	190.447	165.237	-13,24%	-25.210	165.237	100,00%	164.917	320	165.237	100,00%
06	Outras despesas correntes	513	1.391	0	-100,00%	-1.391	0		0	0	0	
	<b>Despesas de Capital</b>		<b>4.612.779</b>	<b>3.713.372</b>	<b>-19,50%</b>	<b>-899.407</b>	<b>3.713.372</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.722.979</b>	<b>990.393</b>	<b>3.713.372</b>	<b>100,00%</b>
07	Aquisição de bens de capital	361	372.359	404.436	8,61%	32.077	404.436	100,00%	404.436	0	404.436	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	50.842	477	-99,06%	-50.365	477	100,00%	477	0	477	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	2.110.037	1.391.772	-34,04%	-718.265	1.391.772	100,00%	1.048.234	343.538	1.391.772	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	432	1.309.391	772.209	-41,03%	-537.182	772.209	100,00%	576.302	195.907	772.209	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	130.000	491.914	278,40%	361.914	491.914	100,00%	326.219	165.695	491.914	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	513	640.150	614.318	-4,04%	-25.832	614.318	100,00%	367.311	247.007	614.318	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	38.246		38.246	38.246	100,00%	0	38.246	38.246	100,00%
	<b>Total Despesas</b>		<b>76.849.831</b>	<b>80.535.438</b>	<b>4,80%</b>	<b>3.685.607</b>	<b>80.535.438</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.471.072</b>	<b>19.064.366</b>	<b>80.535.438</b>	<b>100,00%</b>

No que respeita às despesas de capital, temos a destacar as diminuições de 718 mil euros na FF 413 (projetos de remodelação e ampliação do HAL e SAMA) e de 537 mil euros na FF 432 (POSEUR) pelas razões já expostas na análise à receita.

Quanto à FF 511, o reforço de 362 mil euros advém das verbas recebidas destinadas à aquisição de equipamentos de cuidados intensivos e para o reforço da capacidade laboratorial para diagnóstico de SARS-CoV-2.

Assim sendo, e embora o mapa da execução não transpareça toda a realidade pelos motivos anteriormente expostos (instruções DGO), verifica-se que as dotações finais se revelaram insuficientes para dar cobertura à totalidade dos compromissos assumidos, em virtude do elevado volume transitado ainda por pagar do ano anterior (cerca de 22 M€ em fornecimentos e serviços, 26,2 M€ no total, sendo que 5,6 M€ respeitam a faturação da ARS do Centro que já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido



despacho). Esta suborçamentação, devido a receitas insuficientes face ao nível de despesa existente, recorrente nos últimos anos, originará uma situação idêntica na próxima execução orçamental, em virtude das despesas não pagas em 2020 serem cabimentadas no início do ano seguinte, nos termos das regras em vigor, como já aqui também foi referido.

Assim, globalmente, em termos homólogos, quadro infra, a execução cresceu consideravelmente no exercício de 2020, com as receitas a apresentarem um crescimento de 14,36% (+9,97 M€) nas liquidações, enquanto que na cobrança (próprio ano e anos anteriores) o aumento foi ainda superior, chegando aos 16,44% (+11,4 M€), contribuindo essencialmente para esta variação o facto da FF 511 evidenciar um incremento de 11,24% (+7,5 M€) e a FF 721 ter registado uma entrada de 2,7 M€, como acima referido.

Quanto às despesas, os compromissos assumidos sobem 11,78% (+8,5 M€), enquanto que os pagamentos (+16,47% + 11,4 M€) refletem a cobrança ocorrida.

u.m.: euro

Descrição	2019	2020	variação	%
<b>Receitas</b>				
- Liquidações	69.435.428	79.405.415	9.969.987	14,36%
- Cobrança	69.392.886	80.801.556	11.408.670	16,44%
<b>Despesas</b>				
- Compromissos	72.049.800	80.535.438	8.485.638	11,78%
- Pagamentos	69.148.131	80.535.438	11.387.307	16,47%

## 2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A ULSCB não contraiu qualquer tipo de empréstimo durante esta gerência, nem detém qualquer passivo remunerado.

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros (€)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%

## 3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 60º DA LEI N.º 2/2020, DE 31/03 (LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2020)

Não aplicável. A ULSCB não recorreu a endividamento bancário.



#### 4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES (RCM N.º 34/2008, DE 22/02, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13/04) E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS “ARREARS” (DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17/05)

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, a ULSCB remete trimestralmente à ACSS a informação sobre a evolução do PMP para efeitos de monitorização.

De igual modo, a ULSCB procede aos seus pagamentos respeitando, sempre que possível, a antiguidade da dívida e de acordo com o plano de pagamentos elaborado mensalmente, embora existam situações que, decorrentes dos acordos celebrados, obriguem a que alguns pagamentos sejam efetuados com prazos mais favoráveis para alguns fornecedores (como foram exemplo muitos dos fornecimentos relacionados com a pandemia Covid-19), nomeadamente em relação a empresas de menor dimensão, representantes de produtos exclusivos, de transportes de doentes ou pertencentes a setores com margens de lucro mais reduzidas, por exemplo.

A evolução do PMP entre 2013 e 2015 tinha sido bastante positiva, se atendermos aos prazos verificados entre 2010 e 2012, face ao rigoroso cumprimento da LCPA, ao reforço do adiantamento mensal do Contrato Programa e à possibilidade de mantermos e até reforçarmos os pagamentos realizados com desconto financeiro.

Contudo, em 2016 e 2017, a situação ficou mais complicada devido às reversões salariais ocorridas e à menor liquidez existente, fixando-se o PMP ponderado nos 81 dias no final de 2017. Em 2018 o cenário melhorou um pouco com o recebimento de 2,084 M€ de aumento de capital estatutário para pagamento de dívida, bem como o reforço do duodécimo entre abril e setembro em cerca de 433 mil euros mensais, o que permitiu a redução em 11 dias do PMP ponderado. Contudo, nestes últimos dois exercícios, a situação financeira veio gradualmente a deteriorar-se, apesar dos reforços de financiamento recebidos em 2020 (conforme indicado no ponto 1 deste capítulo, na análise à execução orçamental das receitas), chegando o PMP aos 127 dias no final de 2019 e aos 146 em 31/12/2020, ou seja, aumentando 19 dias face ao ano anterior, conforme poderá ser observado no quadro infra:

PMP	2020	2019	Var. 2020/2019	
			Valor	%
Prazo (dias)	146	127	19	14,96%

Deste modo, a dívida total a fornecedores (externos e do Estado) chegou aos 27,1 M€ no final deste exercício, crescendo 2,5 M€ face ao ano anterior, com a dívida vincenda a corresponder a 10,6 M€ (39,1% da dívida total) e a dívida vencida a representar 16,5 M€ (60,9%).

Quanto a pagamentos em atraso e dívidas vencidas ("Arrears"), quadros infra, a situação agravou-se em comparação com o ano anterior, com um aumento da dívida vencida total na ordem dos 1,7 M€, com incremento de 2 M€ nos fornecedores externos e diminuição de 285 mil euros nas entidades do Estado. O cenário agravou-se após o pagamento dos subsídios de férias e de Natal, tal como foi regularmente comunicado à tutela nos diversos relatórios de execução mensais e trimestrais. Apesar do recebimento dos montantes enunciados na análise ao grau de execução do orçamento carregado no SIGO (num total de 5,2 M€), esta entrada de verbas adicional não foi suficiente para ajustar o financiamento aos gastos suportados, já que só do ano anterior tinham transitado por pagar 26,2 M€.

Esta evolução só veio evidenciar a necessidade urgente de se ajustar o financiamento à nova realidade, decorrente essencialmente do aumento dos gastos com pessoal e com prestadores médicos, para além da questão decorrente da pandemia que trouxe gastos adicionais, tanto em recursos humanos como em consumíveis.

(Todas as entidades)

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	4.848.505,84	1.345.282,61	3.004.741,77	53.465,42	6.767.539,30
Aq. de Capital	274.820,69	79.395,54	78.652,76	0,00	0,00
Total	5.123.326,53	1.424.678,15	3.083.394,53	53.465,42	6.767.539,30

(Apenas Fornecedores Externos)

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	4.431.196,96	1.308.416,29	2.933.323,78	0,00	0,00
Aq. de Capital	274.820,69	79.395,54	78.652,76	0,00	0,00
Total	4.706.017,65	1.387.811,83	3.011.976,54	0,00	0,00

(Apenas Estado)

		Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
Dividas Vencidas	Valor (€)	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
	0-90 dias					
Aq. de Bens e Serviços	417.308,88	36.866,32	71.417,99	53.465,42	6.767.539,30	
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	417.308,88	36.866,32	71.417,99	53.465,42	6.767.539,30	

Do total da dívida vencida ao Estado com uma antiguidade superior a 360 dias, 83,21% corresponde a faturação da ARS do Centro, no montante de 5,6 M€, recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho. Quanto às restantes, e no caso concreto das entidades pertencentes ao SNS, algumas dívidas estão a ser regularizadas no âmbito do programa *clearing house*.

De referir, por fim, que nos termos do n.º 2 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, a ULSCB publicita no seu sítio na internet a lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias, no seguinte endereço:

<http://www.ulscb.min-saude.pt/institucional/instrumentos-de-gestao/dividas-a-fornecedores/>

## 5. DILIGÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS ÚLTIMAS CONTAS

Ainda não nos foi comunicado qualquer despacho de aprovação relativamente às contas dos exercícios de 2017, 2018 e 2019. O último despacho de aprovação de contas foi recebido dia 26 de março de 2018 e respeita aos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

As recomendações apresentadas ao Conselho de Administração da ULSCB foram no sentido de:

- Mencionar no relatório de Governo Societário a sua participação em entidades de natureza associativa ou fundacional, tal como acontece relativamente ao SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais. Esta situação já foi sanada no relatório apresentado relativamente ao ano de 2017;
- Reforçar os sistemas de controlo interno, com vista à obtenção de resultados no processo de análise e reconciliação nas rubricas de terceiros. Quanto a esta recomendação, foi feito um maior número de contactos e análises às contas-correntes, nomeadamente de entidades do SNS. Ainda assim, subsistem situações de impasse ou de falta de seguimento por parte de algumas entidades que nos impedem de resolver algumas divergências ainda existentes;
- Dar cumprimento ao disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e no despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, no que concerne à redução do PMP a fornecedores. Conforme referido

no ponto anterior sobre a evolução do PMP, os resultados alcançados em 2019 e 2020 não foram positivos, conforme referido no ponto 4 deste capítulo;

- Dar cumprimento ao disposto no art.º 7.º da LCPA, não podendo a execução conduzir a um aumento dos pagamentos em atraso. Aqui também, tal como se pode verificar no ponto anterior, a situação piorou em relação a fornecedores externos;
- Respeitar o n.º 1 do art.º 95.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, no sentido de ser prestada informação sobre fundos disponíveis. Quanto a este aspeto, a ULSCB remete a informação solicitada mensalmente pela DGO sempre que os sistemas e as aplicações o permitem. No ano em análise, conseguimos a aprovação dos reportes realizados entre janeiro e setembro, mas em relação ao último trimestre apenas foi possível fazer o registo em virtude de o sistema não aceitar as verbas inseridas como dotação para janeiro de 2021, ficando os fundos negativos, impedindo desta forma a submissão do reporte;
- Assegurar o cumprimento da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, relativa à elaboração e divulgação do relatório trianual sobre as remunerações para mulheres e homens. Tal como mencionado no ponto 9 deste capítulo, a ULSCB tem remunerado todos os trabalhadores recrutados de acordo com o estabelecido nas diversas leis de orçamento de estado, que determinam que os candidatos são posicionados na 1.ª posição remuneratória da categoria, conforme Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12, pelo que esta Instituição não adota qualquer política discriminatória em matéria salarial;
- Elaborar e publicar o relatório de gestão de risco de corrupção e de infrações conexas, em cumprimento dos nºs 1 e 2 do art.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. O relatório do ano de 2019 encontra-se publicitado no sítio da internet da ULSCB, conforme referido no ponto 10 deste capítulo;
- Dar cumprimento integral da aplicação do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e do n.º 5 do art.º 111.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, os quais estabelecem que as empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP, EPE. O cumprimento desta recomendação está evidenciado no ponto 15 deste capítulo.





## 6. REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)

### Dos Órgãos Sociais em funções / existentes:

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais são as que constam dos quadros seguintes.

#### 1. Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				N.º de Mandatos (*)
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade e Pagador	Identificação da data de autorização e forma	
2017-2020 Saída, por limite de idade, em 18.03.2020	Presidente	António Maria Vieira Pires	RCM n.º 60/2017	09/05/2017	Sim	ULSCB, EPE	D	RCM 60/2017 de 30.03.2017, ponto 3 + Decl. 15.03.2017	3
2017-2020	Vogal	Maria Eugénia Monteiro André	RCM n.º 60/2017	09/05/2017	Sim	ULSCB, EPE	D	RCM 60/2017 de 30.03.2017, ponto 3 + Decl. 15.03.2017	1
2017-2020 Saída, Termo de Comissão de Serviço Privada, em 25.06.2020	Vogal	Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe	RCM n.º 60/2017	09/05/2017	Não	Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoltão	D		1
2017-2020	Vogal	José Valdemar Silva Rodrigues	RCM n.º 60/2017	09/05/2017	Não	ULSCB, EPE	D		1
2017-2020	Vogal	José Nunes	RCM n.º 70/2017	02/06/2017	Sim	IPCB	D	RCM 70/2017 de 25.05.2017, ponto 4	1

(1) Índice Resolução (R)/AG/DEU/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; Índice entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(\*) N.º Mandatos sequenciais.

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da aut. e forma
António Maria Vieira Pires	Universidade da Beira Interior	Docência	Público	RCM 60/2017 de 30.03.2017, ponto 2
José Nunes	IPCB	Docência	Público	Docente do Serv. Origem - IPCB
Maria Eugénia Monteiro André	Universidade da Beira Interior	Docência	Público	RCM 60/2017 de 30.03.2017, ponto 2

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
António Maria Vieira Pires	N	B	5.800,18 €	1.131,89 €
Maria Eugénia Monteiro André	N	B	4.971,63 €	843,65 €
Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe	S	B	2.812,16 €	843,65 €
José Valdemar Silva Rodrigues	S	B	2.812,16 €	843,65 €
José Nunes	N	B	3.693,92 €	843,65 €



Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					Observações
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)	
António Maria Vieira Pires (*)	61 256,80 €	7 605,07 €	68 861,87 €	0,00 €	68 861,87 €	Abonos processados de 01.01.2020 a 18.03.2020 (Aposentação por limite de idade)
Maria Eugénia Monteiro André	83 837,18 €	16 250,96 €	100 088,14 €	0,00 €	100 088,14 €	Abonos processados de 01.01.2020 a 31.12.2020
Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe (**)	34 538,53 €	150,60 €	34 689,13 €	0,00 €	34 689,13 €	Abonos processados de 01.01.2020 a 25.06.2020 (Termo de Comissão de Serviço Privada em 25.06.2020)
José Valdemar Silva Rodrigues	52 049,62 €	62,75 €	52 112,37 €	0,00 €	52 112,37 €	Abonos processados de 01.01.2020 a 31.12.2020
José Nunes	65 034,76 €	0,00 €	65 034,76 €	0,00 €	65 034,76 €	Abonos processados de 01.01.2020 a 31.12.2021
<b>TOTAL</b>	<b>296 716,89 €</b>	<b>24 068,38 €</b>	<b>320 785,27 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>320 785,27 €</b>	

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (A redução da remuneração fixa mensal líquida determinada pelo art.º 12.º do DL n.º 12-A/2010, de 30.06, foi progressivamente eliminada nos termos do faccamento previsto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29.12, mantido pelo n.º 2 do art.º 14.º da Lei n.º 71/2018, de 31.12, conforme informação da ACSS através do ofício com a referência 39126/2020/URJ/ACSS - E-5532/2020/ACSS, de 14.07.2020, o que produziu o despacho do CA da ULSCB de 31.07.2020 para o efeito.)

(\*) Saída a 18.03.2020 (\*\*) Saída a 25.06.2020.

NOTA: António Maria Vieira Pires (Abonos variáveis): Aposentação provisória = 7 178,37€ - Ajudas Custo = 426,70€ - O valor Remuneração Fixa refere o pagamento de férias não gozadas e respectivo subsídio

NOTA: Maria Eugénia Monteiro André (Abonos variáveis): Atividade médica = 16 188,21€ - Ajudas Custo = 62,75€

NOTA: Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe: O valor Remuneração Fixa refere o pagamento de férias não gozadas e respectivo subsídio

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
António Maria Vieira Pires	4,77 €	162,18 €	CGA	14.548,55 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Maria Eugénia Monteiro André	4,77 €	1.182,96 €	CGA	23.756,07 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe	4,77 €	472,23 €	Seg. Social	8.202,88 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
José Valdemar Silva Rodrigues	4,77 €	1.082,79 €	CGA	12.361,87 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
José Nunes	4,77 €	1.178,19 €	CGA	15.445,29 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>4.078,35 €</b>		<b>74.314,66 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>		<b>0,00 €</b>

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[N.º]
António Maria Vieira Pires	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Maria Eugénia Monteiro André	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Valdemar Silva Rodrigues	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Nunes	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)				
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras	
				Identificar	Valor
António Maria Vieira Pires	0,00 €	0,00 €	426,70 €		0,00 €
Maria Eugénia Monteiro André	0,00 €	0,00 €	62,75 €		0,00 €
Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe	0,00 €	0,00 €	150,60 €		0,00 €
José Valdemar Silva Rodrigues	0,00 €	0,00 €	62,75 €		0,00 €
José Nunes	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
					702,80 €

## 2. Fiscalização

### Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
(Início - Fim)			Forma (1)	Data		
2018-2020	Presidente	Maria de Fátima Pereira Ruivo Duarte Coelho	Despacho	26/04/2018	716,06 €	1
2018-2020	Vogal	Dário Alexandre André Falcão	Despacho	26/04/2018	537,04 €	1
2018-2020	Vogal	Luisa Maria Teixeira Pisco	Despacho	26/04/2018	537,04 €	1

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Maria de Fátima Pereira Ruivo Duarte Coelho	10 024,84 €	0,00 €	10 024,84 €
Dário Alexandre André Falcão	7 518,56 €	0,00 €	7 518,56 €
Luisa Maria Teixeira Pisco	7 518,56 €	0,00 €	7 518,56 €
<b>TOTAL</b>			<b>25 061,96 €</b>

### ROC

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato
2018-2020	ROC	BDO & Associados, SROC, Lda / Paulo Jorge de Sousa Ferreira	20	20161384	Desp. SET e SES	25/09/2018	03/12/2018

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar A/G/D/U/E/D despacho (D)

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda / Paulo Jorge de Sousa Ferreira	17.220,00 €	0,00 €	17.220,00 €	—	0,00 €	0,00 €	17.220,00 €

Nota: valores com IVA incl. à taxa legal em vigor

*[Handwritten signature]*

### 3. Auditor Externo

Não existente na ULSCB.

**Confirmamos ainda que:**

#### Conselho de Administração

- Não foram pagos quaisquer montantes por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.
- Não foi paga qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.
- Não atribuição de prémios de gestão (art.º 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, aplicável por remissão do art.º 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março):

Este Conselho de Administração deu cumprimento ao previsto no art.º 41.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, não tendo retribuído com qualquer prémio de gestão os seus órgãos de administração e outros órgãos estatutários.

- Não foi paga qualquer indemnização a ex. administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

### **7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ART.º 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO**

- **Não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento:**

Os membros do Conselho de Administração da ULSCB não possuem, nem utilizam, cartões de crédito ou qualquer outro meio de pagamento para realizar despesas ao serviço da empresa.

- **Não reembolso de despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal:**

Em cumprimento do n.º 2 do art.º 32.º do DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, não foram reembolsadas, aos membros do Conselho de Administração, quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.





➤ **Valor das despesas associadas a comunicações:**

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Maria Vieira Pires (1)	75,00 €	114,00 €	valores sem IVA
Maria Eugénia Monteiro André	50,00 €	384,00 €	valores sem IVA
Catarina Maria Alves Arizmendi Filipe (2)	50,00 €	192,00 €	valores sem IVA
José Nunes	50,00 €	384,00 €	valores sem IVA
José Valdemar da Silva Rodrigues	50,00 €	384,00 €	valores sem IVA
		1.458,00 €	

(1) até 18/03/2020, data da saída por limite de idade

(2) até 25/06/2020, termo da comissão de serviço

➤ **Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:**

Não aplicável. Não existem viaturas de serviço afetas aos membros do CA.

## **8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS (N.º 2 DO ART.º 16.º DO RJSPE E ART.º 11.º DO EGP)**

➤ **Da aplicação da proibição de realização de despesas não documentadas:**

Em cumprimento no disposto no n.º 2 do art.º 16.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, todas as despesas realizadas apresentam ou têm por base um documento de suporte que as justifica.

## **9. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS (CONFORME N.º 2 DA RCM N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO)**

➤ **Da elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações:**

Os princípios remuneratórios e grelhas salariais na Administração Pública são transversais a todas as carreiras e trabalhadores, tendo a ULSCB obrigatoriamente que enquadrar a sua atuação pautada pelo tratamento igualitário, quer quanto ao género, raça, condição social ou outra. Com base neste entendimento basilar da Administração Pública e dos princípios constitucionais sobre a matéria, a ULSCB tem remunerado todos os seus trabalhadores de acordo com o estabelecido nas diversas leis de orçamento de estado, de execução orçamental e, nas determinações superiores de Tutela neste âmbito, não tendo nunca adotado qualquer política discriminatória em matéria salarial.

Para a defesa e garantia destes princípios, a ULSCB elaborou um Plano para a Igualdade e Não Discriminação 2021-2023, que se encontra publicado na página de internet da ULSCB em:

<http://www.ulscb.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/9/2016/11/Plano-para-a-Igualdade-e-Nao-Discriminacao.pdf>

## **10. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCO E INFRAÇÕES CONEXAS E DO RELATÓRIO ANUAL, TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, DESIGNADAMENTE A RECOMENDAÇÃO DATADA DE 1 DE JULHO DE 2009**

A ULSCB deu cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) procedendo à elaboração do seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que constitui o instrumento base de identificação dos riscos, nomeadamente conflito de interesses, e a enumeração das medidas adequadas a reduzir a probabilidade da sua ocorrência. De acordo com a Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho de 2009, do CPC, o plano consubstancia o conjunto de medidas previstas e contém os seguintes elementos:

- a) Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;
- b) Com base na referida identificação de riscos, indicação das medidas adoptadas que previnam a sua ocorrência;
- c) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do Conselho de Administração;
- d) Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Nos termos do artigo 19.º, n.º 13, dos Estatutos das ULS: *“O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e os respetivos relatórios anuais de execução são aprovados e submetidos pelo conselho de administração ao conselho de prevenção da corrupção e aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.”*

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas encontra-se divulgado no seguinte endereço:

<http://www.ulscb.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/9/2016/11/PlanoGestaoRiscosCorrupcaoInfracoesConexas-ULSCB-1.pdf>





A elaboração do Plano e do Relatório de Execução compete ao Serviço de Auditoria Interna, nos termos do artigo 19.º, n.º 2, alínea e) dos Estatutos das ULS (Anexo III aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro), serviço que, no âmbito da sua atividade, colabora com “a ACSS, I. P., a Administração Regional de Saúde respetiva e a IGAS” (artigo 19.º, n.º 11).

O Relatório de Execução do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do exercício de 2020, que tem como objetivo avaliar a execução das medidas de melhoria (preventivas/corretivas) referentes aos riscos de corrupção e infrações conexas das áreas de atividade previstas naquele, foi elaborado pelo Serviço de Auditoria Interna, contando com a participação dos responsáveis de todas as áreas envolvidas. Este documento foi visto e aprovado pelo Conselho de Administração em 21/05/2021, e encontra-se publicado no seu sítio da internet em:

<http://www.ulsb.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/9/2016/11/Relatorio-de-Execucao-do-Plano-Gestao-Riscos-Corruptao-Infracoes-Conexas-2020.pdf>

A grande maioria das medidas previstas no Plano já se encontram implementadas nos respetivos serviços, algumas implementadas parcialmente, sendo mínimas as que estão ainda por implementar.

As medidas não implementadas por sua vez, não correspondem a situações críticas de risco, sendo também passíveis de controlo através de normas internas dos serviços.

Deste modo, o nível de implementação de medidas atingido traduz uma relação de conformidade significativa entre as medidas preconizadas no plano e a realidade de funcionamento dos serviços da ULSCB.

O referido Plano encontra-se em revisão e atualização, de forma a integrar as sucessivas recomendações do CPC, as disposições legais e regulamentares aplicáveis, as normas de gestão de risco reconhecidas internacionalmente, bem como a experiência da aplicação, ao longo dos anos, o que permitiu a identificação de novos riscos e de novas medidas de prevenção ou mitigação dos mesmos, alargando o Plano a novas Áreas/ Serviços, tornando-o mais amplo.

## 11. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA APLICADAS EM 2020

Para cumprimento das diversas normas que disciplinam a chamada contratação pública, a ULSCB rege-se pelo regime jurídico geral aplicável às entidades públicas empresariais, e

nomeadamente às designadas por hospitais E.P.E., previsto no Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, e com as especificidades previstas no Decreto-Lei n.º 318/2009, de 02 de novembro, bem como no respetivo regulamento interno e nas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que não contrariem as normas ali previstas.

No que respeita à aquisição de bens e serviços e à contratação de empreitadas, a ULSCB rege-se por normas de direito privado, com exceção dos procedimentos que impõem a aplicação do regime do direito comunitário relativo à contratação pública, nos termos do estipulado no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Os Manuais de Controlo Interno existentes garantem o cumprimento rigoroso dos princípios gerais da livre concorrência, transparência e boa gestão.

Neste âmbito, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de abril de 2012 um "Regulamento de Compras para Aquisição de Bens, Serviços ou Empreitadas" que é alterado e atualizado sempre que se justifique.

De forma a agilizar os processos operacionais, otimizar os procedimentos administrativos, bem como dar integral cumprimento da legislação em vigor, são apresentados alguns considerandos importantes sobre o processo de aquisições, que são cumpridos e seguidos e sem os quais não poderá desenvolver-se qualquer compra/aquisição, seja de bens e ou serviços.

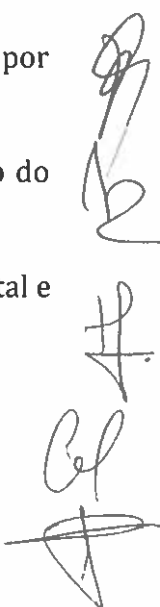
Assim temos que:

- O processo que dá origem a qualquer despesa tem normalmente três níveis de fundamentação possíveis:
  - Pelo utilizador;
  - Pelo Serviço de Compras e Logística;
  - Pela entidade competente para autorizar a despesa.

A fundamentação visa estabelecer o nexo de causalidade entre a necessidade a satisfazer, as atribuições da Instituição e as exigências de legalidade.

Os requisitos gerais para a realização das despesas encontram-se legalmente estabelecidos e por norma são:

- Conformidade legal (existência de lei que autorize a despesa; e prossecução do interesse público);
- Regularidade financeira (estar inscrita no orçamento, ter cabimento orçamental e adequada classificação económica e respetivo compromisso);



- Economia, Eficácia e Eficiência (na realização das despesas deverá ter-se em vista a obtenção do máximo rendimento com o mínimo de recursos).

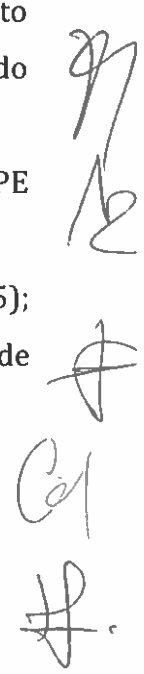
A expressão de necessidades de consumo a satisfazer deve ser formalizada pelos utilizadores através de um “*pedido de fornecimento ou de aquisição*”, do qual devem constar os seguintes elementos de informação:

- Identificação do centro de custo ou do serviço utilizador que dá origem ao pedido;
- Especificação dos artigos, serviços ou equipamentos a adquirir e respetivas quantidades;
- Fundamentação completa do pedido, justificando essencialmente a necessidade a satisfazer, estabelecendo-se o nexo de causalidade entre a despesa a realizar e as atribuições cometidas à instituição, bem como análise custo-benefício;
- Indicação dos prazos contratuais quando tal for o caso.

A ULSCB, ainda no âmbito do enquadramento legal em vigor, e no que respeita ao regime de aquisição, encontra-se a cumprir integralmente o CCP e ainda o determinado na Portaria n.º 55/2013, de 07 de fevereiro, com a redação introduzida pela Portaria n.º 406/2015, de 23 de novembro; na Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro; nos Despachos n.º 6618/2013, de 22 de maio; n.º 9813/2013, de 16 de julho; n.º 2296/2013, de 8 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ou seja, em matéria de contratação pública mormente, ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, foi seguida a matéria legal relacionada com aquisições de bens e serviços, cuja contratação passou a estar centralizada na SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., na UMC da Secretaria Geral do Ministério da Saúde e ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., desde que ali existam procedimentos realizados, nomeadamente Acordos-Quadro ou contratos públicos de aprovisionamento.

A ULSCB procede em conformidade e antes da decisão de contratar e consequente lançamento do procedimento pré-contratual comunica e solicita, sempre que aplicável, a obtenção do parecer prévio nas aquisições de bens e serviços, nomeadamente:

- Aquisição de bens ou serviços informáticos (TIC's) > 25.000€ (SPMS, EPE Despacho n.º 1760/2012, de 30/1);
- Aquisição de bens ou serviços TIC's > 10.000€ (AMA, IP - DL 107/2012, de 18/5);
- Aquisição de bens de Investimento > 100.000€ (Despacho n.ºs. 1747/2014, de 21/1 e 10220/2014, de 01/08, do Senhor Secretário de Estado da Saúde);



- Assunção de Compromissos Plurianuais > cumprimento do estabelecido e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação, no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

Na ULSCB os procedimentos de formação de qualquer contrato iniciam-se mediante prévio despacho/deliberação do Conselho de Administração ou do órgão no qual este tenha delegado essa competência, o qual deve conter:

- Decisão de contratar, devidamente fundamentada;
- Decisão de escolha do procedimento;
- Decisão de autorização da despesa;
- Prévia cabimentação da despesa
- Aprovação das peças do procedimento; convite/programa/anúncio e caderno de encargos;
- Indicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa;
- Nomeação do Júri e do Gestor do Contrato;
- Subscrição pelos membros do Júri ou Gestores do Procedimento de Declarações de Inexistência de Conflito de Interesses.

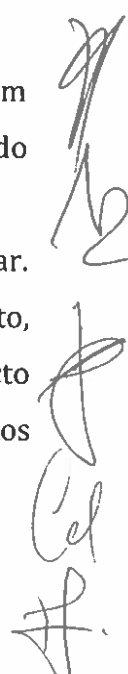
O desenvolvimento dos procedimentos segue as regras de tramitação estabelecidas no CCP, nomeadamente:

As adjudicações são sempre feitas de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada por uma s seguintes modalidades:

a) Melhor relação qualidade-preço, na qual o critério de adjudicação é composto por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, relacionados com diversos aspetos da execução do contrato a celebrar;

b) Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Na avaliação das propostas não podem ser considerados quaisquer aspetos que digam respeito, direta ou indiretamente, a situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos a concorrentes. Os fatores e eventuais subfatores devem abranger apenas os aspetos de execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência.



Sempre que tal se revele possível, as especificações técnicas dos bens a adquirir deverão ser adequadamente definidas, contendo as exigências técnicas e de “qualidade” que possibilitem que o preço mais baixo seja o único critério de escolha da proposta.

A adjudicação é precedida da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar.

O Regulamento Interno da ULSCB, na parte respeitante à formação dos contratos de aquisições, garante ainda o cumprimento dos princípios gerais da livre concorrência, transparência e boa gestão, designadamente a fundamentação das decisões tomadas, e faz ainda aplicar os princípios gerais da atividade administrativa, nomeadamente:

**a) Princípio da legalidade:**

Observar os princípios e as regras previstos no presente regulamento, não podendo, designadamente, adotar procedimentos diferentes dos nele tipificado, exceto em caso de estado de necessidade.

**b) Princípio da prossecução do interesse público:**

Respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

**c) Princípio da publicidade e da transparência:**

O critério de adjudicação e as condições essenciais do contrato que se pretende celebrar devem estar definidos previamente à abertura do procedimento e ser dados a conhecer a todos os interessados a partir da data daquela abertura; deverá estar garantida uma adequada publicidade da sua intenção de contratar e a escolha de propostas deve ser sempre fundamentada.

**d) Princípio da igualdade:**

Na formação dos contratos públicos devem proporcionar-se iguais condições de acesso e de participação dos interessados em contratar, segundo critérios que traduzam juízos de valor dos aspetos decisivos para contratar, coordenados com o objeto específico do contrato.

**e) Princípio da justiça e da imparcialidade:**

Nos procedimentos devem ser ponderados todos os interesses públicos e privados relevantes, uns com os outros e entre si. Os programas de concurso, cadernos de encargos e outros documentos que servem de base ao procedimento não podem conter qualquer cláusula que vise favorecer ou prejudicar interessados em contratar, nem tão-pouco é permitida, na sua aplicação, qualquer interpretação que contemple tais propósitos.





**f) Princípio da concorrência:**

Na formação dos contratos deve garantir-se o mais amplo acesso aos procedimentos dos interessados em contratar, e em cada procedimento deve ser consultado o maior número de interessados, no respeito pelo número mínimo que a lei imponha.

**g) Princípio da proporcionalidade:**

Observados os limites fixados no presente regulamento, deve ser escolhido o procedimento mais adequado ao interesse público a prosseguir, ponderando-se os custos e os benefícios decorrentes da respetiva utilização.

**h) Princípio da boa-fé:**

Na formação e execução dos contratos as entidades públicas e privadas devem agir segundo as exigências da identidade, autenticidade e veracidade na comunicação. Os programas de concurso, cadernos de encargos e outros documentos que servem de base ao procedimento, bem como os contratos, devem conter disposições claras e precisas.

**i) Princípio da tutela da confiança:**

Ponderação dos valores fundamentais do direito, nomeadamente, a confiança suscitada na contraparte pela atuação em causa e o objetivo a alcançar com a atuação empreendida.

**j) Princípio da estabilidade:**

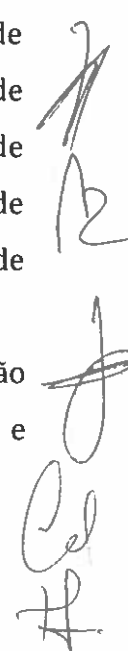
Os programas de concurso, cadernos de encargos e outros documentos que servem de base ao procedimento devem manter-se inalterados durante a pendência dos respetivos procedimentos. Nos procedimentos em que não esteja prevista qualquer negociação, as propostas apresentadas pelos concorrentes são inalteráveis até à adjudicação.

**k) Princípio da responsabilidade:**

As entidades, funcionários e agentes podem ser responsabilizados civil, financeira e disciplinarmente pela prática de atos que violem o disposto no Regulamento de Compras.

Para além das regras e procedimentos atrás enunciados, atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, foi necessário acautelar e assegurar o tratamento da doença COVID-19 no SNS, através de um regime legal adequado a esta realidade excecional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública.

Assim, devido à situação excecional que se vive desde março de 2020, foi necessário a aplicação de medidas extraordinárias e de caráter urgente. Neste sentido, no sector das compras e



contratação pública tornou-se urgente garantir às entidades prestadoras de cuidados de saúde do SNS a possibilidade de aquisição, com a máxima celeridade, dos equipamentos, bens e serviços necessários à avaliação de casos suspeitos e ao tratamento de sintomas e complicações associadas ao COVID-19, e, ainda, a tomada de outras medidas consideradas urgentes e imprescindíveis.

Para tal, o governo aprovou o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabeleceu um regime excecional em matéria de contratação pública e realização de despesa pública, conciliando a celeridade procedimental exigida com a defesa dos interesses do Estado e a rigorosa transparência nos gastos públicos.

Este Decreto-Lei aplica-se à prevenção, contenção, mitigação e tratamento de infeção epidemiológica por COVID-19, bem como à reposição da normalidade em sequência da mesma.

Assim, o Serviço de Compras e Logística teve de adotar as seguintes regras:

1 - Para efeitos de escolha do procedimento de ajuste direto para a celebração de contratos de empreitada de obras públicas, de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, independentemente da natureza da entidade adjudicante, aplicar o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de se tratar de ajuste direto para a formação de um contrato de aquisição ou locação de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual não seja superior a 20.000 euros, aplicar o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 128.º do CCP.

3 - Aos procedimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 10-A/2020 não se aplicam as limitações constantes dos n.ºs 2 a 5 do artigo 113.º do CCP, estando as mesmas igualmente isentas do disposto no artigo 27.º-A do CCP.

4 - As adjudicações feitas ao abrigo do presente regime excecional são comunicadas pelas entidades adjudicantes aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respetiva área setorial e publicitadas no portal dos contratos públicos, garantindo o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência da contratação.

Além da alteração temporária em matéria de aquisições, também foi aprovada a Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, que estabelece, com efeitos temporários, uma isenção de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, followed by 'Ce', and 'H.' at the bottom.

para combater os efeitos do surto de COVID-19 pelo Estado e outros organismos públicos ou por organizações sem fins lucrativos.

De referir, por fim, que a ULSCB tem contratado serviços técnicos especializados para apoio jurídico do Serviço de Compras e Logística e dos pareceres dos Serviços Jurídicos por forma a assegurar a regular revisão e atualização das peças concursais, elaboração de contratos e bem assim da restante tramitação dos procedimentos pré-contratuais.

Para desenvolvimento dos processos de contratação, utiliza-se a Plataforma eletrónica de compras públicas [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela ACIN – iCloud Solutions.

#### Informação Adicional:

<b>Atos ou Contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de EUR:</b>
Não foi celebrado qualquer contrato com valor superior ao indicado.
<b>Normas de contratação pública pelas participadas:</b>
Não aplicável
<b>Contratos sujeitos a Visto do Tribunal de Contas:</b>
- 1.º Adicional ao Contrato n.º 25/2018 associado ao procedimento de Concurso Público n.º 17000118: "Empreitada de Remodelação e Ampliação do Hospital Amato Lusitano" – Dossiê DCC n.º 273/2020 – Tribunal Contas de 2020.06.10;
- 2.º Adicional ao Contrato n.º 25/2018 associado ao procedimento de Concurso Público n.º 17000118: "Empreitada de Remodelação e Ampliação do Hospital Amato Lusitano" – Dossiê DCC n.º 319/2020 – Tribunal Contas de 2020.06.30;
- 3.º Adicional ao Contrato n.º 25/2018 associado ao procedimento de Concurso Público n.º 17000118: "Empreitada de Remodelação e Ampliação do Hospital Amato Lusitano" – Dossiê DCC n.º 420/2020 – Tribunal Contas de 2020.08.02

## **12. MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)**

A ULSCB rege-se pelo regime jurídico geral aplicável às entidades públicas empresariais (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), com as especificidades previstas no Decreto-Lei n.º 318/2009, de 02 de novembro, bem como pelos seus estatutos (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, no seu Anexo III), pelo seu regulamento interno e outras normas em vigor para o SNS.

Neste âmbito e relativamente à implementação de medidas previstas na Lei n.º 7-B/2016, de 31 de março, que aprova as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016-2019 ao nível de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a adesão da ULSCB ao Sistema Nacional de Compras Públicas (ANCP) e Parque de Veículos do

7  
N2  
A  
ed  
F

Estado, e dado que esta entidade não está subordinada ao regime de contratações públicas gerido pela ANCP, nem ao sistema de Gestão do PVE, poderia tornar-se numa entidade voluntária aderente mediante o estabelecimento de um contrato de adesão, que foi aprovado e assinado pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2012, nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, com a ex. ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas, atual ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. vinculando-nos assim como entidade compradora voluntária.

Registe-se que a ANCP foi extinta com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, e foi criada a ESPAP que lhe sucede na totalidade das atribuições e competências, bem como nos direitos e deveres e ou em todas as relações jurídicas contratuais da ANCP, com a missão e atribuições e a sucessão definidas nos artigos 3.º e 21.º do referido diploma.

### **13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS (ART.º 158.º DO DLEO 2019)**

A evolução ocorrida no exercício em análise, tanto ao nível dos gastos operacionais, como no volume de negócios, encontra-se exposta no ponto 1 (Objetivos de Gestão) deste Capítulo, bem como no Capítulo sobre a “Evolução dos Principais Indicadores Económico-Financeiros”.

Face ao previsto em sede de orçamento, embora tenha ocorrido um aumento dos gastos na ordem dos 3,5 M€ (não considerando os impactos da pandemia), o principal desvio aconteceu nos rendimentos que ficaram aquém dos estimados (-4,3 M€). Para este resultado contribuiu em larga escala o acerto de estimativas aos Contratos-Programa de 2015 e 2016, para além da quebra mais acentuada ao nível das taxas (-721 mil euros) e, principalmente, do Contrato-Programa (-2,3 M€).

O efeito conjugado destas variações fez com que o EBITDA se agravasse de forma considerável, piorando inclusive 1,4 M€ face ao ano anterior (mais uma vez não considerando os efeitos da pandemia).

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução ocorrida relativamente às medidas previstas no art.º 158.º do DLEO 2019:



EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2020 Exec.	2020 Orç.	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-9.923.444 €	-2.230.208 €	-8.512.447 €	-2.660.482 €	-1.410.997 €	16,58%
(1) CMVMC	10.361.465 €	10.110.204 €	9.803.419 €	10.080.177 €	558.046 €	5,69%
(2) FSE	20.518.181 €	19.416.457 €	19.635.824 €	18.110.895 €	882.357 €	4,49%
(3) Gastos com o pessoal	49.822.297 €	48.453.258 €	45.458.548 €	42.023.760 €	4.363.749 €	9,60%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1.198 €	0 €	0 €	0 €	1.198 €	
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	275.594 €	0 €	993.334 €	428.846 €	-717.740 €	-72,26%
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	47.995 €	0 €	425.525 €	508.194 €	-377.530 €	-88,72%
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3 - 3.i - 3.ii - 3.iii)	49.497.510 €	48.453.258 €	44.039.689 €	41.086.721 €	5.457.821 €	12,39%
(5) Impactos da pandemia por Covid-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal) <sup>a)</sup>	4.611.500 €	1.400.000 €	0 €	0 €	4.611.500 €	
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	75.765.656 €	76.579.919 €	73.478.932 €	69.277.792 €	2.286.725 €	3,11%
(7) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>	70.902.883 €	75.901.813 €	68.121.980 €	68.708.424 €	2.780.903 €	4,08%
(7.1) Perda de receita decorrente da pandemia por Covid-19 (+)	532.000 €	750.000 €	0 €	0 €	532.000 €	
(8) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7 + 7.1)	71.434.883 €	76.651.813 €	68.121.980 €	68.708.424 €	3.312.903 €	4,86%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	106,06%	99,91%	107,86%	100,83%	-1,80%	-1,67%
(I) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	75.243 €	82.415 €	84.140 €	81.488 €	-8.897 €	-10,57%
(II) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	68.196 €	71.604 €	67.972 €	66.385 €	224 €	0,33%
(IV) Gastos associados à frota automóvel <sup>c)</sup>	233.379 €	275.000 €	281.996 €	277.138 €	-48.617 €	-17,24%
(10) Total = (I) + (II) + (IV)	376.818 €	429.019 €	434.108 €	425.011 €	-57.291 €	-13,20%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	125.421 €	248.000 €	137.261 €	150.807 €	-11.840 €	-8,63%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1450	1422	1321	1266	129	9,77%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	8	8	5	-2	-25,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	2	2	2	2	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1442	1412	1311	1259	131	9,99%
N.º Trabalhadores/N.º CD	721	706	661	633	61	9,16%
N.º de viaturas	51	51	51	50	0	0,00%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia Covid-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como dos impactos Covid-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (+); estes últimos impactos deverão ser devidamente justificados e discriminados.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Comparando com o ano de 2019, existe uma melhoria do rácio Peso dos Gastos / Volume de Negócios (se deduzirmos o efeito pandemia), embora tenhamos sempre de ter em conta que uma parte dos gastos relacionados com a situação pandémica respeitam a estimativas, nomeadamente nos gastos com pessoal que já pertencia à ULSCB e que prestou serviço na área do Covid. Caso não fossem considerados os efeitos da pandemia, o rácio aumentaria para 113,82%, ou seja quase 6% acima do ano de 2019.

Para aferir o impacto relacionado com a pandemia, apresentamos de seguida um quadro resumo com os principais gastos ocorridos, bem como a quebra no volume de negócios:



Impactos da pandemia por Covid-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal)	4.611.500 €
<b>Medida 095</b>	<b>3.950.852 €</b>
bens de consumo (EPI, reagentes, medicamentos, ...)	1.271.721 €
serviços (aluguer contentores, adaptação espaços, ...)	191.312 €
gastos com pessoal (152 contratações, trab. extra., férias não gozadas, prémio desempenho, ...)	2.487.819 €
<b>Medida 096</b>	<b>660.648 €</b>
gastos com pessoal (recuperação atividade cirúrgica...)	612.492 €
Informática (Update equipamentos, licenças windows remote desktop)	48.156 €

Perda de receita decorrente da pandemia por Covid-19	532.000 €
Quebra na cobrança de taxas moderadoras	509.000 €
Quebra na cobrança de outras taxas	23.000 €

No que respeita aos gastos com pessoal, a ULSCB, estando situada numa região do interior do país, insere-se numa zona geográfica onde os recursos humanos além de escassos têm uma difícil atratividade devido a diversos fatores conhecidos.

Devido a estes fatores, vários serviços e unidades da ULSCB encontram-se altamente comprometidos e com dificuldade em se manterem ativos e com sustentação, estando alguns deles a funcionar já no limiar mínimo do indispensável quanto aos recursos humanos necessários.

Os principais constrangimentos identificados, para além de outros existentes, determinam em muitas situações enorme dificuldade de gestão dos recursos humanos, no sentido de ser garantida a prestação dos serviços de saúde com o mínimo de qualidade e, de dignidade face à salvaguarda dos direitos e interesses dos doentes e utentes.

Situação que se agravou devido à crise pandémica por COVID-19 que se atravessou, e ainda se atravessa, não obstante a sua menor dimensão nesta data, que fustigou com maior rigor as instituições carentes de recursos e com dificuldades em atrair profissionais.

Esta realidade superou, no que cabe à projeção de recursos humanos, todas as estimativas e perspetivas delineadas para o ano 2020/2021. A instituição viu-se a braços e obrigada à necessidade exponencial de contratações nos recursos mais diretamente vocacionados para o atendimento de doentes, quer na sua forma direta, quer na sua forma de atividade de suporte e apoio, o que naturalmente obrigou a um acréscimo dos encargos com pessoal

A legislação que suporta as contratações ao abrigo do Covid-19 é a seguinte:

- DL. 10-A/2020 de 13.03, art. 6º, com as diferentes atualizações (DL. 22/2020 de 16.05; DL. 78-A/2020 de 29.09; DL. 106-A/2020 de 30.12)
- Desp. MS 3301-E/2020 de 15.03
- Desp. MS 9719/2020 de 08.10
- Desp. MS 540/2021 de 13.01

Quanto aos restantes encargos (deslocações, frota automóvel, contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria), existe uma diminuição generalizada provocada pela quebra da atividade, principalmente no 2º trimestre do ano, pelo que estes dados terão de ser relativizados já que em 2019 a realidade foi diferente.

#### **14. CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA – CUMPRIMENTO DO N.º 7 DO ART.º 49.º DO DLEO 2019**

Nas aquisições de serviços cujo objeto foram “estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor”, e se verificou existir impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios, foram em situações excecionais e devidamente fundamentadas, asseguradas a realização de prévias consultas a outras empresas que se encontravam em relação de grupo, nomeadamente, outros Centros Hospitalares ou Unidades Locais de Saúde, para demonstração da inexistência de capacidade de fornecimento destes serviços.

Os gastos suportados em 2020 constam do quadro do ponto anterior.

#### **15. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO – ART.º 28.º DO DL N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, ART.º 160.º DA LOE 2020 E ART.º 115.º DO DLEO 2019**

O princípio da Unidade de Tesouraria, que determina que as entidades que integram o SEE devem manter as suas aplicações e disponibilidades junto do IGCP, está a ser cumprido dentro dos limites autorizados pela IGCP (despacho do CA do IGCP de 12/11/2020 que exceciona do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, os valores movimentados pelo sistema de pagamentos a convencionados), mantendo a ULSCB contas na banca comercial (Millennium BCP e Santander) para a realização dos pagamentos às entidades convencionadas, ao abrigo do

despacho n.º 6323/97 de 25/07 e despacho n.º 16883-A/2011, de 14/12, que obriga à existência de contas abertas nas instituições bancárias onde é debitada a faturação em dívida, sendo transferido da conta do IGCP o montante mensal necessário para os pagamentos confirmados. Todos os serviços e os meios de pagamento utilizados pela ULSCB são os que são disponibilizados pelo IGCP, sem exceção.

O saldo contabilístico no final do exercício no IGCP (quadro seguinte) ascende a 265.568,67 euros, correspondendo a 99,98% do total das disponibilidades em bancos. A diferença entre o saldo contabilístico (265.568,67 euros) e o saldo no IGCP (574.299,18 euros), no montante de 308.730,51 euros, resulta de movimentos em trânsito.

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	803.671,96	494.790,26	877.780,61	574.299,18
Aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	803.671,96	494.790,26	877.780,61	574.299,18

O saldo existente na banca comercial respeita apenas ao Millennium BCP, no final de cada período abaixo indicado, e decorre de valores não levantados pelo banco no âmbito de pagamentos a convencionados.

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
MillenniumBCP	50,07	50,07	5.529,49	50,07
Total	50,07	50,07	5.529,49	50,07
Juros auferidos**	0,00	0,00	0,00	0,00

\* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

\*\* - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial

De referir ainda que não auferimos quaisquer juros nos depósitos existentes nas diversas contas bancárias.

## 16. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não foram realizadas, nem foram recebidas recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas nos últimos 3 anos.

## **17. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE CONFORME DETERMINA O ART.º 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO**

A presença equilibrada de mulheres e de homens nos postos de decisão, política e económica, é reconhecida como um requisito da democracia e como um contributo para a própria sustentabilidade do desenvolvimento, gerando um melhor aproveitamento das qualificações e competências quer de mulheres, quer de homens.

O sector empresarial representa uma parte importante da vida económica tendo o bom governo das empresas um valor económico e social fundamental, quer para as próprias empresas, quer para a economia em que se inserem. (RCM 19/2012, de 08/03)

A Igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade e para o desenvolvimento. A Igualdade de género obriga e exige a que homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades, condições, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas.

Importa, deste ponto de vista, assegurar e acautelar as diferentes componentes mais significativas do processo de igualdade e não discriminação.:

- a) Igualdade no acesso ao trabalho;
- b) Igualdade nas condições de trabalho;
- c) Igualdade remuneratória;
- d) Proteção na parentalidade;
- e) Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

A Lei n.º 62/2017, de 01/08, aprovou o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial. Em conforme com o art.º 7.º do referido diploma as entidades do setor público empresarial devem elaborar anualmente, "... planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional ...".

Dando satisfação ao preconizado naquela e na demais legislação em vigor sobre a questão da igualdade, a ULSCB elaborou um Plano que pretende efetuar um retrato da realidade da ULSCB

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large stylized 'A', 'C', and 'H'.

e demonstrar a sua posição na promoção de políticas e práticas que visam garantir os princípios de igualdade de oportunidades entre géneros, evitando toda e qualquer forma de discriminação. Os quadros seguintes evidenciam os objetivos e as medidas a implementar e a alcançar no âmbito da igualdade de género, bem como os respetivos responsáveis.

Domínio	Objetivos	Descrição	Medida(s) (*)	Responsáveis pela Implementação	Calendarização
DIAGNÓSTICO PLANEAMENTO E GESTÃO	Efetuar o diagnóstico da situação na ULSCB. Salvaguardar os Princípios da Igualdade de Género e da não discriminação. Garantir e preservar a equidade total possível entre géneros	<p>Criar um grupo de trabalho para a igualdade de género e não discriminação (GTIG). Nomear um profissional (RIG) com competência na área da igualdade de género, para coordenar o GTIG e implementar medidas no âmbito desta causa ouvindo a Comissão de Humanização (CH)</p> <p>Divulgar internamente nos serviços e unidades da ULSCB os princípios subjacentes à necessidade de procedimentos para garantia da igualdade de género e não discriminação</p>	<p>Analisado o diagnóstico, apresentar eventuais propostas de reavaliação e ou alteração da Missão, Valores, Regulamento Interno e outros documentos oficiais da ULSCB garantindo a aplicabilidade dos princípios norteadores da igualdade de género</p>	CA / RIG / GTIG / CH	OUTUBRO 2020
	Motivar o reconhecimento por parte dos cidadãos e utentes da sintonia da ULSCB com a defesa da igualdade de género	Elaborar e formalizar questionários internos junto dos profissionais e utentes da ULSCB, para procura de desvios e desequilíbrios, que permitam encontrar e corrigir soluções de melhoria das condições de igualdade de género.	Efetuar a análise e estudo dos questionários e aplicá-los indo de encontro aos problemas identificados no âmbito da Igualdade de Género	GTIG / RIG	ATÉ FINAL DE MARÇO 2020

(\*) Em articulação com o DPO

Domínio	Objetivos	Descrição	Medida(s) (*)	Responsáveis pela Implementação	Calendarização
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO	Promover a participação dos trabalhadores e o diálogo social na ULSCB	Permitir aos profissionais pronúncia sobre as condições laborais da ULSCB, incluindo aspetos relacionados com a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, garantindo a igualdade entre homens e mulheres.	RIG/SRH		ATÉ FINAL DE JANEIRO 2020
	Igualdade de oportunidades e condições de acesso	Atuação de acordo com os princípios constitucionais sobre a igualdade de género, garantindo e respeitando a não discriminação, a igualdade de oportunidade, critérios não discriminatórios, transparência nos processos e publicidade nas condições de acesso à profissão, tratamento igualitário, equidade na representação de género nos júris (sempre que possível). Avaliação do desempenho com base apenas nas competências e no mérito.	SRH / DPO		A PARTIR DE OUTUBRO 2020
	Promover ações de responsabilidade social e de apoio aos profissionais no âmbito da igualdade de género	Tentar estabelecer protocolos com serviços de creches, lares, babysitting, etc), promovendo a conciliação entre a vida profissional e familiar dos profissionais garantindo igualdade de oportunidade a ambos sexos no âmbito da parentalidade	GTIG / RIG / SRH / CA		ATÉ FINAL DE JANEIRO 2020
	Promover a participação dos trabalhadores nas ações de formação que abordem as matérias relacionadas com a igualdade de género	<p>1 - Desenvolver e promover ações de formação e de sensibilização para a igualdade de género e não discriminação.</p> <p>2 - Criar um canal aberto através do Gabinete do Cidadão (GC) e do Gabinete da Qualidade e Imagem (GQI) para que os profissionais e utentes possam no âmbito da sua relação com a ULSCB poderem apresentar queixas, opiniões e sugestões</p>	GC / GQI / GTIG / RIG		ATÉ FINAL DE JANEIRO 2020

(\*) Em articulação com o DPO

Domínio	Objetivos	Descrição	Medida(s) (*)	Responsáveis pela Implementação	Calendarização
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	Promover a comunicação e incentivar a comunicação interna e externa usando linguagem não discriminatória	Criação de um endereço eletrónico para denúncias e/ou sugestões relacionadas com a igualdade de género e não discriminação.		GC / SERVIÇO DE INFORMÁTICA / DPO	
		Não agregar a informação por género na elaboração das ferramentas de recolha de informação de gestão e dados estatísticos	Incrementar na recolha e gestão de dados, sempre que aplicável, em todas as situações, a não agregação da informação por género.	Todas as áreas de suporte com indicadores	
		Divulgação e informação de boas práticas ao nível da igualdade de género e não discriminação no site da ULSCB	Tornar publicas as políticas e procedimentos, no âmbito da igualdade de género, bem como, no plano de ação para a igualdade.	GC / GQI / RIG	

(\*) Em articulação com o DPO



Este plano foi comunicado em 01/10/2020 a todos os organismos a que a lei se refere e encontra-se publicado na página de internet da ULSCB em:

<http://www.ulscb.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/9/2016/11/Plano-para-a-Igualdade-e-Nao-Discriminacao.pdf>

## 18. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA PREVISTA NO ARTIGO 66.º -B DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Informa-se que relativamente à exigência prevista no art.º 66-B do CSC (Relatório Não Financeiro), a ULSCB elabora um relatório em separado que integra o relatório de Governo Societário.

## 19. INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRA DIVULGADA NA PÁGINA DE INTERNET DA ULSCB, QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS

A informação divulgada no sítio de internet da ULSCB em 31/12/2020 é a seguinte:

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação S/N/N.A.	Data Atualiz.	Comentários
<b>Estatutos</b>	S	10/02/2017	
<b>Caracterização da empresa</b>	S	31/12/2020	consultar Relatório e Contas
<b>Função de tutela e accionista</b>	N.A.		
<b>Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais</b>			
Identificação dos órgãos sociais	S	31/12/2020	consultar Relatório de Governo Societário
Estatuto remuneratório fixado	S	31/12/2020	consultar Relatório de Governo Societário
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	31/12/2020	consultar Relatório de Governo Societário
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	31/12/2020	consultar Relatório de Governo Societário
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	S	31/12/2020	consultar Relatório de Governo Societário
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S	31/12/2020	
<b>Ficha Síntese</b>	S	31/12/2016	
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	S	31/12/2020	consultar Relatório e Contas
<b>Princípios de Bom governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	31/12/2020	consultar Relatório e Contas
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	S	31/12/2020	consultar Relatório e Contas
Outras transações	S	31/12/2020	consultar Relatório e Contas
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	31/12/2020	consultar Demonstração não Financeira
Social	S	31/12/2020	consultar Demonstração não Financeira
Ambiental	S	31/12/2020	consultar Demonstração não Financeira
Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo	S	31/12/2020	consultar Relatório e Contas
Código de Ética	S	31/03/2016	

Apresentamos no quadro seguinte um resumo quanto ao cumprimento das orientações e objetivos.

Apêndice 2 - EPE

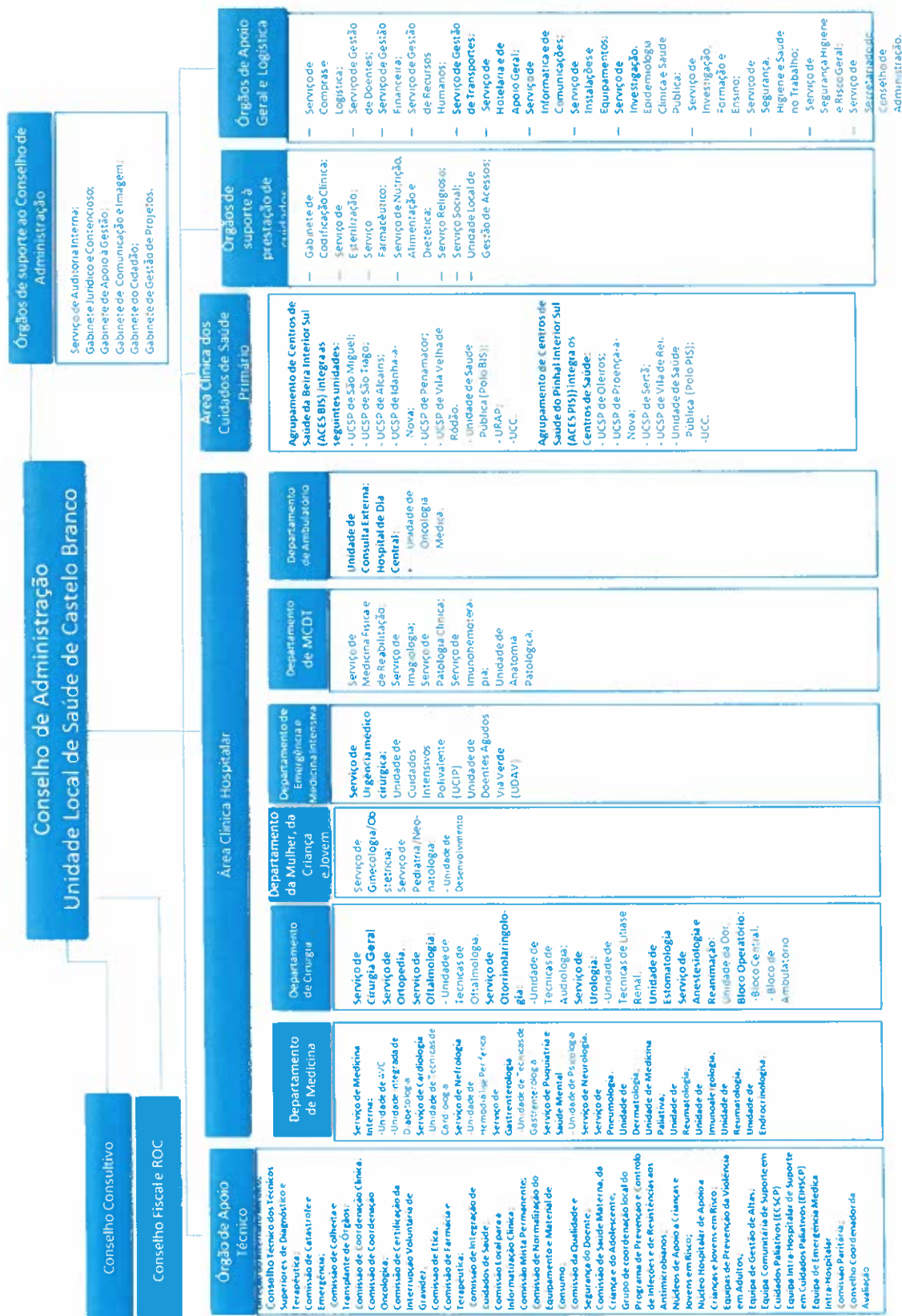
Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento S/N/A	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
<b>Objetivos de Gestão:</b>			
Índice de Desempenho Global	S	99,98%	Estimativa - ver ponto 1 - objetivos de gestão no capítulo Cumprimentos das Obrigações Legais
<b>Metas atingir constantes da Adenda ao Acordo Modificativo ao Contrato Programa 2020 / PAO 2020</b>			
<b>Sustentabilidade econômico-financeira</b>			
- não acumulação de novas dívidas e de pagamentos em atraso / nível de endividamento	N	+1,7 M€	ver ponto 4 - Cumprimento Obrig. Legais
- Efetuar o pagamento das dívidas em atraso tendo em conta a antiguidade das mesmas	S		ver ponto 4 - Cumprimento Obrig. Legais
- gastos operacionais relevantes para cálculo EBITDA não devem exceder os 78.404.919 euros	N	81.818.112 €	ver ponto 1 - objetivos de gestão no capítulo Cumprimentos das Obrigações Legais
- Incentivar a obtenção de rendimentos operacionais próprios da ULS, aumentando em pelo menos 5% as receitas extra Contrato-Programa	N	602.882 €	ver ponto 1 - objetivos de gestão no capítulo Cumprimentos das Obrigações Legais
- alcançar EBITDA de 2.230.208 euros	N	-923.444 €	ver capítulo sobre evolução indicadores econômico-financeiros
- tomar novas medidas de gestão que possibilitem alcançar o EBITDA indicado	N		ver ponto 1 - objetivos de gestão no capítulo Cumprimentos das Obrigações Legais
- fazer uma gestão de tesouraria adequada de forma a garantir que não existam saldos excessivos a par da persistência de dívida vencida a fornecedores	S		ver ponto 1 - objetivos de gestão no capítulo Cumprimentos das Obrigações Legais
<b>Investimento realizado (face ao previsto no PAO 2020)</b>	N	56,89%	ver ponto 1 - objetivos de gestão no capítulo Cumprimentos das Obrigações Legais
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SICO / SOE</b>	S	100,0%	ver ponto 1 - objetivos de gestão no capítulo Cumprimentos das Obrigações Legais
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	S	0,00%	ver ponto 2 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	0€ - 0%	ver ponto 3 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	N	+ 19 dias	ver ponto 4 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	S	11.329.077 €	ver ponto 4 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Recomendações do acionista da última aprovação de contas:</b>			
Mencionar no relatório de Governo Societário a sua participação em entidades de natureza associativa ou fundacional, tal como acontece relativamente ao SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	S		
Reforçar os sistemas de controlo interno, com vista à obtenção de resultados no processo de análise e reconciliação nas rubricas de terceiros	S		
Dar cumprimento ao disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e no despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, no que concerne à redução do PMP a fornecedores	S		
Dar cumprimento ao disposto no art.º 7.º da LCPA, não podendo a execução conduzir a um aumento dos pagamentos em atraso	S		
Respeitar o n.º 1 do art.º 95.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, no sentido de ser prestada informação sobre fundos disponíveis	S		
Assegurar o cumprimento da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, relativa à elaboração e divulgação do relatório trienal sobre as remunerações para mulheres e homens	S		
Elaborar e publicar o relatório de gestão de risco de corrupção e de infrações conexas, em cumprimento dos n.os 1 e 2 do art.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	S		
Dar cumprimento integral da aplicação do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e do n.º 5 do art.º 111.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, os quais estabelecem que as empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE	S		
<b>Remunerações:</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S		ver ponto 6 - Cumprimento Obrig. Legais
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		ver ponto 6 - Cumprimento Obrig. Legais
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		ver ponto 6 - Cumprimento Obrig. Legais
Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2020 (se aplicável)	N.A.		Não existente
<b>EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S		ver ponto 7 - Cumprimento Obrig. Legais
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		ver ponto 7 - Cumprimento Obrig. Legais
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		ver ponto 7 - Cumprimento Obrig. Legais
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		ver ponto 7 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º 16.º do RJSP e art.º 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		ver ponto 8 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		ver ponto 9 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>	S		ver ponto 10 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		ver ponto 11 - Cumprimento Obrig. Legais
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	3 / 145.401,84€	ver ponto 11 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Acesso ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>	S		ver ponto 12 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	N	quadro	ver ponto 13 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (art.º 49.º DLEO 2019)</b>	S		ver ponto 14 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,98%	ver ponto 15 - Cumprimento Obrig. Legais
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	50,07 €	ver ponto 15 - Cumprimento Obrig. Legais
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0,00 €	ver ponto 15 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>	N.A.		ver ponto 16 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto</b>	S		ver ponto 17 - Cumprimento Obrig. Legais
<b>Apresentação da Demonstração Não Financeira</b>	S		ver ponto 18 - Cumprimento Obrig. Legais

Outras Divulgações exigidas por diplomas legais

Refere-se ainda que a ULSCB não tem débitos em mora perante a Segurança Social, a Caixa Geral de Aposentações e as Finanças, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro e do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, tendo procedido aos pagamentos dentro dos prazos estipulados e não existindo acordos de regularização de dívidas.



## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



7/18/19

## ATIVIDADE ASSISTENCIAL EM 2020

A atividade verificada no ano em análise foi a que de seguida se apresenta:

### 1 - CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

“Os cuidados primários de saúde são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país podem manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoconfiança e autodeterminação. Fazem parte integrante tanto do sistema de saúde do país, do qual constituem a função central e o foco principal, quanto ao desenvolvimento social e económico global da comunidade. Representam o primeiro nível de contacto dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à Saúde”, in Alma – Ata, Conferência Internacional, 1978.

Os Cuidados Primários de Saúde são o primeiro contacto dos indivíduos com serviços de saúde assegurando cuidados essenciais e o aconselhamento na resolução dos seus problemas, com disponibilidade e de forma personalizada – abrangem a prevenção primária, secundária e terciária. Ou seja, a educação para a saúde e a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento e ainda a reabilitação.

#### 1.1. ATIVIDADE MÉDICA

##### CONSULTAS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR

No que diz respeito à produção em termos de consultas médicas importa destacar as realizadas no âmbito dos programas de saúde, nomeadamente Saúde Adultos, Saúde Infantil, Saúde Materna, Planeamento Familiar, bem como as Consultas de Especialidade e os Domicílios Médicos.



O quadro seguinte salienta o número total de consultas de Medicina Geral e Familiar, primeiras e seguintes, realizadas em 2020 na área de abrangência da ULSCB, comparando com os valores registados em 2019.

Consultas médicas / Unidade Funcional	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%
	Primeiras				Seguintes				Total de Consultas			
UCSP Alcains	7.926	7.439	-487	-6,14%	23.436	21.954	-1.482	-6,32%	31.362	29.393	-1.969	-6,28%
UCSP São Miguel	12.906	10.983	-1.923	-14,90%	31.018	29.776	-1.242	-4,00%	43.924	40.759	-3.165	-7,21%
UCSP São Tiago Saúde	17.449	15.645	-1.804	-10,34%	47.405	44.995	-2.410	-5,08%	64.854	60.640	-4.214	-6,50%
USF Beira Saúde	6.743	5.943	-800	-11,86%	18.325	17.840	-485	-2,65%	25.068	23.783	-1.285	-5,13%
ADR Comunidade Beira Interior Sul (Castelo Branco)	0	3.495	3.495	100,00%	0	4.873	4.873	100,00%	0	8.368	8.368	
UCC Castelo Branco	40	74	34	85,00%	248	202	-46	-18,55%	288	276	-12	-4,17%
UCSP Idanha-a-Nova	10.177	10.972	795	7,81%	20.522	16.369	-4.153	-20,24%	30.699	27.341	-3.358	-10,94%
UCSP Penamacor	8.437	5.609	-2.828	-33,52%	10.981	12.788	1.807	16,46%	19.418	18.397	-1.021	-5,26%
UCSP V.V. Rodão	2.435	2.485	50	2,05%	7.265	8.194	929	12,79%	9.700	10.679	979	10,09%
UCSP Oleiros	6.425	6.638	213	3,32%	18.839	17.995	-844	-4,48%	25.264	24.633	-631	-2,50%
UCSP Proença-a-Nova	12.111	11.600	-511	-4,22%	31.293	27.698	-3.595	-11,49%	43.404	39.298	-4.106	-9,46%
UCSP Sertão	19.455	20.029	574	2,95%	43.081	37.100	-5.981	-13,88%	62.536	57.129	-5.407	-8,65%
UCC Sertão	15	25	10	66,67%	18	55	37	205,56%	33	80	47	142,42%
UCSP Vila de Rei	2.631	3.246	615	23,38%	6.782	7.483	701	10,34%	9.413	10.729	1.316	13,98%
UCC Vila de Rei	6	4	-2	-33,33%	5	10	5	100,00%	11	14	3	27,27%
TOTAL ULSCB	106.756	104.187	-2.569	-2,41%	259.218	247.332	-11.886	-4,59%	365.974	351.519	-14.455	-3,95%

Fonte: SIARS

Comparam-se de seguida as consultas realizadas no biénio 2019 e 2020 nos Centros de Saúde integrantes dos Aces Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul, por Programa de Saúde: Saúde de Adultos (inclui consultas de vigilância da Diabetes, Hipertensão Arterial, Doenças Respiratórias e outras), Saúde Infantil, Planeamento Familiar e Saúde Materna.

Handwritten signatures and initials on the right margin.

CONSULTAS SAÚDE ADULTOS												
Consultas médicas / Unidade Funcional	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%
	Primeiras				Seguintes				Total Consultas			
UCSP Alcains	6.937	6.721	-216	-3,1%	22.364	21.136	-1.228	-5,5%	29.301	27.857	-1.444	-4,9%
UCSP São Miguel	9.475	9.029	-446	-4,7%	26.349	26.875	526	2,0%	35.824	35.904	80	0,2%
UCSP São Tiago Saúde	14.244	13.475	-769	-5,4%	42.903	41.719	-1.184	-2,8%	57.147	55.194	-1.953	-3,4%
USF Beira Saúde	5.066	4.735	-331	-6,5%	15.158	15.400	242	1,6%	20.224	20.135	-89	-0,4%
UCSP Idanha-a-Nova	5.738	4.842	-896	-15,6%	11.652	9.994	-1.658	-14,2%	17.390	14.836	-2.554	-14,7%
UCSP Oleiros	3.506	3.792	286	8,2%	12.199	13.544	1.345	11,0%	15.705	17.336	1.631	10,4%
UCSP Penamacor	4.812	3.141	-1.671	-34,7%	6.483	8.854	2.371	36,6%	11.295	11.995	700	6,2%
UCSP Proença-a-Nova	6.243	6.792	549	8,8%	20.500	20.689	189	0,9%	26.743	27.481	738	2,8%
UCSP Sertã	9.074	9.325	251	2,8%	29.279	26.918	-2.361	-8,1%	38.353	36.243	-2.110	-5,5%
UCSP Vila de Rei	2.183	2.166	-17	-0,8%	6.312	6.583	271	4,3%	8.495	8.749	254	3,0%
UCSP V.V. Rodão	2.052	2.024	-28	-1,4%	6.805	7.661	856	12,6%	8.857	9.685	828	9,3%
TOTAL ULSCB	69.330	66.042	-3.288	-4,7%	200.004	199.373	-631	-0,3%	269.334	265.415	-3.919	-1,5%

Fonte: SIARS

CONSULTAS SAÚDE INFANTIL												
Consultas médicas / Unidade Funcional	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%
	Primeiras				Seguintes				Total Consultas			
UCSP Alcains	717	551	-166	-23,2%	799	616	-183	-22,9%	1.516	1.167	-349	-23,0%
UCSP São Miguel	1.680	1.387	-293	-17,4%	2.851	2.215	-636	-22,3%	4.531	3.602	-929	-20,5%
UCSP São Tiago Saúde	1.986	1.575	-411	-20,7%	3.352	2.349	-1.003	-29,9%	5.338	3.924	-1.414	-26,5%
USF Beira Saúde	1.071	906	-165	-15,4%	2.506	1.874	-632	-25,2%	3.577	2.780	-797	-22,3%
UCSP Idanha-a-Nova	597	529	-68	-11,4%	523	454	-69	-13,2%	1.120	983	-137	-12,2%
UCSP Oleiros	246	239	-7	-2,8%	353	291	-62	-17,6%	599	530	-69	-11,5%
UCSP Penamacor	302	224	-78	-25,8%	175	246	71	40,6%	477	470	-7	-1,5%
UCSP Proença-a-Nova	543	484	-59	-10,9%	532	487	-45	-8,5%	1.075	971	-104	-9,7%
UCSP Sertã	1.141	959	-182	-16,0%	1.160	931	-229	-19,7%	2.301	1.890	-411	-17,9%
UCSP Vila de Rei	268	273	5	1,9%	357	423	66	18,5%	625	696	71	11,4%
UCSP V.V. Rodão	322	228	-94	-29,2%	341	375	34	10,0%	663	603	-60	-9,0%
TOTAL ULSCB	8.873	7.355	-1.518	-17,1%	12.949	10.261	-2.688	-20,8%	21.822	17.616	-4.206	-19,3%

Fonte: SIARS



CONSULTAS SAÚDE MATERNA												
Consultas médicas / Unidade Funcional	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%
	Primeiras				Seguintes				Total Consultas			
UCSP Alcains	36	31	-5	-13,9%	218	188	-30	-13,8%	254	219	-35	-13,8%
UCSP São Miguel	82	90	8	9,8%	508	527	19	3,7%	590	617	27	4,6%
UCSP São Tiago Saúde	116	127	11	9,5%	644	797	153	23,8%	760	924	164	21,6%
USF Beira Saúde	74	49	-25	-33,8%	525	543	18	3,4%	599	592	-7	-1,2%
UCSP Idanha-a-Nova	56	50	-6	-10,7%	301	301	0	0,0%	357	351	-6	-1,7%
UCSP Oleiros	14	21	7	50,0%	37	137	100	270,3%	51	158	107	209,8%
UCSP Penamacor	32	24	-8	-25,0%	93	106	13	14,0%	125	130	5	4,0%
UCSP Proença-a-Nova	31	48	17	54,8%	148	326	178	120,3%	179	374	195	108,9%
UCSP Sertã	78	96	18	23,1%	422	598	176	41,7%	500	694	194	38,8%
UCSP Vila de Rei	12	19	7	58,3%	61	95	34	55,7%	73	114	41	56,2%
UCSP V.V. Rodão	15	20	5	33,3%	74	117	43	58,1%	89	137	48	53,9%
TOTAL ULSCB	546	575	29	5,3%	3.031	3.735	704	23,2%	3.577	4.310	733	20,5%

Fonte: SIARS

CONSULTAS PLANEAMENTO FAMILIAR												
Consultas médicas / Unidade Funcional	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%	2019	2020	Δ	Δ%
	Primeiras				Seguintes				Total Consultas			
UCSP Alcains	236	136	-100	-42,4%	55	14	-41	-74,5%	291	150	-141	-48,5%
UCSP São Miguel	824	477	-347	-42,1%	367	158	-209	-56,9%	1.191	635	-556	-46,7%
UCSP São Tiago Saúde	1.103	468	-635	-57,6%	506	128	-378	-74,7%	1.609	596	-1.013	-63,0%
USF Beira Saúde	532	252	-280	-52,6%	136	23	-113	-83,1%	668	275	-393	-58,8%
UCSP Idanha-a-Nova	556	341	-215	-38,7%	164	58	-106	-64,6%	720	399	-321	-44,6%
UCSP Oleiros	380	212	-168	-44,2%	203	81	-122	-60,1%	583	293	-290	-49,7%
UCSP Penamacor	258	363	105	40,7%	113	175	62	54,9%	371	538	167	45,0%
UCSP Proença-a-Nova	697	443	-254	-36,4%	548	108	-440	-80,3%	1.245	551	-694	-55,7%
UCSP Sertã	583	377	-206	-35,3%	225	69	-156	-69,3%	808	446	-362	-44,8%
UCSP Vila de Rei	168	95	-73	-43,5%	52	20	-32	-61,5%	220	115	-105	-47,7%
UCSP V.V. Rodão	136	60	-76	-55,9%	45	26	-19	-42,2%	181	86	-95	-52,5%
TOTAL ULSCB	5.473	3.224	-2.249	-41,1%	2.414	860	-1.554	-64,4%	7.887	4.084	-3.803	-48,2%

Fonte: SIARS

Apresenta-se de seguida a variação dos Domicílios Médicos, no biénio 2019/2020, nas Unidades Funcionais integrantes da ULSCB:



DOMICÍLIOS MÉDICOS				
Aces	Unidade Funcional	2019	2020	% Δ 2019/2020
Beira Interior Sul	UCSP Alcains	33	16	-51,52
	UCSP São Miguel	184	116	-36,96
	UCSP São Tiago Saúde	12	5	-58,33
	UCC Castelo Branco	274	228	-16,79
	USF Beira Saúde	58	20	-65,52
	UCSP Idanha-a-Nova	25	15	-40,00
	UCSP Penamacor	37	25	-32,43
	UCSP Vila Velha de Rodão	19	5	-73,68
TOTAL BEIRA INTERIOR SUL		642	430	-33,02
Pinhal Interior Sul	UCSP Oleiros	1	8	700,00
	UCSP Proença-a-Nova	0	0	#DIV/0!
	UCSP Sertã	30	7	-76,67
	UCC Sertã	25	74	196,00
	UCSP Vila de Rei	31	4	-87,10
	UCC Vila de Rei	8	13	62,50
TOTAL PINHAL INTERIOR SUL		95	106	11,58
TOTAL ULSCB		737	536	-27,27

O quadro seguinte salienta o movimento assistencial efetuado no Serviço de Atendimento Permanente (SAP) no Centro de Saúde da Sertã e o Serviço de Atendimento Complementar (SAC) nos Centros de Saúde de Idanha-a-Nova, Penamacor, Oleiros e Proença-a-Nova no ano 2020:

Consultas Doença Aguda												
Ano 2020												
ACeS	Unidade Funcional	Sexo/ Idade	Fim de Semana					Dia Útil				
			<= 14 Anos	15 - 29 Anos	30 - 44 Anos	45 - 64 anos	> = 65 Anos	<= 14 Anos	15 - 29 Anos	30 - 44 Anos	45 - 64 anos	> = 65 Anos
ACES Beira Interior Sul	CAC Idanha-a-Nova	Masculino	123	110	124	237	313	373	369	436	931	1.512
		Feminino	102	155	165	293	455	360	508	571	1.263	1.893
		Total	225	265	289	530	768	733	877	1.007	2.194	3.405
	UCSP Penamacor	Masculino	39	47	50	110	158	164	170	192	558	818
		Feminino	39	40	62	150	165	134	158	273	652	1.032
		Total	78	87	112	260	323	298	328	465	1.210	1.850
ACES Pinhal Interior Sul	UCSP Oleiros	Masculino	83	54	72	184	278	145	118	145	389	627
		Feminino	38	61	71	210	339	114	127	158	548	775
		Total	121	115	143	394	617	259	245	303	937	1.402
	UCSP Proença-a-Nova	Masculino	119	138	150	354	398	356	295	372	895	1.154
		Feminino	130	174	204	515	541	356	419	467	1.146	1.465
		Total	249	312	354	869	939	712	714	839	2.041	2.619
	UCSP Sertã	Masculino	245	222	259	484	480	725	689	677	1.335	1.600
		Feminino	209	298	301	505	607	662	736	859	1.646	2.152
		Total	454	520	560	989	1.087	1.387	1.425	1.536	2.981	3.752
	ADR Comunidade Pinhal Interior Sul (Sertã)	Masculino	15	19	8	19	14	148	264	148	258	169
		Feminino	4	24	11	24	16	133	192	258	341	208
		Total	19	43	19	43	30	281	456	406	599	377
Total			1.146	1.342	1.477	3.085	3.764	3.670	4.045	4.556	9.962	13.405

Fonte: SIARS

## INDICADORES

Apresentam-se de seguida alguns indicadores que refletem o desempenho assistencial dos Cuidados de Saúde Primários.

	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
Acesso	Taxa de domicílios médicos por 1.000 inscritos	410	76.417	5,365	102	32.088	3,179	0,47
	Taxa de utilização de consultas médicas - 3 anos	62208	73.508	84,628	28078	31.060	90,399	86,34
	Taxa utilização consultas de enfermagem - 3 anos	58163	73.508	79,125	26046	31.060	83,857	80,53
	Índice de utilização anual de consultas médicas	688763,25	942.368	0,731	201560	249.184	0,809	74,72

Fonte: SIARS, 2020

TMRG	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
	Prop. cons. ind. receit. c/ resposta 3 dias úteis	63370	68.298	92,785	37897	40887	92,687	92,75
	Proporção consul. méd. inic. ut. <= 15 dias úteis	25207	28.351	88,91	7744	8043	96,282	90,54

Fonte: SIARS, 2020

S. Materna	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
	Taxa de utilização de consultas de PF (méd./enf.)	4442	14166	31,357	1168	5378	21,718	28,70
	Proporção gráv. c/ consulta méd. vigil. 1º trim.	325	383	84,856	140	166	84,337	84,70
	Índice de acompanham. adequado em saúde materna	185,4	349	0,531	78,2	127	0,616	55,38
	Proporção grávidas com ecografia 1º trimestre	131	358	36,592	84	165	50,909	41,11

Fonte: SIARS, 2020

Saúde Infantil	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
	Proporção RN c/ cons. méd. vigil. até 28 dias vida	340	399	85,213	131	147	89,116	86,26
	Proporção crianças 7A, c/ peso e altura [5; 7[A	387	513	75,439	148	177	83,616	77,54
	Proporção jovens 14A, c/ peso e altura [11; 14[A	357	588	60,714	138	213	64,789	61,80
	Proporção utentes > 14A, c/ IMC últimos 3 anos	37944	66220	57,3	13296	28496	46,659	54,10

Fonte: SIARS, 2020

Diabetes Mellitus	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
	Proporção DM com exame pés último ano	3286	6.516	50,43	1569	3.307	47,445	49,42
	Proporção DM c/ última HbA1c <= 8,0%	2785	6.516	42,741	1644	3307	49,713	45,09
	Proporção DM c/ microalbum. último ano	3241	6.516	49,739	1748	3.307	52,858	50,79

Fonte: SIARS, 2020

Handwritten signatures and initials on the right margin.



Rastreio Oncológico	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
	Proporção mulheres [50; 70] A, c/ mamogr. (2 anos)	4790	10.568	45,326	2169	4412	49,161	46,46
	Prop. mulheres [25;60]A, c/ rastr. C. Colo út.	5818	16.189	35,938	2103	6211	33,859	35,36
	Proporção utentes [50; 75]A, c/ rastreio cancro CR	8287	25.064	33,063	4300	11139	38,603	34,77
	Proporção utentes >= 14 A, c/ reg. hábit. tabágic.	39791	66.220	60,089	15372	28496	53,944	58,24

Fonte: SIARS, 2020

Hipertensão Arterial	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
	Proporção de hipertensos com PA em cada semestre	6077	19.909	30,524	2664	10466	25,454	28,78
	Proporção hipertensos com risco CV (3 A)	8024	13.253	60,545	3818	6771	56,388	59,14
	Proporção hipertensos c/ PA 6 meses	9169	20.345	45,068	4414	10688	41,299	43,77
	Índice de acompanh. adequado de hipertensos	11186,36	19.909	0,562	5098,78	10466	0,487	53,61

Fonte: SIARS, 2020

Morbilidades	Indicador	BIS			PIS			ULSCB
		Num	Den	Valor	Num	Den	Valor	
	Proporção de utentes com "Diabetes Mellitus"	6516	73.508	8,864	3307	31.060	10,647	9,394
	Proporção de utentes c/ "alter. metab. lípidos"	19942	73.508	27,129	9001	31.060	28,979	27,679
	Proporção de utentes com "excesso de peso"	11982	73.508	16,3	4130	31.060	13,297	15,408
	Proporção de utentes com "obesidade"	8788	73.508	11,955	3302	31.060	10,631	11,562
	Proporção de utentes com "hipertensão arterial"	20345	73.508	27,677	10688	31.060	34,411	29,677
	Proporção de utentes c/ "perturb. depressivas"	10023	73.508	13,635	3691	31.060	11,883	13,115
	Proporção de utentes com "asma"	1890	73.508	2,571	790	31.060	2,543	2,563
	Proporção de utentes com "bronquite crónica"	1208	73.508	1,643	788	31.060	2,537	1,909
	Proporção de utentes com "DPOC"	1809	73.508	2,461	960	31.060	3,091	2,648
	Proporção utentes c/ "DM não insul. depend."	5749	73.508	7,821	3003	31.060	9,668	8,370
	Proporção utentes com "DM insulino depend."	772	73.508	1,05	311	31.060	1,001	1,036
	Incidência de "enfarte agudo do miocárdio"	64	73.508	0,871	23	31.060	0,741	0,083
	Proporção utentes c/ "doença cardíaca isquémica"	633	73.508	0,861	376	31.060	1,211	0,965
	Proporção utentes com "neoplasia da próstata"	574	73.508	0,781	317	31.060	1,021	0,852
	Proporção utentes com "neoplasia colo do útero"	92	73508	0,125	41	31060	0,132	0,127
	Proporção utentes com "neoplasia cólon / recto"	452	73508	0,615	238	31060	0,766	0,660
	Proporção utentes com "neoplasia mama feminina"	681	73508	0,926	292	31060	0,94	0,930
	Proporção utentes com "osteoartrite do joelho"	4579	73508	6,229	2374	31060	7,643	6,649
	Proporção utentes com "osteoporose"	3131	73508	4,259	1099	31060	3,538	4,045
	Proporção utentes com "rinite alérgica"	4651	73508	6,327	1207	31060	3,886	5,602
	Proporção utentes com "doença do esófago"	861	73508	1,171	674	31060	2,17	1,468
	Proporção utentes com "distúrbio ansioso"	7346	73508	9,993	2587	31060	8,329	9,499

Fonte: SIARS, 2020

97

A

A

Col

H

## ATIVIDADE DE ENFERMAGEM

No ano em análise, a Equipa de Enfermagem dos CSP da ULSCB continuou o desenvolvimento e a implementação da metodologia do Enfermeiro de Família, permitindo assim garantir/melhorar a qualidade dos cuidados de enfermagem, traduzindo-se numa maior procura e satisfação crescente dos utentes.

A principal atividade dos enfermeiros é prestar cuidados de enfermagem a pessoas sãs ou doentes, para que mantenham, melhorem ou recuperem a sua saúde, ajudando-as a atingir o seu máximo bem-estar físico e psíquico, e a máxima independência nas atividades quotidianas, tão rapidamente quanto possível. Os cuidados que prestam têm sempre em conta as necessidades físicas, emocionais e sociais das pessoas e visam um ou mais dos objetivos fundamentais desta profissão: a promoção da saúde, a prevenção da doença, o tratamento, a reabilitação e a reintegração social. Para além da prestação de cuidados de enfermagem globais a indivíduos (desde o nascimento até à morte), os enfermeiros prestam igualmente cuidados a famílias, grupos e comunidades.

Simultaneamente dão orientações aos doentes e familiares relativamente aos tratamentos que lhes foram previamente aconselhados e informam-nos sobre os cuidados que devem ter para manter ou melhorar o seu estado de saúde. A um nível mais prático, são suas funções, por exemplo, avaliar a tensão arterial, a temperatura, a respiração e o pulso, posicionar e mobilizar os doentes acamados, camas e cadeiras de rodas, exercer a vigilância de doentes, efetuar pensos e administrar vacinas, injeções, transfusões de sangue e soros; enfim, são suas funções constantes a observação, a avaliação e o registo de sinais, sintomas, reações e progresso dos doentes.

O quadro seguinte salienta alguns dos indicadores do desempenho da atividade de enfermagem no âmbito dos cuidados de saúde primários nos ACES BIS e PIS:

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large stylized 'R', a smaller 'A', a signature that appears to be 'Cel', and another signature at the bottom.

Ano 2020

INDICADORES	ACES BIS	ACES PIS
Taxa de domicílios enfermagem por 1.000 inscritos	167,82	147,25
Proporção de consultas realizadas pelo EF	61,13	17,33
Taxa de utilização de consultas de PF (enf.)	23,91	15,82
Proporção RN c/ domicílio enf. até 15º dia de vida	0,58	7,58
Proporção DM c/ cons. enf. vigil. DM último ano	65,56	64,65
Proporção RN com TSHPKU realizado até ao 6º dia	78,36	76,87
Proporção crianças 2A, c/ PNV cumprido ou execução	95,76	96,15
Proporção crianças 7A, c/ PNV cumprido ou execução	96,22	94,25
Proporção jovens 14A, c/ PNV cumprido ou execução	96,52	95,22
Taxa domicílios enferm. p/ 1000 inscritos idosos	453,76	374,02
Índice de utilização anual de consultas enferm.	0,76	0,82

Fonte: SIARS, dezembro 2020

Os quadros seguintes salientam a taxa de utilização de enfermagem por sexo e grupo etário nos ACES BIS e PIS:

ACES Beira Interior Sul				
Grupo Etário	Sexo	Nº de Utilizadores em contactos	Nº Contactos de Enfermagem	% Tx. Utilização Enfermagem
≥ 0 e < 7 Anos	Masculino	3.665	7.648	47,92%
	Feminino	3.430	7.048	48,67%
≥ 7 e < 65 Anos	Masculino	15.800	26.508	59,60%
	Feminino	26.555	47.166	56,30%
≥ 65 e < 75 Anos	Masculino	6.250	14.528	43,02%
	Feminino	6.744	14.213	47,45%
≥ 75 Anos	Masculino	7.397	19.348	38,23%
	Feminino	10.553	27.023	39,05%
Total		80.404	164.011	49,02%

Fonte: SIARS, 2020

Aces Pinhal Interior Sul				
Grupo Etário	Sexo	Nº de Utilizadores em contactos	Nº Contactos de Enfermagem	% Tx. Utilização Enfermagem
>= 0 e < 7 Anos	Masculino	2.430	4.097	59,31%
	Feminino	2.112	3.411	61,92%
>= 7 e < 65 Anos	Masculino	16.785	25.557	65,68%
	Feminino	22.971	35.052	65,53%
>= 65 e < 75 Anos	Masculino	5.989	9.980	60,01%
	Feminino	6.062	9.528	63,62%
>= 75 Anos	Masculino	7.013	13.146	53,35%
	Feminino	9.969	17.925	55,62%
Total		73.345	118.800	61,74%

Fonte: SIARS, 2020

No âmbito das atividades de enfermagem interessa destacar ainda as desenvolvidas no Programa de Vacinação, cumprindo o esquema do PNV recomendado.

Refere-se ainda os contactos de enfermagem não presenciais.

Os contactos nas UCSP podem ser programados ou não programados:

- Contactos Programados – Estes contactos são todos os agendados pelo Enfermeiro de Família de forma presencial ou não presencial.
- Contactos Não Programados – Os contactos não programados (Consulta Aberta de Enfermagem) realizam-se pela Enfermeira de Família durante todo o período de funcionamento das UCSP. Estes subdividem-se em dois tipos de contactos, com etiologias diferentes: (1) utentes que recorrem às UCSP de forma esporádica, sem marcação prévia e são agendados; (2) utentes que saem da consulta médica e são encaminhados diretamente para o Enfermeiro de Família.
- Contactos telefónicos – Todos os contactos realizados pelo telefone: (1) esclarecimentos sobre cuidados de enfermagem; (2) informação sobre necessidade de encaminhamento médico e de enfermagem.
- Visitação Domiciliária – Todos os contactos realizados no domicílio do utente, onde estão englobados contactos programados e não programados.



## 2- CUIDADOS DE SAÚDE HOSPITALARES

A análise da produção, em termos hospitalares, é realizada por linha de produção, compreendendo consultas externas, internamento, urgência, partos e hospital de dia, sendo que existem áreas em que o registo é realizado mais tarde, provocando diferenças entre os dados apurados para o presente relatório e contas e o reporte final ao Ministério da Saúde.

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese da produção do ano:

### Movimento Assistencial 2019-2020

	2019	2020	Var. 2020/2019		Ind.
			n°	%	
Internamento					
Lotação Praticada (a)	222	230	8	3.60%	▲
Taxa de Ocupação	71.35%	80.26%	-	-11.10%	▼
Doentes Saídos	7 899	6 390	-1 509	-19.10%	▼
Total de Dias de Internamento	57 816	50 723	-7 093	-12.27%	▼
Demora Média	7.32	7.94	0.62	8.47%	▲
Taxa de Mortalidade (Internamento)	5.71%	7.49%	-	1.77%	▲
Doentes Saídos por cama	35.58	27.78	-7.80	-21.92%	▼
Taxa de Reinternamentos inf. 30 dias	5.00%	4.80%	-	-0.79%	▼
% de transf. externas para outros hospitais	2.77%	2.10%	-	-0.68%	▼
Bloco Operatório Intervenções					
Cirurgia Electiva Convencional	1 604	1 412	-192	-11.97%	▼
Cirurgia Electiva Ambulatória	2 549	1 468	-1 081	-42.41%	▼
Cirurgia Urgente	949	928	-23	-2.42%	▼
Total de Cirurgias sem Adicional	5 102	3 806	-1 296	-25.40%	▼
Adicional Ambulatório	808	639	-172	-21.29%	▼
Adicional Convencional	803	514	-289	-35.99%	▼
Total de Cirurgias Adicional	1 611	1 150	-461	-28.62%	▼
Total de Cirurgias	6 713	4 956	-1 757	-26.17%	▼
Cirurgia Prog. Adicional/Total Cirurgias Programadas	27.95%	28.54%	-	0.59%	▲
Cirurgias Urgentes / Total Cirurgias	14.14%	18.68%	-	4.55%	▲
Lista Espera Cirúrgica	1 102	739	-363	-32.94%	▼
Bloco Operatório Doentes					
Cirurgia Electiva Convencional	1 228	1 087	-141	-11.48%	▼
Cirurgia Electiva Ambulatória	1 776	972	-804	-45.27%	▼
Cirurgia Urgente	839	777	-62	-7.39%	▼
Total de Cirurgias sem Adicional	3 843	2 836	-1 007	-26.20%	▼
Adicional Ambulatório	400	497	31	6.65%	▲
Adicional Convencional	603	379	-224	-37.15%	▼
Total de Cirurgias Adicional	1 003	876	-127	-12.66%	▼
Total de Cirurgias	4 846	3 712	-1 134	-23.40%	▼
Cirurgia Elect. Ambulatória / Total Cirurgia Elect. (Doentes)	55.05%	50.05%	-	-4.99%	▼
Partos					
Total de partos	362	378	16	4.42%	▲
Total de cesarianas	102	93	-9	-8.82%	▼
% de cesarianas/total de partos	28.18%	24.60%	-	-3.57%	▼
Frequência média diária de partos	1.0	1.0	0.04	4.13%	▲



Consulta					
1.ªs consultas médicas	30 942	27 562	-3 380	-10,92%	▼
Consultas Subsequentes	56 484	48 328	-8 156	-14,44%	▼
Total de Consultas Médicas	87 426	75 890	-11 536	-13,20%	▼
Consultas não médicas	9 438	6 783	-2 655	-28,13%	▼
Total de consultas	96 864	82 673	-14 191	-14,65%	▼
Lista de Espera de 1.ª Consultas Médicas	7 270	5 723	-1 547	-21,28%	▼
% de 1.ªs consultas médicas	34,79%	35,56%	-	0,77%	▲
% 1.ª Consultas Provenientes Alert P1 (CTH)	36,88%	26,56%	-	-10,32%	▼
Hospital de Dia					
Doentes Tratados	2 269	2 047	-222	-9,78%	▼
N.º sessões	20 132	17 061	-3 071	-15,25%	▼
Urgência					
Geral	52 985	40 244	-12 741	-24,05%	▼
Obstétrica	1 599	1 350	-249	-15,57%	▼
Pediátrica	11 310	5 635	-5 675	-50,18%	▼
Total	65 894	47 229	-18 665	-28,33%	▼
% Consultas Médicas/ Admissões na Urgência	131,44%	156,56%	-	25,12%	▲
Taxa de Mortalidade (Serviço de Urgência)	0,14%	0,25%	-	0,11%	▲
Urgências Médicas diárias					
Geral	145,16	109,96	-35,21	-24,25%	▼
Obstétrica	4,38	3,69	-0,69	-15,80%	▼
Pediátrica	30,99	15,40	-15,59	-50,31%	▼
Total	180,53	129,04	-51,49	-28,52%	▼

Fonte: Sonho e SICA dezembro 2020

## 2.1. INTERNAMENTO

A área de produção do internamento apresentou neste ano uma lotação praticada de 230 camas, não considerando o Berçário. Verificou-se um decréscimo dos doentes saídos de 19,10%, estando esta redução ligada à necessidade de combate à pandemia Covid-19, bem como à paragem da atividade do Bloco Operatório em meados de abril, tendo em vista o reforço de equipas em serviços de infecciologia.

Durante o ano de 2020 verificou-se a expansão da atividade da hospitalização domiciliária, tendo resultado em 168 doentes saídos, culminando num acréscimo de 119 doentes saídos a que corresponde um aumento de 242,86% face ao ano anterior em que se verificou o início desta valência.

A Demora média apresenta um acréscimo relativamente ao período homólogo, muito influenciada pelo aumento dos doentes Covid-19 que apresentam tempos de internamento mais alargados, fixando-se em 7,94 dias.

**Indicadores do Internamento**

<b>Internamento</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Δ</b>	<b>Δ%</b>
<b>Doentes Saídos - Agudos</b>	<b>7 899</b>	<b>6 390</b>	<b>-1 509</b>	<b>-19,10%</b>
Doentes Saídos - Especialidades Médicas	3 808	3 177	-631	-16,57%
Doentes Saídos - Especialidades Cirúrgicas	3 784	2 999	-785	-20,75%
Doentes Saídos - UCI e Cuidados Intermédios	227	146	-81	-35,68%
Doentes Saídos - Cuidados Paliativos (Hosp.)	80	68	-12	-15,00%

Doentes Saídos - Hospitalização Domiciliária	49	168	119	242,86%
--	----	-----	-----	---------

Lotação Praticada	222	230	8	3,60%
<b>Total de Dias Internamento</b>	<b>57 816</b>	<b>50 723</b>	<b>-7093</b>	<b>-12,27%</b>
Dias de Internamento Especialidades Médicas	28 787	26 208	-2 579	-8,96%
Dias de Internamento Especialidades Cirúrgicas	25 393	21 332	-4 061	-15,99%
Doentes Saídos - UCI e Cuidados Intermédios	2 978	2 552	-426	-14,30%
Doentes Saídos - Cuidados Paliativos (Hosp.)	658	631	-27	-4,10%

Doentes Saídos - Hospitalização Domiciliária	343	2 380	2 037	593,88%
--	-----	-------	-------	---------

Taxa de Ocupação	71,32%	60,26%	-	-11,06%
Demora Média	7,32	7,94	0,62	8,47%

Fonte: SICA, dezembro 2020/2019

**2.2. BLOCO OPERATÓRIO**

O Bloco Operatório tem capacidade instalada de cinco salas, uma das quais destina-se a cirurgias urgentes, duas a cirurgia convencional programada, e duas salas a ambulatório.

A cirurgia eletiva convencional, incluindo produção adicional, registou um decréscimo de 19,98% face aos valores de 2019, em grande medida esta redução está intimamente relacionada com o combate à pandemia Covid-19, que obrigou a fecho de serviços, neste caso o bloco operatório.

A produção do bloco operatório, nomeadamente nas intervenções cirúrgicas urgentes, apresentou um bom desempenho, tendo-se verificado uma redução de 2,42%, relativamente ao ano anterior, sabendo que o impacto da pandemia aqui será menor, pois trata-se de doentes emergentes.

### Indicadores do Bloco Operatório

Bloco Operatório	2019	2020	Δ	Δ%
Cirurgia Eletiva Convencional	2 407	1 926	-481	-19,98%
Cirurgia Eletiva Ambulatória	3 357	2 104	-1253	-37,32%
Cirurgia Urgente	949	926	-23	-2,42%
<b>Total Intervenções Cirúrgicas</b>	<b>6 713</b>	<b>4 956</b>	<b>-1757</b>	<b>-26,17%</b>
Cirurgia Amb. / Total Cirurgia Eletiva (doentes)	55,05%	50,05%	-	-4,99%
Cirurgias Urgentes / Total Cirurgias	14,14%	18,68%	-	4,55%

Fonte: SICA, dezembro de 2020/2019

Embora se verifique um decréscimo da atividade de ambulatório entre 2020/2019, esta situação foi influenciada pela necessidade de resposta à COVID-19 (durante mais de um mês o bloco operatório central foi convertido em área Covid), ficando somente duas das cinco salas operatórias atuais em funcionamento, sendo que em muitos casos afetas para os doentes prioritários/Urgentes. O indicador do peso de cirurgias de ambulatório no total da atividade cirúrgica eletiva atingiu neste ano o valor de 50,05%, com cálculo efetuado pelos doentes intervencionados, culminando num recuo de 4,99% face ao ano anterior, porém, esta atividade foi muito influenciada pelos contrangimentos acima referidos. Já o peso das cirurgias urgentes no total da actividade programada regista um aumento, mas com uma correlação direta com a diminuição da produção convencional e ambulatória.

### Lista de Espera Cirúrgica por Especialidade

Da observação do quadro seguinte, verifica-se um decréscimo da lista de inscritos para cirurgia em 363 doentes correspondendo a uma redução de 32,94% do total de inscritos em 31/12/2020.

Em grande medida, a interrupção da referenciação de consultas via CTH e a redução de consultas externas, em virtude da pandemia, permitiu uma estabilização dos doentes em lista de espera, culminando uma redução mais acentuada do indicador, durante o segundo semestre do ano de 2020.

**Lista de Espera para Intervenção Cirúrgica**

Especialidades	2019	2020	Δ	Δ%
Cirurgia Geral	244	118	-126	-51,64%
Dermato-Venereologia	17	16	-1	-5,88%
Estomatologia	2	1	-1	-50,00%
Ginecologia	60	9	-51	-85,00%
Obstetricia	0	0	0	0,00%
Oftalmologia	158	144	-14	-8,86%
Ortopedia	370	333	-37	-10,00%
Otorrinolaringologia	188	67	-121	-64,36%
Urologia	60	51	-9	-15,00%
Cardiologia	3	0	-3	0,00%
Nefrologia	0	0	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>1 102</b>	<b>739</b>	<b>-363</b>	<b>-32,94%</b>

Fonte: SICA dezembro 2020/2019

**2.3. CONSULTA EXTERNA**

Durante o ano de 2020, verifica-se uma redução do total de Consultas Médicas de 13,2%, confirmando o efeitos já descritos do combate à pandemia, porém com o reforço da produção no segundo semestre do ano, foi possível recuperar parte da produção não realizada, recorrendo-se à atividade adicional, culminando numa melhora dos principais indicadores de acesso, nomeadamente a LEC e LIC, como se demonstra mais adiante neste relatório.



## Consultas Externas Totais

Grupos	2019			2020			Consultas					
	PRIM	SUBS	TOTAL	PRIM	SUBS	TOTAL	Δ 1.ª Cons.	Δ Subseq.	Δ Total Cons.	Δ % 1.ª Cons.	Δ % Cons. Subseq.	Δ % Total de Cons.
Anestesiologia	1 717	0	1 717	893	0	893	-824	0	-824	-48,0%	0,0%	-48,0%
Cardiologia	1 172	2 882	4 054	1 120	2 383	3 503	-52	-499	-551	-4,4%	-17,3%	-13,6%
Cirurgia Geral	3 254	4 208	7 462	2 271	3 774	6 045	-983	-434	-1 417	-30,2%	-10,3%	-19,0%
Dermatologia	2 625	2 305	4 930	1 709	1 680	3 389	-916	-625	-1 541	-34,9%	-27,1%	-31,3%
Diabetologia	264	1 813	2 077	148	1 883	2 031	-116	70	-46	-43,9%	3,9%	-2,2%
Cons. da Dor	146	290	436	105	302	407	-41	12	-29	-28,1%	4,1%	-6,7%
Estomatologia	295	518	813	173	403	576	-122	-115	-237	-41,4%	-22,2%	-29,2%
Medicina F. e Reab.	745	443	1 188	1 067	1 126	2 193	322	683	1 005	43,2%	154,2%	84,6%
Gastro	1 246	2 463	3 709	877	2 110	2 987	-369	-353	-722	-29,6%	-14,3%	-19,5%
Ginecologia	1 019	1 663	2 682	682	466	1 148	-337	-1 197	-1 534	-33,1%	-72,0%	-57,2%
Imuno-Alergologia	492	1 652	2 144	399	1 518	1 917	-93	-134	-227	-18,9%	-8,1%	-10,6%
ImunoHemoterapia	147	4 353	4 500	161	3 736	3 897	14	-617	-603	9,5%	-14,2%	-13,4%
Medicina Interna	1 419	3 278	4 697	4 920	2 930	7 850	3 501	-348	3 153	246,7%	-10,6%	67,1%
Medicina no Trabalho	814	0	814	1 270	678	1 948	456	678	1 134	56,0%	678,0%	139,3%
Nefrologia	639	2 006	2 645	501	1 927	2 428	-138	-79	-217	-21,6%	-3,9%	-8,2%
Endocrinologia	405	704	1 109	286	696	982	-119	-8	-127	-29,4%	-1,1%	-11,5%
Neurologia	716	1 379	2 095	571	1 527	2 098	-145	148	3	-20,3%	10,7%	0,1%
Obstetrícia	816	1 219	2 035	660	967	1 627	-156	-252	-408	-19,1%	-20,7%	-20,0%
Oftalmologia	1 613	3 285	4 898	1 235	1 968	3 203	-378	-1 317	-1 695	-23,4%	-40,1%	-34,6%
Ortopedia	3 688	3 945	7 633	2 836	2 980	5 816	-852	-965	-1 817	-23,1%	-24,5%	-23,8%
Otorrinolaringologia	2 318	3 765	6 083	1 114	1 898	3 012	-1 204	-1 867	-3 071	-51,9%	-49,6%	-50,5%
Pediatria	997	1 827	2 824	675	1 449	2 124	-322	-378	-700	-32,3%	-20,7%	-24,8%
Medicina Paliativa	156	355	511	153	358	511	-3	3	0	-1,9%	0,8%	0,0%
Pneumologia	781	1 936	2 717	748	1 992	2 740	-33	56	23	-4,2%	2,9%	0,8%
Psiquiatria	1 564	5 674	7 238	1 454	5 079	6 533	-110	-595	-705	-7,0%	-10,5%	-9,7%
Pedopsiquiatria	84	184	268	69	572	641	-15	388	373	-17,9%	210,9%	139,2%
Oncologia	151	725	876	145	600	745	-6	-125	-131	-4,0%	-17,2%	-15,0%
Urologia	1 305	2 459	3 764	895	1 926	2 821	-410	-533	-943	-31,4%	-21,7%	-25,1%
Reumatologia	354	1 153	1 507	425	1 400	1 825	71	247	318	20,1%	21,4%	21,1%
Total de Cons. Médicas	30 942	56 484	87 426	27 562	48 328	75 890	-3 380	8 156	-11 536	-10,9%	14,4%	13,2%
Total de Cons. S. Med. Trab.	30 128	56 484	86 612	26 292	47 650	73 942	-3 836	-8 834	-12 670	-12,7%	-15,6%	-14,6%
Aconselhamento Dietético	428	957	1 385	267	626	893	-161	-331	-492	-37,6%	-34,6%	-35,5%
Psicologia	541	3 398	3 939	389	2 206	2 595	-152	-1 192	-1 344	-28,1%	-35,1%	-34,1%
Consultas de Enfermagem	1 224	2 787	4 011	1 443	1 746	3 189	219	-1 041	-822	17,9%	-37,4%	-20,5%
Outras Consultas Não Médicas	93	10	103	103	3	106	10	-7	3	10,8%	-70,0%	2,9%
Total de Cons. Não Médicas	2 286	7 152	9 438	2 202	4 581	6 783	84	-2 571	-2 655	3,7%	-35,9%	-28,1%
Total de Consultas	33 228	63 636	96 864	29 764	52 909	82 673	-3 464	-10 727	-14 191	-10,4%	-16,9%	-14,7%

Fonte: SICA dezembro 2020/2019

As primeiras consultas de especialidade representam um importante indicador de acesso aos Cuidados de Saúde Hospitalares. No ano de 2020 verificou-se um decréscimo de 3380 consultas externas realizadas, representando um recuo de 10,9%, quando comparamos com o período homólogo. Esta situação permite concluir que apesar da enorme pressão sobre o Cuidados de Saúde, em virtude da pandemia Covid-19, foi possível assegurar o atendimento assistencial, com recurso a consultas de acompanhamento via plataformas tecnológicas, minimizando-se os riscos de saúde para os doentes emergentes.

Também as consultas subsequentes apresentam uma redução 14,4%, quando comparamos com o período homólogo, afetadas pela mesmas condicionantes acima descritas.



No quadro seguinte, constata-se que o número de doentes referenciados e em espera para primeira consulta médica apresentou um decréscimo de 1547 referências, quando comparamos com período homólogo, porém destacamos a recuperação total da lista de espera de primeiras consultas na especialidade de Dermatologia e essencialmente a redução muito significativa da Oftalmologia com um decréscimo de 35,54% de doentes em espera.

Assim, apesar de todas as condicionantes derivadas da pandemia Covid-19, foi possível melhorar este indicador de acesso, registando-se um recuo 21,28% do total de doentes em lista de espera para primeiras consultas.

Lista de Espera de Primeiras Consultas

Especialidades	2019	2020	Δ	Δ%
Anestesiologia	559	382	-177	-31,66%
Cardiologia	261	310	49	18,77%
Cirurgia Geral	505	400	-105	-20,79%
Dermato-Venereologia	220	64	-156	-70,91%
Diabetologia	29	22	-7	-24,14%
Dor	45	21	-24	-53,33%
Estomatologia	46	36	-10	-21,74%
Gastrenterologia	125	128	3	2,40%
Ginecologia	168	152	-16	-9,52%
Hepatologia	9	0	-9	-100,00%
Medicina Paliativa	20	26	6	30,00%
Imuno-alergologia	117	87	-30	-25,64%
Imuno-Hemoterapia	27	19	-8	-29,63%
Medicina F. e Reab.	500	84	-416	-83,20%
Medicina Interna	142	111	-31	-21,83%
Nefrologia	30	42	12	40,00%
Neurologia	266	136	-130	-48,87%
Endocrinologia	118	121	3	2,54%
Obstetrícia	71	67	-4	-5,63%
Oftalmologia	1 286	829	-457	-35,54%
Oncologia	9	9	0	0,00%
Ortopedia	989	797	-192	-19,41%
Otorrinolaringologia	450	954	504	112,00%
Pediatria	206	143	-63	-30,58%
Pneumologia	241	117	-124	-51,45%
Psiquiatria	504	379	-125	-24,80%
Pedopsiquiatria	6	10	4	66,67%
Urologia	229	215	-14	-6,11%
Medicina do Trabalho	38	7	-31	-81,58%
Reumatologia	54	55	1	1,85%
<b>Total</b>	<b>7 270</b>	<b>5 723</b>	<b>-1547</b>	<b>-21,28%</b>

Fonte: SONHO dezembro 2020/2019

Foram efetuadas 7315 consultas externas, provenientes do CTH (Consulta a Tempo e Horas), no ano de 2020, sendo que 2063 consultas foram realizadas fora dos TMRG (Tempo Máximo Resposta Garantido), esta situação resulta, não só, da necessidade de realocação de recursos médicos, mas também, da recuperação da lista de espera de oftalmologia, uma vez que todas as consultas se encontravam além dos TMRG, pelo que, quanto mais actividade for realizada, mais penalização existe neste indicador, porém é expectável que as melhorias sejam refletidas nos anos seguintes.

### Relatório de Acesso - Ano de 2020

Departamento clínico de destino do pedido	Pedidos agendados (para data futura)	Consultas realizadas	Consultas Muito Prioritárias realizadas dentro do tempo	Consultas Prioritárias realizadas dentro do tempo	Consultas Prioridade Normal realizadas dentro do tempo	Consultas realizadas fora do tempo
Pediatria	19	44	0	0	31	13
Desenvolvimento						
Diabetologia	4	29	0	1	27	1
Oncologia	0	3	1	0	2	0
Cuidados Paliativos	0	8	0	2	6	0
Endocrinologia	3	204	0	19	134	51
Anestesiologia	7	24	0	1	23	0
Cardiologia	26	421	1	22	253	145
Cirurgia Geral	114	657	4	46	548	59
Dermatologia	18	697	0	0	697	0
Reumatologia	13	149	54	19	70	6
Estomatologia	7	82	0	5	65	12
Gastrenterologia	28	350	2	15	321	12
Ginecologia	90	315	4	19	216	76
Imuno-alergologia	13	93	3	2	86	2
Imunohemoterapia	0	8	0	0	8	0
Medicina F. e Reab.	0	39	4	4	29	2
Medicina Interna	9	154	5	19	118	12
Nefrologia	10	83	1	12	65	5
Neurologia	50	225	3	13	181	28
Obstetrícia	35	302	20	9	271	2
Oftalmologia	50	935	0	0	0	935
Ortopedia	259	891	0	3	465	423
Otorrinolaringologia	238	536	4	43	293	196
Pediatria	13	156	0	1	137	18
Pneumologia	40	285	0	5	265	15
Psicologia	6	25	0	1	24	0
Psiquiatria	58	285	0	0	268	17
Urologia	101	315	1	37	244	33
<b>Total</b>	<b>1 211</b>	<b>7 315</b>	<b>107</b>	<b>298</b>	<b>4 847</b>	<b>2 063</b>

Fonte: ADW CTH 2020

No que respeita às consultas que ficaram além do TMRG, embora o total seja de 2063 doentes, tal fica a dever-se à especialidade de Oftalmologia que apresenta grandes carências de recursos humanos face às necessidades existentes. Assim, das 2063 consultas que estão para além dos TMRG, 935 consultas pertencem a esta especialidade, correspondendo a 45,32% no total de consultas fora dos TMRG, conforme se demonstra no quadro seguinte.

### Consultas Externas fora de Prazo

	2019	2020	Δ	Δ%	% No total de Consultas fora TMRG
Total Consultas Fora TMRG	1 243	2 063	820	65,97%	-
Oftalmologia	943	935	-8	-0,85%	45,32%
Dermatologia	298	0	-298	-100,00%	0,00%
Cardiologia	0	145	145	100,00%	7,03%
Ortopedia	0	423	423	100,00%	20,50%
Otorrino	0	196	196	100,00%	9,50%
Ginecologia/Obstetrícia	0	78	78	100,00%	3,78%
Endocrinologia	0	51	51	100,00%	2,47%
Cirurgia Geral	0	59	59	100,00%	2,86%
Outras	2	176	174	8700,00%	8,53%
<b>Total</b>	<b>1 243</b>	<b>2 063</b>	<b>820</b>	<b>65,97%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: ADW CTH 2020

## 2.4. SERVIÇO DE URGÊNCIA

No ano de 2020, verificaram-se 47229 episódios de urgência, traduzindo-se num decréscimo de 18665 episódios (-28,33%) face ao ano transato. Mais uma vez, a pandemia Covid-19 exerceu uma forte influência nesta área de produção, em linha com o registado em todos os serviços de urgência do país.

### Total de Episódios de Urgência

Balcão de Atendimento	2019	2020	Δ	Δ%
Urgência Geral	52 985	40 244	-12 741	-24,05%
Urgência Obstétrica	1 599	1 350	-249	-15,57%
Urgência Pediátrica	11 310	5 635	-5 675	-50,18%
<b>Total</b>	<b>65 894</b>	<b>47 229</b>	<b>-18 665</b>	<b>-28,33%</b>

Fonte: SICA Dezembro 2020/2019

Relativamente aos episódios de urgência sem internamento, o decréscimo foi de 18109 episódios e que resultou numa variação relativa de 29,86%. Mais uma vez esta atividade está um linha com as urgências totais e apresenta uma forte redução da atividade urgente.

### Episódios de Urgência sem Internamento

Balcões de Atendimento	2019	2020	$\Delta$	$\Delta\%$
Urgência Geral	48 565	36 115	-12450	-25,64%
Urgência Obstétrica	1 208	985	-223	-18,46%
Urgência Pediátrica	10 880	5 444	-5436	-49,96%
<b>Total</b>	<b>60 653</b>	<b>42 544</b>	<b>-18 109</b>	<b>-29,86%</b>

Fonte: SICA Dezembro 2020/2019

Da análise ao número de urgências médias diárias é possível aferir o impacto da redução da atividade urgente, com a redução média de 51 doentes diariamente no serviço de urgência, passando-se de 180 admissões diárias em 2019 para 129 admissões diárias em 2020.

### Urgências Médias Diárias

Balcões de Atendimento	2019	2020	$\Delta$	$\Delta\%$
Urgência Geral	145,16	109,96	-35,21	-24,25%
Urgência Obstétrica	4,38	3,69	-0,69	-15,80%
Urgência Pediátrica	30,99	15,40	-15,59	-50,31%
<b>Total</b>	<b>180,53</b>	<b>129,04</b>	<b>-51,49</b>	<b>-28,52%</b>

Fonte: SICA Dezembro 2020/2019

No ano de 2020 verificou-se uma redução generalizada nos episódios se considerarmos todas as cores da triagem de Manchester, com exceção dos doentes não triados que apresentam um aumento de 493 episódios, sendo que este acréscimo está relacionado com a necessidade de realocar a urgência pediátrica em instalações diferentes da urgência geral, tendo em vista a minimização de contágios do SARS Cov 2. Por outro lado, a redução de episódios pediátricos urgentes entre março e maio de 2020, bem como a reinstalação noutra edifício, conduziu a este aumento de doentes sem triagem.

Durante o ano de 2020 foi possível reduzir o peso relativo dos episódios de cor verde, azul e branco (episódios menos emergentes), passando de 45,69% para 42,42%, constatando-se ainda

a necessidade de reduzir este indicador de modo a que seja possível uma melhoria dos cuidados de saúde prestados.

### Urgências por cores de triagem de Manchester

Cor (última triagem)	2019	2020	Δ	Δ%	
Vermelho	122	116	-6	-4,92%	▼
Laranja	3 399	3 203	-196	-5,77%	▼
Amarelo	32 145	23 263	-8 882	-27,63%	▼
Verde	27 503	17 742	-9 761	-35,49%	▼
Azul	1 299	1 123	-176	-13,55%	▼
Branco	1 305	1 168	-137	-10,50%	▼
Não Triado	121	614	493	407,44%	▲
Total	65 894	47 229	-18 665	-28,33%	▼
Somatório dos Verdes, Azuis e Brancos	30 107	20 033	-10074	-33,5%	▼
% Verdes, Azuis e Brancos	45,69%	42,42%	-	-3,27%	▼

Fonte: SICA Dezembro 2020/2019

## 2.5. HOSPITAL DE DIA

O Hospital de Dia contribui para a melhoria dos cuidados de saúde e racionalização na utilização de recursos, já que promove a utilização do ambulatório em alguns dos procedimentos e tratamentos que classicamente requeriam internamento hospitalar:

- Melhor qualidade de vida dos utentes com doenças crónicas, diminuição de demoras médias do internamento hospitalar, redução dos gastos totais, nomeadamente dos cuidados hospitalares prestados com recurso ao internamento e minimização do isolamento social e familiar associado caracterizado pelo internamento.

Em termos totais, as sessões de Hospital de Dia decresceram 18,23%, sem considerar a Hemodiálise e os GDH Médicos de Ambulatório. No que respeita às sessões de Hemodiálise verifica-se uma redução de 12,35%, representando um decréscimo de 1185 sessões



programadas, em parte justificadas pela necessidade criar um serviço autónomo de hemodiálise para doentes Covid-19, não sendo possível a partilha de dialisadores com doentes não Covid-19. Por outro lado, a hemodiálise agudos aumenta 25,78% em conformidade com a justificação acima.

No ano de 2020 verificou-se uma redução dos GDH Médicos de Ambulatório (-166), porém urge destacar que o tratamento de quimioterapia apresenta valores muito próximos do ano anterior, reforçando-se assim a necessidade de manutenção da atividade urgente, nesta área de produção.

### Sessões de Hospital de Dia e GDH Médicos de Ambulatório

Especialidades	SESSÕES			
	2019	2020	Δ	Δ%
Psiquiatria	3 050	1 709	-1 341	-43,97%
Imuno-hemoterapia	13	160	147	1130,77%
Pediatria	231	130	-101	-43,72%
Pneumologia (sem GDH)	648	579	-69	-10,65%
Oncologia (sem GDH)	1 253	1 179	-74	-5,91%
Outros	3 808	3 605	-203	-5,33%
<b>Subtotal</b>	<b>9 003</b>	<b>7 362</b>	<b>-1 641</b>	<b>-18,23%</b>
Hemodiálise Programada	9 595	8 410	-1 185	-12,35%
<b>Total Com Hemodiálise</b>	<b>9 595</b>	<b>8 410</b>	<b>-1 185</b>	<b>-12,35%</b>
Hemodiálise Agudos	1 338	1 683	345	25,78%

Especialidades	GDH Médicos de Ambulatório			
	2019	2020	Δ	Δ%
Litotricia Extra-Corporal	126	72	-54	-42,86%
Quimioterapia	1 007	974	-33	-3,28%
Polivalente	554	475	-79	-14,26%
<b>Total Geral</b>	<b>1 687</b>	<b>1 521</b>	<b>-166</b>	<b>-9,84%</b>

Nota: Foram retirados os GDH Médicos de Ambulatório Quimioterapia, Polivalente às sessões de Hospital de Dia  
Fonte: SICA dezembro 2020/2019

## 2.6. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

### 2.6.1. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica Realizados no Hospital

Da análise dos MCDT realizados internamente no Hospital Amato Lusitano, verificou-se um decréscimo de 2,82% relativamente a 2019, destacando-se a Imagiologia que apresenta um decréscimo de 16,60% no volume de exames realizados que resulta, em grande medida, da redução de episódios de urgência.

Destacamos ainda a Oftalmologia que, com o reforço das consultas externas e a recuperação de lista de espera de primeiras consultas, aumentou significativamente os MCDT's realizados, registando um acréscimo de 228,58% face ao ano anterior.

### MCDT's Realizados no Hospital

Especialidades	2019	2020	Δ	Δ%
Imagiologia	80 722	67 324	-13 398	-16,60%
Patologia Clínica	711 287	712 878	1 591	0,22%
Gastroenterologia	6 351	4 930	-1 421	-22,37%
Medicina Física e Reabilitação	75 731	70 029	-5 702	-7,53%
Cardiologia	21 674	19 137	-2 537	-11,71%
Oftalmologia	1 571	5 162	3 591	228,58%
Pneumologia	4 024	1 844	-2 180	-54,17%
Urologia	1 053	758	-295	-28,02%
Otorrinolaringologia	3 379	2 081	-1 298	-38,41%
Imunohemoterapia	15 127	13 995	-1 132	-7,48%
Dermatologia	1 589	1 032	-557	-35,05%
Ginecologia/Obstetrícia	5 555	3 251	-2 304	-41,48%
Psiquiatria	4 570	3 917	-653	-14,29%
Reumatologia	124	118	-6	-4,84%
Outros	49 463	48 067	-1 396	-2,82%
<b>TOTAL</b>	<b>982 220</b>	<b>954 523</b>	<b>-27 697</b>	<b>-2,82%</b>

Fonte: SONHO dezembro 2020

### 2.6.2. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica Realizados no Exterior

No que respeita ao MCDT realizados no exterior, verificou-se um decréscimo de 26,18%, destacando-se as áreas de Anatomia Patológica, Medicina Nuclear, Imagiologia e Patologia Clínica que reduziram os pedidos para o exterior em 26,04%, 33,64%, 18,36% e 12,57% respetivamente. Esta situação está ligada ao facto de, nas duas primeiras áreas clínicas, a ULSCB não dispor de meios humanos nem técnicos para executar este tipo de exames, sendo assim imprescindível recorrer a prestadores externos.

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

**MCDT's Realizados no Exterior**

	2019	2020	Δ	Δ%
Imagiologia	3 927	3 206	-721	-18,36%
Anatomia Patológica	8 575	6 342	-2 233	-26,04%
Patologia Clínica	12 233	10 695	-1 538	-12,57%
Medicina Nuclear	657	436	-221	-33,64%
Cardiologia	333	200	-133	-39,94%
Neurologia	85	60	-25	-29,41%
Pneumologia	1 503	1 316	-187	-12,44%
Urologia	103	57	-46	-44,66%
Otorrinolaringologia	62	72	10	16,13%
Outros	3 272	316	-2 956	-90,34%
<b>Total</b>	<b>30 750</b>	<b>22 700</b>	<b>-8 050</b>	<b>-26,18%</b>

Fonte: SONHO dezembro 2020

A inexistência de médicos especialistas de Anatomia Patológica nos quadros de pessoal desta ULS, implicou, desde o ano de 2009, o recurso ao *outsourcing*, sendo que nesta área, o número de exames realizados representa 27,9% dos exames realizados no exterior.



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top, a circular stamp in the middle, and the text 'Cel' and 'J.' at the bottom.

# RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

## 1. RECURSOS HUMANOS

No final do exercício de 2020, a ULSCB dispunha no seu mapa de pessoal de um total de 1.453 trabalhadores efetivos, dos quais 1093 trabalhadores exerciam funções no Hospital Amato Lusitano de Castelo Branco-HAL, 225 no Agrupamento de Centros de Saúde da Beira Interior Sul (ACES-BIS) e 135 no Agrupamento de Centros de Saúde da Pinhal Interior Sul (ACES-PIS).

A estes 1.453 profissionais haverá que somar 15 colaboradores vinculados a outros mapas de pessoal de outras instituições (que embora não vinculados ao seu mapa de pessoal exercem efetivamente funções na ULSCB, suportando esta os respetivos encargos) que se encontravam em exercício profissional na ULSCB, o que perfaz na totalidade 1.468 profissionais (nº. a ter em conta nos diversos mapas indicados).

Dos 1.453 profissionais da ULSCB vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB, 21 exerciam funções fora da instituição o que se traduz num universo líquido de 1.432 profissionais pertencentes ao seu mapa de pessoal e que exercem efetivamente funções na instituição.

Comparativamente com os efetivos da instituição existentes em 31.12.2019 (*vinculados ao mapa de pessoal, independentemente da instituição onde exercem funções*) verificou-se um aumento considerável de trabalhadores no final de 2020, fruto da situação pandémica Covid-19, aumento que representou no mapa de pessoal um incremento de mais 8,7%.

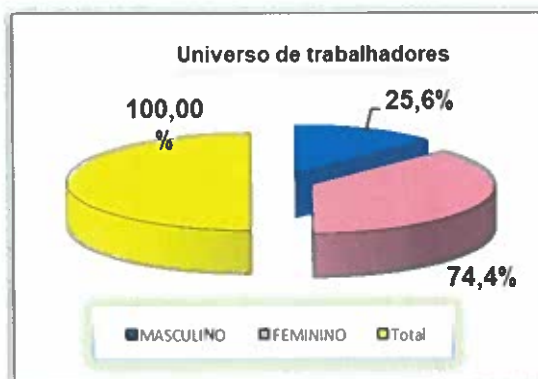
Dada a natureza jurídica da ULSCB e esta se constituir como uma empresa do setor empresarial do estado, por isso, uma empresa pública, a evolução do seu mapa de pessoal reflete a diferente tipologia de vinculação contratual, com cada vez mais expressão da vinculação dos seus profissionais ao abrigo do Código do Trabalho. Pese embora em 2020 se ter registado a subida de efetivos no mapa de pessoal, verificou-se ainda assim um ligeiro decréscimo daqueles que detêm um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (673 elementos) o que representa face ao universo de profissionais existentes (46,31%) e 594 trabalhadores (40,88%) detêm um contrato de trabalho sem termo.

Apresentam-se, em seguida, mapas com a realidade dos recursos humanos existentes na ULSCB tendo sempre em conta o total de trabalhadores vinculados ao mapa de pessoal, independentemente de exercerem ou não funções efetivas na ULSCB e, daqueles que pertencendo a outras instituições exercem funções na ULSCB (1468).



Particular destaque merece o quadro representativo do universo total dos trabalhadores da ULSCB em que emerge, com particular expressão, o sexo feminino, que representa 74,40%.

Assim,



Total trabalhadores - Tipologia de vinculação						
Sexo	CTFP	CTSemTermo	CITTermo Certo (4M)	CITTCerto-Apos	CTFP T Incerto + CIT T Incerto + CIP + Ced. Ocas. + Com. Serv. + Mob.Prof.Saude + CITT Incerto	TOTAL
MASCULINO	178	137	20	3	38	376
FEMININO	495	457	63	2	75	1 092
Total	673	594	83	5	113	1 468
Total Geral	1 468					

SEXO	Total Geral		Mapa		Além Mapa	
MASCULINO	376	25,6%	322	25,0%	54	29,7%
FEMININO	1 092	74,4%	964	75,0%	128	70,3%
Total	1 468	100,00%	1 286	100,00%	182	100,00%

*[Handwritten signatures and initials]*

### Por grupos profissionais e a sua representatividade por sexo no universo do total geral

ULSCB						
GRUPOS SÓCIO-PROFISSIONAIS	Total Trabalhadores	Homens		Mulheres		% - TOTAL
Pessoal Dirigente (***)	7	5	0,3%	2	0,1%	0,48%
Médicos	230	105	7,2%	125	8,5%	15,67%
Téc. Sup. Saúde	19	2	0,1%	17	1,2%	1,29%
Téc. Superiores	22	12	0,8%	10	0,7%	1,50%
Téc. Sup. Serv. Social	6	1	0,1%	5	0,3%	0,41%
T.D.T	104	21	1,4%	83	5,7%	7,08%
Enfermagem	536	103	7,0%	433	29,5%	36,51%
Assistente Técnico	180	24	1,6%	156	10,6%	12,26%
Assistente Operacional	352	95	6,5%	257	17,5%	23,98%
Informática	11	8	0,5%	3	0,2%	0,75%
Educadora Infância	1	0	0,0%	1	0,1%	0,07%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>1 468</b>	<b>376</b>	<b>25,6%</b>	<b>1 092</b>	<b>74,4%</b>	<b>100,0%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1 468</b>				

(\*\*\*) Pessoal com carreira específica no mapa de pessoal da ULSCB contabilizado na própria carreira

### Por regime de vinculação

	Numero	%
<b>Vínculos e Contratos:</b>		
CTFP	673	45,8%
CTTIncerto	10	0,7%
CTSTermo	594	40,5%
CTTCerto-4M	83	5,7%
CTTCerto-Aposentado	5	0,3%
CTFP Termo Incerto (IM)	67	4,6%
CedInterPúblico	9	0,6%
CedOcasional-CT	6	0,4%
Afect. Provisória	1	0,1%
AcordCooperç	0	0,0%
MobProfSaude	14	1,0%
Com. Serviço	1	0,1%
Com. Serv. Extr.	1	0,1%
Lic. S. Vencimento	3	0,2%
Sindicato	1	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>1 468</b>	<b>100,0%</b>

Handwritten signatures and initials on the right margin.

## Responsabilidade sobre o género

Chefias	MASCULINO	%	FEMININO	%	Total	%
Cons-Administração	2	0,14%	1	0,07%	3	0,20%
Adm. Hospitalares	2	0,14%	0	0,00%	2	0,14%
Médicos	23	1,57%	14	0,95%	37	2,52%
Enfermagem	8	0,54%	26	1,77%	34	2,32%
TSDT	4	0,27%	2	0,14%	6	0,41%
Téc. Superior	7	0,48%	3	0,20%	10	0,68%
TSSaúde	1	0,07%	2	0,14%	3	0,20%
Assist. Técnico	2	0,14%	3	0,20%	5	0,34%
Assist. Operacional	1	0,07%	1	0,07%	2	0,14%
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>3,41%</b>	<b>52</b>	<b>3,54%</b>	<b>102</b>	<b>6,95%</b>
<b>Representação</b>	<b>49,02%</b>		<b>50,98%</b>			

## Prestação de serviços médicos

Na ausência de pessoal médico suficiente vinculado ao mapa de pessoal, para assegurar o normal funcionamento do serviço de urgência e respetivas áreas de apoio, bem como, manter a qualidade dos serviços prestados à população na área de abrangência da ULSCB continua a recorrer-se, à semelhança de anos anteriores, à contratação de profissionais em regime de prestação de serviços.

A Urgência Hospitalar, durante o ano de 2020, obrigou a ter disponíveis 85 médicos, os quais realizaram 58.585,50 horas a que corresponde um encargo anual de 1.906.072,43€.

A prestação de serviços teve também expressão nas UCSPs conforme se observa no quadro seguinte com um volume de 10.720 horas a que correspondeu o encargo anual de 235.840€, tendo-se verificada um aumento significativo de horas e encargos relativamente ao ano de 2019.

Atividade Contratada UCSP'S	Horas	Encargo Anual €	Nº Médicos
SAC Proença-A-Nova	1.764	38.808€	7
SAC Oleiros	3.964	87.208€	6
UCSP S.Miguel	282	6.204€	1
UCSP S. Tiago	0	0€	0
UCSP Alcains	1.070	23.540€	1
UCSP Idanha-A-Nova	240	5.280€	1
SAP Sertã	3.400	74.800€	14
<b>TOTAL</b>	<b>10.720</b>	<b>235.840€</b>	<b>30</b>

Fonte: Prestadores de Serviço - Serviço de compras e logística

A ULSCB caracteriza-se pela heterogeneidade do ponto de vista sócio profissional. O grupo profissional de enfermagem representa o grupo mais significativo (536 trabalhadores – 6 trabalhadores exercem funções fora da ULSCB), seguindo-se em número de 352 (3 trabalhadores exercem funções fora da ULSCB) o grupo profissional da carreira de assistente operacional. Já o grupo profissional médico, é constituído por 230 profissionais, sendo certo que destes, (40 são internos da especialidade e 27 do ano comum).

Da análise do quadro que se segue é possível concluir que os três grupos supra identificados (1118 trabalhadores) representam um total de 76,15% dos trabalhadores desta Entidade.

Grupos Profissionais - Exercício DENTRO e FORA da ULSCB					Grupos Profissionais - Exercício SÓ DENTRO da ULSCB				
Carreiras	HAL	ACES		TOTAL	Carreiras	HAL	ACES		TOTAL
		BIS	PIS				BIS	PIS	
Dirigente	6	1	0	7	Dirigente	4	1	0	5
Médico	150	61	19	230	Médico	146	61	19	226
TecSupSaude	16	1	2	19	TecSupSaude	16	1	2	19
TecSuperiores	19	3	0	22	TecSuperiores	18	3	0	21
TecSuperiores Social	6	0	0	6	TecSuperiores Social	6	0	0	6
Enfermagem	416	71	49	536	Enfermagem	411	70	49	530
TSDT	93	7	4	104	TSDT	90	6	4	100
Informática	10	1	0	11	Informática	10	1	0	11
Coordenador Técnico	3	0	0	3	Coordenador Técnico	3	0	0	3
Assistente Técnico	109	43	25	177	Assistente Técnico	108	43	25	176
Docente	1	0	0	1	Docente	1	0	0	1
Encarregado Operacional	1	0	0	1	Encarregado Operacional	1	0	0	1
Assistente Operacional	277	38	36	351	Assistente Operacional	274	38	36	348
TOTAL	1107	226	135	1 468	TOTAL	1088	224	135	1 447
		361					359		



Grupos Profissionais	Todos os Trabalhadores da ULSCB		
	Mapa	Além Mapa	Total
Dirigente	6	1	7
Médico	156	74	230
TecSupSaude	18	1	19
TecSup(todosRG)	22	0	22
TecSuperiores Social	6	0	6
Enfermagem	490	46	536
TSDT	84	20	104
Informática	11	0	11
Coordenador Técnico	3	0	3
Assistente Técnico	171	6	177
Docente	1	0	1
Encarregado Operacional	1	0	1
Assistente Operacional	317	34	351
<b>TOTAL</b>	<b>1 286</b>	<b>182</b>	<b>1 468</b>

\* O total geral de trabalhadores vinculados inclui os 21 trabalhadores em exercício fora da ULSCB.

Atendendo especificamente à carreira médica, incluindo os Internos em formação específica (198 médicos) é possível constatar, que a especialidade com maior expressão é nos cuidados de saúde primários, concretamente a de Medicina Geral e Familiar com 77 médicos, que representa 38,88% do universo do pessoal médico. Já nos cuidados diferenciados/hospitalares, sobressaem a especialidade de: Medicina Interna com 25 médicos e a de Cirurgia Geral com 17 médicos, representando 12,62% e 8,58%, respetivamente.

Médicos	Normal	Car	EspCar	CES-EspCar	Pref.	TOTAL
Int Int Méd (Esp)	40	0	0	0	0	40
Grau Especial.	1	0	0	0	0	1
Total	41	0	0	0	0	41
Total Geral	41					68
Int Int Méd-FG	27					

Especialidades Médicas - Apenas Exercício na ULSCB				Dentro da ULSCB	FORA DA ULSCB	
Especialidades	Especialistas	Grau	IIM-Esp	Especial	Especial	IIM
Anestesiologia	6	0	0	1	0	0
Cardiologia	3	0	0	0	0	0
Cirurgia Geral	12	0	5	0	1	0
Clinico Geral	0	0	0	0	0	0
Dermatologia	1	0	0	0	0	0
Endocrinologia	1	0	0	0	0	0
Estomatologia	1	0	0	0	0	0
Gastroenterologia	6	0	5	0	0	0
Gln./Obstetrícia	1	0	0	0	0	0
Medicina Intensiva	2	0	0	0	0	0
Imuno-Alergologia	1	0	0	0	0	0
Imuno-Hemoterapia	1	0	0	0	0	0
Med. Física e Reabilitação	1	0	0	0	0	0
Medicina Interna	15	1	9	0	0	0
Medicina Geral e Familiar	61	0	16	0	0	0
Nefrologia	5	0	3	0	0	0
Neurologia	2	0	0	0	0	0
Oftalmologia	3	0	0	0	0	0
Ortopedia	7	0	0	0	0	0
Otorrinolaringologia	2	0	0	0	0	0
Patologia Clínica	3	0	2	0	1	0
Pediatria	6	0	0	0	0	0
Pedopsiquiatria	0	0	0	0	0	0
Pneumologia	3	0	0	0	1	0
Psiquiatria	6	0	0	0	0	0
Radiologia	2	0	0	0	0	0
Reumatologia	1	0	0	0	0	0
Saúde Pública e Comunitária	3	0	0	0	0	0
UCIP	0	0	0	0	0	0
Urologia	2	0	0	0	1	0
IM-Ano Comum - Form-Geral			27			
TOTAL	157	1	40	1	4	0
	198		67	5		
	230					

No que concerne ao Grupo de Enfermagem com 530 enfermeiros, que representa 36,10% do total de trabalhadores da ULSCB, constata-se que 411 enfermeiros estão afetos à área dos cuidados de saúde diferenciados/hospitalares o que representa 27,99% e, os restantes desenvolvem a sua atividade na área dos cuidados de saúde primários com 119 enfermeiros, representando 8,10%.

Do total do pessoal de enfermagem (530) 365 não possuem qualquer especialização profissional, o que representa 68,86%. Apenas 165 detêm uma especialização o que representa 31,14%, sendo a especialidade dominante, no universo do pessoal de enfermagem com especialização, a especialização de saúde na comunidade (50), logo seguida da especialização médico-cirúrgica (39), e especialização de reabilitação (25), com 30,30%, 23,63% e 15,15%, respetivamente.

ENFERMAGEM- Especialidades				
Especialidades	Homens	Mulheres	SUB-TOTAL	TOTAL
Médico-Cirurgica	15	24	39	165
Saúde na Comunidade	4	46	50	
Reabilitação	7	18	25	
Saúde Infantil e Pediatria	0	21	21	
Saúde Materna e Obstetrícia	1	18	19	
Saúde Mental e Psiquiatria	6	5	11	
Sem especialidade	67	298	365	530

A estrutura etária no âmbito do total de profissionais da ULSCB situa-se aproximadamente nos 46,86 anos de idade, verificando-se que, na área de assistente operacional a idade média é de 49,62 anos e, na área de técnico superior de saúde e pessoal de enfermagem, a idade média é de 48,47 e 44,15 anos, respetivamente.

Cabe referir que relativamente ao ano de 2019 o valor da média de idade desceu ligeiramente em diversas carreiras fruto da admissão de pessoal para fazer face à situação pandémica.

No que concerne ao pessoal médico, incluindo o pessoal em formação, a idade média situa-se nos 45,80 anos.

Se excetuarmos o pessoal em formação rapidamente a idade média sobe para 51,90 anos.

Estrutura Etária	TOTAL (Em exercício na ULSCB)				Do mapa da ULSCB em Exerc. Fora da ULSCB		TOTAL
	Masculino		Feminino		Masculino	Feminino	
de 18 a 24	10	2,7%	23	2,1%	0	0	33
de 25 a 29	26	7,1%	61	5,7%	0	0	87
de 30 a 34	38	10,3%	96	8,9%	1	2	137
de 35 a 39	36	9,8%	135	12,5%	0	2	173
de 40 a 44	49	13,3%	133	12,3%	0	2	184
de 45 a 49	36	9,8%	150	13,9%	2	2	190
de 50 a 54	36	9,8%	159	14,7%	1	2	198
de 55 a 59	42	11,4%	158	14,6%	1	1	202
de 60 a 64	55	14,9%	109	10,1%	2	2	168
de 65 a 69	39	10,6%	52	4,8%	1	0	92
>71	1	0,3%	3	0,3%	0	0	4
<b>TOTAIS</b>	<b>368</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 079</b>	<b>100,00%</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>1 468</b>



## Média de idade por grupo profissional

Grupos socioprofissionais	N.º Trab	Total Idades	Média
Dirigente	3	159	53,00
Administrador Hospitalar	4	232	58,00
Médicos Especialistas	163	8 460	51,90
Médicos IM-Especialidade	40	1 266	31,65
Médicos Internos - Form. Geral	27	808	29,93
Técnico Superior Saúde	19	921	48,47
Técnico Superior	22	1 104	50,18
Técnico Superior Serviço Social	6	267	44,50
Informática	11	559	50,82
Enfermagem	536	23 663	44,15
TSDT	104	4 272	41,08
Docente	1	36	36,00
Assistente Técnico	180	9 582	53,23
Assistente Operacional	352	17 467	49,62
<b>TOTAL</b>	<b>1 468</b>	<b>68 796</b>	<b>46,86</b>

## Nível de escolaridade

Considerando que o nível de escolaridade representa um fator cultural e de competência de qualquer instituição, é de realçar que numa instituição como a ULSCB, uma percentagem significativa de trabalhadores é altamente qualificada, detentora de mestrado, licenciatura ou bacharelato.

Habilitações Literárias			
Habilitações Literárias	Homens	Mulheres	Total
Doutoramento	2	2	4
Mestrado	44	109	153
Licenciatura	186	506	692
Bacharelato	22	99	121
12º. Ano escolaridade	55	206	261
10º e 11º. Ano Escolaridade	10	46	56
7º, 8º, 9º. Ano Escolaridade	38	70	108
5º, 6º. Ano Escolaridade	9	34	43
Sem Hab/4º. Ano Escolaridade	10	20	30
<b>Total efectivos</b>	<b>376</b>	<b>1 092</b>	<b>1 468</b>



### Horário semanal de trabalho

No que concerne ao horário semanal e à duração dos tempos de trabalho semanal, são praticados na ULSCB diversos regimes de trabalho contemplando carga horária semanal diversa, o que pode ser verificado de acordo com o seguinte mapa, relativamente aos três principais regimes de horário.

Horário Semanal	31.12.2020	Total horas	%	Média Horas
35 horas	1 259	44 065	84,44%	
40 horas	162	6 480	12,42%	
42 horas	8	336	0,64%	
Outros	39	1 303	2,50%	
<b>TOTAL</b>	<b>1 468</b>	<b>52 184</b>		<b>35,55</b>

*Horários de trabalho parciais e com redução da carga horária*

No que respeita ao absentismo, assume particular destaque a ausência por motivo de doença (49,8%), sendo que as motivadas por ausências de parentalidade (31,94%) representam no seu conjunto 81,74% do total das ausências. Os grupos profissionais onde se constata maior volume de faltas em termos absolutos são os de enfermagem, de pessoal médico e de assistente operacional.

Concretamente, constata-se que a média de ausências por trabalhador no universo dos trabalhadores da ULSCB é de 19,81 faltas por ano, representando estas, no total dos dias de trabalho normais obrigatórios estimados (*média 253 dias/trabalho anual – não contabilizados os dias (média) de férias*) 7,90 %.

Verifica-se, assim, que o absentismo constitui um fator que influencia negativamente a produtividade e o funcionamento dos serviços e das equipas, que importa tentar corrigir, considerando que no total estimado de dias de trabalho obrigatórios anual (*366.091 dias – (39.069 dias férias/média 27 dias por trab.) = 327.022 dias*) o total de ausências por ano representa (28.672 dias) o que equivale a uma ausência de 8,76%.

## ABSENTISMO - ANO 2020

Motivos de ausência	Nº. Prof	Casamento		Parentalidade		Falecimento		Doença		Acidente		Ass. familiares		Trab. Estudante		Por conta de férias		Greve		Outras		Total		Totais
CARREIRA	Género	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior	3							0	1													0	1	1
Técnico Superior	27			25	338	3	4	360	48			0	12					0	1	8	0	396	403	799
Assistente Técnico	179	0	10	0	58	10	79	244	2 075			3	164	0	5	6	32	1	39	1	10	265	2 472	2 737
Assistente Operacional	349	0	15	45	919	51	97	994	2 832	0	111	18	89	0	0	5	6	10	42	4	3	1 127	4 114	5 241
Informático	11			84	0	8	5	29	15			9	0			1	1	3	0	25	1	159	22	181
Docente	1							0	3									0	1			0	4	4
Médico	226	0	10	298	2 166	34	48	1 135	768	0	1	85	85	2	0	10	2	1	7	1 332	1 635	2 897	4 722	7 619
Enfermeiro	530			406	3 799	19	183	604	4 268	0	19	2	208	8	71	0	4	8	30	33	443	1 080	9 025	10 105
Téc. Superior de Saúde	21			30	0			18	66			1	96			0	1	0	6	0	20	49	189	238
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	100			106	883	2	21	53	558			4	47	4	14	10	1	6	14	6	18	191	1 556	1 747
Total	1 447	0	35	994	8 163	127	437	3 437	10 634	0	131	122	701	14	90	32	47	29	140	1 409	2 130	6 164	22 508	28 672
% - M / F		0,00	0,16	16,13	36,27	2,06	1,94	55,76	47,25	0,00	0,58	1,98	3,11	0,23	0,40	0,52	0,21	0,47	0,62	22,86	9,46	21,50	78,50	
% - TOTAL			0,12		31,94		1,97		49,08		0,46		2,87		0,36		0,28		0,59		12,34		100,00	

## Mapa de pessoal (Entradas e saídas)

Por fim, importa referir que relativamente ao ano 2019 se verificou entre o número de profissionais que entraram (237) e os que saíram (104), um acréscimo substantivo de profissionais (133), tendo este acréscimo particular incidência, devido às contratações necessárias e imperativas para fazer face à situação de pandemia COVID-19, especialmente nas carreiras de Enfermagem, TSDT e Assistente Operacional.

Carreira	Entradas				Saídas			
	HAL		ACES		HAL		ACES	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigente						1	1	
Médica	19	21	1	4	23	16	4	4
TS Saúde		2						
Téc. Superior	2				3			
Enfermagem	12	40		7	3	11		1
TSDT	6	21			1	1		
Informática								
Docente								
Assist. Técnico	1	5	1	3		7	1	5
Assist Operacional	19	55	2	16	1	16	2	3
SEMI-TOTAL	59	144	4	30	31	52	8	13
TOTAL	237				104			

Efetivamente e como resultado desta situação, em 2020 assistiu-se a um aumento do número total de recursos humanos, face a 31 de dezembro de 2020, aumento que se continuou, ainda que de forma mais ligeira, a verificar ainda no início de 2021.

Resultou assim, no decurso do ano de 2020 a contratação dos seguintes profissionais, conforme mapa.

Grupos socioprofissionais - COVID-19	
Contratação	
CARREIRAS	Nº. Prof
Médicos Especialistas	0
Técnico Superior Saúde	0
Técnico Superior	1
Técnico Superior Serviço Social	0
Informática	0
Enfermagem	50
TSDT	24
Assistente Técnico	5
Assistente Operacional	61
<b>TOTAL</b>	<b>141</b>

## 2. SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E ENSINO

### 2.1. Definição, Natureza e Objetivos do SIFE

O Serviço de Investigação, Formação e Ensino da ULSCB (SIFE) é uma estrutura que funciona na dependência do Conselho de Administração e direções técnicas, acreditada pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), através do Despacho Ministerial de 13 de dezembro de 2000.

### 2.2. Formação

A formação é organizada de acordo com as necessidades específicas de cada serviço, que as expressam através de um Plano Anual de Formação em Serviço, com indicação das ações de formação consideradas pertinentes.

A realização da formação programada tem em vista a otimização do funcionamento dos vários serviços e a melhoria na qualidade dos cuidados e/ou na alteração de atitudes ou comportamentos dos profissionais.

As ações de formação são, regra geral, de curta duração.

Apresenta-se em seguida um registo das atividades desenvolvidas durante o ano de 2020:

Nº	FORMAÇÃO REALIZADA EM 2020	Nº HORAS	Nº FORM ANDOS	VOL. FORMAÇ ÃO
	CO-FINANCIADA PELO POISE			
1	Controlo de Infecção: precauções baseadas nas vias de transmissão	7	29	203
2	Estomaterapia para enfermeiros: cuidados essenciais em ostomias	7	29	203
3	Stress e coping do cuidador de cuidados	7	11	77
4	Suporte Básico de Vida e DAE	7	17	119
5	Controlo de Infecção: Higiene de superfícies e circuitos	7	27	189
6	Técnicas de Ventilação não Invasiva	16	17	272
7	Integração ao Hospital para Assistentes Operacionais	7	27	189

Nº	FORMAÇÃO EM SERVIÇO REALIZADA EM 2020	Nº HORAS	Nº FORM ANDOS	VOL. FORMAÇ ÃO
1	Dinâmicas do Hospital de Dia	2	16	32
2	Técnicas e procedimentos em diálise peritoneal	2	14	28
3	Abordagem da vítima politraumatizada	3	23	69
4	Padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem	2	27	54
5	Identificação de anticorpos irregulares	2	8	16
6	Avaliação do desenvolvimento da criança dos 0-5 anos segundo Mary Sheridan	2	9	18
7	S Clínico	2	7	14
8	Procedimentos em ortopedia	2	8	16
9	Procedimentos de limpeza/desinfecção de superfícies no serviço de consulta externa	2	3	6
10	Opções terapêuticas na seleção de material de pensos	2	9	18
11	Relaxamento	2	9	18
12	Controlo de infeção/PBCI	2	5	10
13	Reações adversas hemovigilância	2	45	90
14	Eventos sentinela e PCR na mesa operatória	2	27	54
15	Administração dos antibióticos por via subcutânea em cuidados paliativos	1	14	14
16	Apresentação e discussão de artigo - "Exploracion de los valores e deseos de pacientes com enfermedad crónica avanzada e com enfermedad cronica compleja. Conversaciones acerca del final de la vida"	1:30	8	12



17	Reações adversas à transfusão e hemovigilância	1:30	33	
18	Higienização hospitalar - normalizar procedimentos no serviço - COVID22	2	6	12
19	Higiene / descontaminação de superfícies COVID / Não COVID	1:30	14	21
20	Suporte avançado de vida COVID-19: Abordagem intra-hospitalar	2	39	78
21	Abordagem da via aérea difícil em trauma - intubação de sequência rápida	1	16	16
22	Funções das assistentes operacionais no bloco operatório	2	7	14
23	Padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem e idoneidade formativa	2	10	20
24	Preparação da pele: intervenção no perioperatorio	1	15	15
25	Integração de novos profissionais no serviço covid	1	2	2
26	1ª Sessão Científica do NEMC	3	37	111
27	2ª Sessão Científica do NEMC	2	31	62
28	3ª Sessão Científica do NEMC	2	33	66
29	Reações adversas Transfusionais e Hemovigilância	2	7	14
30	O acompanhante no Serviço de Obstetrícia e Bloco de partos - Parte 1 Contexto da pandemia	2	11	22
31	Higienização Hospitalar - normalizar os procedimentos no serviço - COVID19	3	6	18
32	Higiene/Descontaminação de superfícies Covid/Não Covid	1:30	14	21
33	Abordagem do doente com COVID-19	3:30	28	98
34	Formação COVID-19	2	124	248
35	4ª Sessão Científica do NEMC	2	21	42
36	Workshop NEMC: Gestão de Conflitos	2	16	32
37	Índice Bispectral (BIS) / Divulgação de Material Técnico	2	21	42
38	Rotação de terapias, entre a VNI e o Alto Fluxo, com o V60 Plus	1	19	19
39	Abordagem ao doente cirúrgico: Drenos	1	10	10
40	B.ICU - (B. Simple)	1	6	6
41	Norma do trabalho diário do AO / Rotinas do AO	1	14	14
42	Higienização de uma unidade funcional	1	12	12
43	Higienização de superfícies / Higienização de materiais de uso clínico	1	12	12
44	Tipos de Isolamentos	1	11	11
45	Resíduos Hospitalares	1	13	13
46	Equipamentos de proteção individual	1	14	14
47	Técnica Dialítica - Plasmaferese	1:30	15	22:30
48	Higiene/Descontaminação de superfícies Covid 19	1:30	12	18
49	Comunicação não verbal	1	8	8
50	Doente em Fim de Vida: Urgência/Emergência	2	42	84
51	B. ICU Care - B. Simple	1:30	25	37:30
52	"Patient Care" - Registos Informáticos	14	32	448
53	A dupla questão surpresa - Identificação de doentes com necessidades paliativas	1:30	5	7:30

	<b>SESSÕES CLÍNICAS - Medicina Interna</b>			
1	Clostridioides difficile: Diagnóstico e Tratamento	1	17	17
2	Hipotermia	1	7	7
3	Via Verde Sepsis	1	27	27
4	Guidelines EAV 2018: Infecções do Trato Urinário	1	22	22
5	Neutroperia Febril - Tratamento em ambulatório	1	12	12
	<b>OUTROS EVENTOS APOIADOS PELO SIFE</b>			
1	Programa de Saúde - Projeto PROVIDA			
2	Introdução ao serviço de urgência, incluindo a abordagem das situações emergentes médicas e cirúrgicas, incluindo o trauma ( Formação Obrigatória da Formação Geral )			
3	Suporte básico de vida, incluindo a abordagem e manutenção da via aérea ( Formação Obrigatória da Formação Geral )			
4	Saúde Pública ( Formação Obrigatória da Formação Geral )			
5	Prevenção e controlo da infeção associada aos cuidados de saúde e utilização racional dos antimicrobianos ( Formação Obrigatória da Formação Geral )			
6	Ética, deontologia e comunicação médica ( Formação Obrigatória da Formação Geral )			
7	Utilização racional dos componentes/ derivados do sangue ( Formação Obrigatória da Formação Geral )			
8	Utilização racional dos meios complementares de diagnóstico ( Formação Obrigatória da Formação Geral )			

### 2.3. Outras Atividades Centralizadas no SIFE

- Portal da Internet ULSCB, EPE
- Revista de Saúde Amato Lusitano em formato on-line.
- Biblioteca (Plataformas e Base de dados on-line), sendo uma ferramenta de apoio e decisão clínica e, simultaneamente importante nas componentes de ensino e investigação. Esta plataforma permite o acesso grátis à Biblioteca Clinicalkey (recurso de apoio à decisão clínica) através de iPod /ou iPads.
- Revista BMJ

*[Handwritten signature]*  
Cel

## EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O Desempenho Económico face ao exercício anterior é o que apresentamos nos quadros seguintes:

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2020

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2019 (1)	PROCESS. EM 31/12/2020 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
<b>61</b>	<b>CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:</b>				
61241	Produtos farmacêuticos	6.260.366	6.581.383	321.017	5,13%
612411	Medicamentos	5.381.518	5.475.394	93.876	1,74%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	878.848	1.105.989	227.141	25,85%
61242	Material de consumo clínico	3.209.006	3.469.865	260.859	8,13%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1.262	1.192	-70	-5,53%
61243	Material consumo hoteleiro	104.336	117.315	12.979	12,44%
61244	Material consumo administrativo	98.317	87.715	-10.601	-10,78%
61245	Material manutenção/conservação	130.132	103.994	-26.138	-20,09%
	<b>Total da conta 61</b>	<b>9.803.419</b>	<b>10.361.465</b>	<b>558.046</b>	<b>5,69%</b>
<b>62</b>	<b>FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>				
621	Subcontratos e concessões de serviços	8.727.109	9.012.489	285.379	3,27%
62111	Meios complementares diagnóstico	4.625.454	3.815.842	-809.611	-17,50%
62112	Meios complementares terapêutica	3.745.766	4.278.341	532.574	14,22%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	14.296	7.692	-6.604	-46,19%
62115	Internamentos	216.091	820.849	604.758	279,86%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%
62119	Outros subcontratos	125.503	89.765	-35.738	-28,48%
622	Serviços especializados	6.397.572	7.157.759	760.186	11,88%
623	Materiais de consumo	48.585	37.253	-11.332	-23,32%
624	Energia e fluidos	1.146.678	1.121.891	-24.787	-2,16%
625	Deslocações, estadas e transportes	2.357.812	2.180.689	-177.123	-7,51%
626	Serviços diversos	958.068	1.008.101	50.033	5,22%
	<b>Total da conta 62</b>	<b>19.635.824</b>	<b>20.518.181</b>	<b>882.357</b>	<b>4,49%</b>

<b>63</b>	<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	343.730	317.812	-25.918	-7,54%
632	Remunerações do pessoal	37.255.071	39.902.643	2.647.572	7,11%
6321	Remunerações certas e permanentes	29.379.052	30.995.753	1.616.700	5,50%
63211	Remuneração base	23.739.044	24.933.716	1.194.672	5,03%
63212	Subsídio de férias	2.331.123	2.584.986	253.863	10,89%
63213	Subsídio de Natal	1.989.358	2.073.610	84.252	4,24%
63215	Subsídio de refeição	1.316.286	1.398.938	82.651	6,28%
6321xx	Outros	3.241	4.503	1.262	38,95%
6322	Abonos variáveis e eventuais	7.876.018	8.906.890	1.030.872	13,09%
632204	Trabalho extraordinário	4.477.615	5.010.468	532.853	11,90%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.675.411	2.196.725	521.314	31,12%
6322xxx	Outros	1.722.992	1.699.697	-23.295	-1,35%
633	Benefícios pós-emprego	1.436	1.535	100	6,96%
634	Indemnizações	2.115	4.543	2.428	114,77%
635	Encargos sobre remunerações	8.878.107	9.190.226	312.120	3,52%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	180.929	185.032	4.104	2,27%
637	Gastos de ação social	87	87	0	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	46.666	10.360	-36.306	-77,80%
639	Outros encargos sociais	169.268	210.058	40.790	24,10%
	<b>Total da conta 63</b>	<b>46.877.407</b>	<b>49.822.297</b>	<b>2.944.889</b>	<b>6,28%</b>
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0,00%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.408.694	1.503.278	94.585	6,71%
65	Perdas por imparidade	275.476	485.432	209.955	76,22%
67	Provisões do período	114.723	51.168	-63.555	-55,40%
68	Outros gastos e perdas	531.762	579.569	47.807	8,99%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	15.524	14.923	-601	-3,87%
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>78.662.829</b>	<b>83.336.313</b>	<b>4.673.485</b>	<b>5,94%</b>

No que concerne aos **gastos**, a evolução registada face ao período anterior evidencia um acréscimo global de 5,94%, situando-se os acréscimos mais significativos nos gastos com pessoal (+6,28% / +2,9 M€) e nos fornecimentos e serviços externos (+4,49% / +882 mil euros), mas também no CMVMC (+5,69% / +558 mil euros).

Alguns dos motivos para estes acréscimos já foram identificados no ponto 1 – Objetivos de Gestão, do capítulo sobre o Cumprimento das Orientações Legais e na análise do ponto 13 (medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais).

Assim nos **CMVMC** as variações mais significativas incidiram no material de consumo clínico (+8,13% / +261 mil euros) devido à aquisição de EPI (+213 mil euros em máscaras cirúrgicas e +122 mil euros nas batas de proteção impermeáveis, por exemplo) e no material para laboratório (+77 mil euros), em detrimento, por exemplo, do material para tratamento (-207 mil euros, devido, em parte, à hemodiálise cujo material passou a ser pago no serviço contratado) e próteses (-89 mil euros) devido à redução da atividade.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, os subcontratos apresentam um incremento de 3,27% (+285 mil euros) que incide essencialmente nos internamentos (+279,86% / +605 mil euros) devido ao registo de 498 mil euros relativos à especialização de vales de cirurgia por faturar pelas entidades (acréscimo de gastos) dos anos de 2017 a 2020, e nos meios complementares de terapêutica (+14,22% / + 533 mil euros) onde a prestação de serviços para as sessões de hemodiálise já teve impacto em todo este período, enquanto que no ano anterior apenas se iniciou em junho, daí o acréscimo de 23,05% (+482 mil euros). Quanto aos meios complementares de diagnóstico, a diminuição de 17,5% (-810 mil euros) deve-se à quebra na procura e ao acesso condicionado aos serviços médicos não urgentes, nomeadamente entre abril e junho, com maior impacto nas valências já mencionadas na análise aos objetivos de gestão.

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, destacam-se os aumentos nos serviços especializados (+11,88% / +760 mil euros), nas rubricas identificadas na referida análise. Decorrente da situação pandémica, as rubricas de transportes apresentam gastos inferiores em 177 mil euros face ao ano anterior (-7,51%), com os transportes de doentes a registarem uma diminuição de 7,17% (-163 mil euros), essencialmente devido ao decréscimo da atividade no 2º trimestre. Ainda assim, apenas os gastos com transportes de bombeiros diminuem (-27,61% / -386 mil euros), já que, tanto nas empresas de transporte de doentes (+20% / +64 mil euros), como nos taxistas (+31,75% / +168 mil euros), a tendência foi de crescimento, com o incremento nestes últimos a dever-se à atualização dos preços pagos (+0,03€ no preço do km e +2,11€ na hora de espera) e ao facto de existir um maior número de transportes individuais motivados pela questão da pandemia.

Quanto aos gastos com pessoal, o incremento de 6,28% (+2,9 M€) reflete-se essencialmente nas remunerações certas e permanentes (+5,5% / +1,6 M€) e nos abonos variáveis e eventuais (+13,09% / + 1M€) onde o trabalho extraordinário cresceu 11,9% (+533 mil euros) e as noites e suplementos subiram 31,12% (+521 mil euros) pelas razões já mencionadas.

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram nas perdas por imparidade (+76,22% / +210 mil euros) devido às perdas em clientes, contribuintes e utentes registadas, e nas provisões (-55,4% / -64 mil euros), conforme descrito no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Ao nível dos **rendimentos**, registou-se a evolução que apresentamos no quadro seguinte onde se constata um acréscimo de 4,59% (+3,2 M€) face ao período homólogo de 2019, com especial incidência nas prestações relacionadas com o Contrato-Programa do exercício (+9,75% / +6,3 M€), embora no seu conjunto as prestações de serviços apenas cresçam 4,2 M€ (+6,36%) devido



ao acerto de estimativas de -2,6 M€ relativamente aos Contratos-Programa de 2015 e 2016 (ver explicação mais detalhada no Anexo às Demonstrações Financeiras).

De assinalar, ainda, a acentuada redução ao nível da faturação de taxas moderadoras (-68,4% / -1,4 M€), devido à pandemia que originou a quebra mencionada na análise à execução orçamental, bem como a facto de ter estado suspenso o processo de recuperação de taxas através do SITAM. Para esta redução contribuíram ainda as alterações legislativas aludidas na referida análise.

## Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2020

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2019 (1)	PROCESS. EM 31/12/2020 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
<b>70</b>	<b>Impostos, contribuições e taxas</b>				
704108	Taxas moderadoras	2.035.660	643.368	-1.392.292	-68,40%
7041xx	Outras taxas	46.055	18.247	-27.809	-60,38%
	<b>Total da conta 70</b>	<b>2.081.716</b>	<b>661.614</b>	<b>-1.420.101</b>	<b>-68,22%</b>
<b>71</b>	<b>Vendas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>72</b>	<b>Prestações de serviços e concessões</b>				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	0,00%
7201164	Incentivos institucionais	6.426.494	7.136.156	709.662	11,04%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	57.896.871	63.500.609	5.603.738	9,68%
7201168	Internos	760.529	789.664	29.136	3,83%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0,00%
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>65.083.894</i>	<i>71.426.429</i>	<i>6.342.536</i>	<i>9,75%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	277.770	328.233	50.463	18,17%
	<b>total da 72011 + 72012</b>	<b>65.361.664</b>	<b>71.754.662</b>	<b>6.392.999</b>	<b>9,78%</b>
72013	Outras entidades responsáveis	678.601	805.178	126.578	18,65%
72014	Acerto de estimativas	0	-2.644.791		
7299	Outros Serviços	0	326.219	326.219	0,00%
	<b>Total da conta 72</b>	<b>66.040.264</b>	<b>70.241.269</b>	<b>4.201.004</b>	<b>6,36%</b>
<b>75</b>	<b>Transferências e subs. correntes obtidos</b>	<b>91.915</b>	<b>110.415</b>	<b>18.500</b>	<b>20,13%</b>
<b>76</b>	<b>Reversões</b>	<b>120.958</b>	<b>168.398</b>	<b>47.441</b>	<b>39,22%</b>
<b>78</b>	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>403.603</b>	<b>714.375</b>	<b>310.772</b>	<b>77,00%</b>
<b>79</b>	<b>Juros, dividendos e out. rend. Similares</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>68.738.456</b>	<b>71.896.072</b>	<b>3.157.616</b>	<b>4,59%</b>

Em outros rendimentos e ganhos as razões para o elevado acréscimo de 77% (+311 mil euros) também se encontram descritas nas explicações à execução orçamental do ponto 1 deste capítulo.

Em face do desempenho ocorrido, o **resultado líquido do exercício** foi de -11,5 M€ (-10 M€ em 2019), e o **EBITDA** também apresenta um resultado bastante negativo, chegando aos 9,9 M€ negativos (contra -8,5 M€ em 2019), portanto um agravamento que acompanha o do resultado líquido.

Em termos de **situação patrimonial e financeira**, apresentam-se de seguida alguns indicadores:

Indicadores	2019	2020
Autonomia Financeira (%)	39,16	27,22
Solvabilidade (%)	64,37	37,41
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	73	48
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	127	146
Liquidez Geral	0,72	0,51
Liquidez Imediata	0,005	0,005

Da sua análise podemos retirar que existe uma efetiva degradação nos indicadores estruturais e de liquidez, fruto das dificuldades sentidas nos últimos meses, com o agravamento dos encargos suportados e que não foram acompanhados por um aumento idêntico ao nível dos rendimentos, motivando o acréscimo do PMP pelos motivos expostos no ponto 4 do Capítulo sobre o Cumprimento das orientações legais. A melhoria ao nível do PMR resulta do aumento do volume de negócios (+2,8 M€) e da redução ocorrida na conta de clientes (referentes à ACSS), conforme detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Conforme poderá ser observado no Balanço a 31/12/2020, o Património Líquido diminuiu 35,48% (-12 M€), essencialmente por via do agravamento do Resultado Líquido (+14,9% / +1,5 M€ negativos) e dos Resultados Transitados (+242% / +6,6 M€ negativos), e o Passivo Corrente cresceu 3,89% (+2 M€), essencialmente pelo efeito conjugado das variações nas contas de fornecedores (+1,7 M€), outras contas a pagar (+2,1 M€) e diferimentos (-1,7 M€), como consequência dos acréscimos de gastos e da menor liquidez para o sua satisfação.

Em termos de Ativo, houve uma redução de 7,19% (-6,2 M€), essencialmente devido ao ativo corrente que decresceu 21% (-9,5 M€), pelos motivos expostos no Anexo.

# DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

## PREVISIONAIS

### 1 – Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

A proposta de orçamento para o ano de 2020 não foi elaborada nos moldes preconizados pela NCP 26, pelo que se apresenta a proposta carregada no SOE (versão aprovada):

#### ORÇAMENTO DE ESTADO

#### ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág 1 de 2

ORÇAMENTO: 2020 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 6533 UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE

ORGÂNICA: 151903400 UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE

Prog/Mod	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
016 022	07 02 05 00 00	361	397.959	Decisão	CCI 2014PT16M8PA001	30/07/2014	Portugal 2020 - Acordo de Parceria com Portugal/Decisão de Execução da Comissão Europeia
				Decisão	COMPETE 2020	17/07/2018	Candidatura SAMA 01/SAMA/2017
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			397.959				
016 022	07 02 05 00 00	362	50.842	Decisão	POSEUR-03-2016-65	13/04/2017	POSEUR-01-1203-FC-000087
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			50.842				
016 022	06 09 01 00 00	413	2.255.100	Decisão	CCI 2014PT16M8PA001	30/04/2014	Portugal 2020 - Acordo de Parceria com Portugal/Decisão de Execução da Comissão Europeia
				Decisão	COMPETE 2020	17/07/2018	Candidatura SAMA 01/SAMA/2017
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			2.255.100				
016 022	12 06 04 00 00	432	1.309.391	Decisão	POSEUR-03-2016-65	13/04/2017	POSEUR-01-1203-FC-000087
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			1.309.391				
016 022	07 02 05 00 00	511	72.092.848	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			72.092.848				
016 022	04 01 08 00 00	513	109.458	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
016 022	04 01 99 00 00	513	49.201	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
016 022	04 02 01 00 00	513	743	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
016 022	06 02 01 00 00	513	1.467	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
016 022	07 02 01 00 00	513	58.607	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
016 022	07 02 02 00 00	513	19.173	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS

R\_315  
2020-04-29 11:04:31

**ORÇAMENTO DE ESTADO**  
**ORÇAMENTO DE RECEITA**

Pág. 2 de 2

ORÇAMENTO: 2020 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 6533 UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO, EPE

ORGÂNICA: 151903400 UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO, EPE

Prog/Mod	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
016 022	07 02 05 00.00	513	201.874	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
016 022	07 02 99 00.00	513	36.458	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
016 022	08 01 99 00.00	513	164.559	Decreto-Lei n.º	18/2017	10/02/2017	Regime jurídico unidades de saúde SNS
<b>TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO</b>			<b>641.541</b>				
016 022	06 03 07 00.00	540	102.150	Despacho n.º	6/2016	12/01/2016	Integração equipas VMER nas equipas de Urgência Hospitalar
<b>TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO</b>			<b>102.150</b>				
<b>TOTAL DA ORGÂNICA</b>			<b>76.849.831</b>				
<b>TOTAL DO SERVIÇO</b>			<b>76.849.831</b>				



**ORÇAMENTO DE ESTADO**  
**ORÇAMENTO DE DESPESA**

2020/04/29

Pág. 1 de 5

ORÇAMENTO: 2020

Orçamento de Estado

SERVIÇO: 6533

UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO, EPE

ORGÂNICA: 151903400

UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO, EPE

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	022	2023	02 02 14	A0.00	130	00000.00000	361	25.600	25.600
016	022	2023	07 01 03	B0.C0	130	00000.00000	361	312.627	312.627
016	022	2023	07 01 07	B0.C0	130	00000.00000	361	42.686	42.686
016	022	2023	07 01 08	B0.B0	130	00000.00000	361	17.066	17.066
<b>TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO</b>								<b>397.959</b>	<b>397.959</b>
016	022	2023	07 01 03	B0.B0	130	00000.00000	362	50.842	50.842
<b>TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO</b>								<b>50.842</b>	<b>50.842</b>
016	022	2023	02 02 14	A0.00	130	00000.00000	413	145.063	145.063
016	022	2023	07 01 03	B0.C0	130	00000.00000	413	1.771.555	1.771.555
016	022	2023	07 01 07	B0.C0	130	00000.00000	413	241.773	241.773
016	022	2023	07 01 08	B0.B0	130	00000.00000	413	96.709	96.709
<b>TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO</b>								<b>2.255.100</b>	<b>2.255.100</b>
016	022	2023	07 01 03	B0.B0	130	00000.00000	432	984.471	1.309.391
<b>TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO</b>								<b>984.471</b>	<b>1.309.391</b>
016	022	2023	01 01 02	00.00	130	00000.00000	511	250.023	260.023
016	022	2023	01 01 03	00.00	130	00000.00000	511	15.603.508	13.801.020
016	022	2023	01 01 04	00.00	130	00000.00000	511	6.963.416	7.489.660
016	022	2023	01 01 05	00.00	130	00000.00000	511	204.521	204.521
016	022	2023	01 01 06	00.00	130	00000.00000	511	1.627.465	1.627.465
016	022	2023	01 01 08	00.00	130	00000.00000	511	53.320	53.320
016	022	2023	01 01 09	00.00	130	00000.00000	511	418.650	418.650
016	022	2023	01 01 11	00.00	130	00000.00000	511	55.458	55.458
016	022	2023	01 01 13	00.00	130	00000.00000	511	1.548.771	1.548.771
016	022	2023	01 01 14	SF.00	130	00000.00000	511	2.168.069	2.168.069

R\_205

2020-04-29 11:04:25

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	022	2023	01 01 14	SN.00	130	00000.00000	511	2.018.748	2.018.748
016	022	2023	01 02 02	00.00	130	00000.00000	511	3.422.904	3.189.148
016	022	2023	01 02 04	00.00	130	00000.00000	511	69.284	69.284
016	022	2023	01 02 05	00.00	130	00000.00000	511	1.856	1.856
016	022	2023	01 02 08	00.00	130	00000.00000	511	503.280	503.280
016	022	2023	01 02 09	00.00	130	00000.00000	511	1.482.343	1.482.343
016	022	2023	01 02 10	00.00	130	00000.00000	511	1.626.715	1.626.715
016	022	2023	01 02 13	A0.00	130	00000.00000	511	942.346	942.346
016	022	2023	01 02 14	00.00	130	00000.00000	511	288.530	288.530
016	022	2023	01 03 03	00.00	130	00000.00000	511	30.573	30.573
016	022	2023	01 03 04	00.00	130	00000.00000	511	72.923	72.923
016	022	2023	01 03 05	A0.A0	130	00000.00000	511	6.090.982	5.395.759
016	022	2023	01 03 05	A0.B0	130	00000.00000	511	2.907.212	2.907.212
016	022	2023	01 03 05	A0.C0	130	00000.00000	511	28.635	28.635
016	022	2023	01 03 05	A0.D0	130	00000.00000	511	2.322	2.322
016	022	2023	01 03 09	00.00	130	00000.00000	511	176.470	176.470
016	022	2023	01 03 10	SS.00	130	00000.00000	511	10.476	10.476
016	022	2023	02 01 05	00.00	130	00000.00000	511	558.819	558.819
016	022	2023	02 01 06	00.00	130	00000.00000	511	720	720
016	022	2023	02 01 08	A0.00	130	00000.00000	511	17.769	17.769
016	022	2023	02 01 08	B0.00	130	00000.00000	511	31.711	31.711
016	022	2023	02 01 08	C0.00	130	00000.00000	511	34.883	34.883
016	022	2023	02 01 09	A0.00	130	00000.00000	511	2.434.800	4.496.288
016	022	2023	02 01 09	B0.00	130	00000.00000	511	388.206	388.206
016	022	2023	02 01 09	C0.00	130	00000.00000	511	538.485	538.485
016	022	2023	02 01 10	A0.00	130	00000.00000	511	6.387	6.387
016	022	2023	02 01 11	00.00	130	00000.00000	511	2.083.700	2.083.700
016	022	2023	02 01 13	00.00	130	00000.00000	511	81.760	81.760
016	022	2023	02 01 17	00.00	130	00000.00000	511	48.501	48.501

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	022	2023	02 01 18	00.00	130	00000.00000	511	4.087	4.087
016	022	2023	02 01 21	00.00	130	00000.00000	511	45.583	45.583
016	022	2023	02 02 01	B0.00	130	00000.00000	511	699.699	699.699
016	022	2023	02 02 02	00.00	130	00000.00000	511	334.389	334.389
016	022	2023	02 02 03	00.00	130	00000.00000	511	362.674	362.674
016	022	2023	02 02 04	C0.00	130	00000.00000	511	59.104	59.104
016	022	2023	02 02 06	00.00	130	00000.00000	511	3.981	3.981
016	022	2023	02 02 08	00.00	130	00000.00000	511	63.601	63.601
016	022	2023	02 02 09	A0.00	130	00000.00000	511	939	939
016	022	2023	02 02 09	C0.00	130	00000.00000	511	3.427	3.427
016	022	2023	02 02 09	D0.00	130	00000.00000	511	16.276	16.276
016	022	2023	02 02 09	F0.00	130	00000.00000	511	58.518	58.518
016	022	2023	02 02 10	00.00	130	00000.00000	511	436.771	436.771
016	022	2023	02 02 11	00.00	130	00000.00000	511	9.570	9.570
016	022	2023	02 02 12	B0.00	130	00000.00000	511	87.853	87.853
016	022	2023	02 02 13	00.00	130	00000.00000	511	83.240	83.240
016	022	2023	02 02 14	A0.00	130	00000.00000	511	50.000	50.000
016	022	2023	02 02 14	B0.00	130	00000.00000	511	46.010	46.010
016	022	2023	02 02 14	C0.00	130	00000.00000	511	7.232	7.232
016	022	2023	02 02 14	D0.00	130	00000.00000	511	133.186	133.186
016	022	2023	02 02 15	A0.00	130	00000.00000	511	37.673	37.673
016	022	2023	02 02 15	B0.00	130	00000.00000	511	24	24
016	022	2023	02 02 17	A0.00	130	00000.00000	511	5.812	5.812
016	022	2023	02 02 17	B0.A0	130	00000.00000	511	1.421	1.421
016	022	2023	02 02 17	C0.00	130	00000.00000	511	1.252	1.252
016	022	2023	02 02 18	00.00	130	00000.00000	511	355.037	355.037
016	022	2023	02 02 19	A0.B0	130	00000.00000	511	83.346	83.346
016	022	2023	02 02 19	B0.00	130	00000.00000	511	80.964	80.964
016	022	2023	02 02 19	C0.00	130	00000.00000	511	344.337	344.337



PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	022	2023	02 02 20	C0.00	130	00000.00000	511	7.952	0
016	022	2023	02 02 20	E0.00	130	00000.00000	511	0	437.200
016	022	2023	02 02 22	A0.00	130	00000.00000	511	3.644.368	8.545.048
016	022	2023	02 02 22	B0.00	130	00000.00000	511	2.049.414	2.049.414
016	022	2023	02 02 22	D0.00	130	00000.00000	511	142.697	142.697
016	022	2023	02 02 22	E0.00	130	00000.00000	511	33.539	33.539
016	022	2023	02 02 22	H0.00	130	00000.00000	511	1.299.721	1.299.721
016	022	2023	02 02 23	B0.00	130	00000.00000	511	551.362	551.362
016	022	2023	02 02 25	00.00	130	00000.00000	511	613.312	613.312
016	022	2023	03 05 02	00.00	130	00000.00000	511	9.243	9.243
016	022	2023	03 06 01	00.00	130	00000.00000	511	2.291	2.291
016	022	2023	04 08 02	A0.00	130	00000.00000	511	13.762	13.762
016	022	2023	06 02 01	00.00	130	00000.00000	511	51.151	51.151
016	022	2023	06 02 03	00.00	130	00000.00000	511	139.296	139.296
016	022	2023	07 01 03	B0.B0	130	00000.00000	511	50.000	50.000
016	022	2023	07 01 07	B0.C0	130	00000.00000	511	80.000	80.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								66.896.655	72.092.848
016	022	2023	02 02 22	A0.00	130	00000.00000	513	200.000	0
016	022	2023	02 02 23	A0.00	130	00000.00000	513	1.222.798	0
016	022	2023	06 02 03	00.00	130	00000.00000	513	1.391	1.391
016	022	2023	07 01 06	00.00	130	00000.00000	513	60.000	60.000
016	022	2023	07 01 07	B0.A0	130	00000.00000	513	12.000	12.000
016	022	2023	07 01 07	B0.B0	130	00000.00000	513	8.000	8.000
016	022	2023	07 01 09	B0.A0	130	00000.00000	513	1.650	1.650
016	022	2023	07 01 09	B0.B0	130	00000.00000	513	14.500	14.500
016	022	2023	07 01 10	B0.B0	130	00000.00000	513	500.000	500.000
016	022	2023	07 01 15	00.00	130	00000.00000	513	44.000	44.000

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								2.064.339	641.541
016	022	2023	02 02 22	A0.00	130	00000.00000	540	102.150	102.150
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								102.150	102.150
TOTAL DA ORGÂNICA								72.751.516	76.849.831
TOTAL DO SERVIÇO								72.751.516	76.849.831

## 2 - Plano plurianual de investimentos

À semelhança do ponto anterior, também não foi elaborado este plano como previsto na NCP 26 aquando da apresentação do orçamento.

Contudo, procedemos a nova elaboração para ir ao encontro da mesma, conforme se apresenta de seguida:

*[Handwritten signature and initials]*

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivo (1)	Número do projeto (2)	Designação do projeto (3)	Rubrica orçamental (4)	Forma de realização (5)	Fonte de Financiamento			
					RG (6)	RP (7)	EU (8)	EMPR (9)
Melhoria Eficiência e Produtividade	1	Remodelação e ampliação do Hospital Amato Lusitano	07.01.03	E	0 €	573.150 €	3.247.850 €	0 €
Melhoria Eficiência e Produtividade	2	Eficiência Energética nos Edifícios da Adm. Pública - POSEUR	07.01.03	E	0 €	114.486 €	1.538.043 €	0 €
Evitar a interrupção da prestação de cuidados	3	Projeto SAMA n.º 35431	07.01.07	O	0 €	192.956 €	483.546 €	0 €

Datas		Fases de execução	Pagamentos								Total previsto
Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período t-1	Períodos seguintes						
					Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
					(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	
01/07/2018	21/05/2021	6	0 €	1.736.818 €	2.084.182 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	3.821.000 €
01/09/2017	30/06/2021	6	0 €	292.296 €	1.360.233 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1.652.529 €
01/12/2018	31/03/2021	6	0 €	107.625 €	568.877 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	676.502 €


Em sede de orçamento financeiro, este plano apenas previa os três projetos mencionados no quadro acima, tendo sido indicados mais tarde, no plano de atividades e orçamento, novos projetos que não tiveram execução em 2020, tal como referido no ponto sobre os objetivos de gestão e plano de atividades e orçamento, do capítulo sobre o cumprimento das obrigações legais, pág. 32 a 34). De referir ainda que o projeto 2 viu a sua dotação reforçada em 324.920 euros em sede de orçamento financeiro (alteração da DGO).

Acontece, porém, que a execução tanto do período t-1, como do ano t, se revelaram bastante inferiores ao previsto, devido a atrasos na execução das obras / procedimentos, tendo obrigado a pedidos de reprogramação e às alterações que constam do quadro de alterações ao plano plurianual de investimentos (ponto 3 do anexo às demonstrações orçamentais).

## DEMONSTRAÇÕES DE RELATO INDIVIDUAL

Trata-se do terceiro ano de reporte em SNC-AP e, embora tenha havida melhorias significativas ao nível dos registos contabilísticos, mantêm-se, ainda assim, algumas deficiências/lacunas, nomeadamente pelo facto do sistema SICC não impedir registos que desrespeitem as regras de validação dos ficheiros S3CP. Outra das dificuldades prende-se com a correta afetação das fontes de financiamento (FF) aos processos de aquisição logo no registo inicial no serviço de gestão de compras/património, já que não dispomos de um sistema que nos permita esse registo de forma automática e integrada entre os diversos sistemas.

### Demonstração de Desempenho Orçamental



REPÚBLICA

PORTUGUESA

MPA

Saúde

UNIDADE LOCAL DE SAUDE DE CASTELO BRANCO

Data Início:

01-01-2020

Data Fim:

31-12-2020

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Saldo de gestão anterior	244.754,49€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	244.754,49€	209.585,53€
Operações Orçamentais [1]	244.754,49€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	244.754,49€	147.166,81€
Devolução do saldo oper.	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Recebimento do saldo devolvido por	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
terceiras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	62.418,72€
Operações de tesouraria [A]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Recursos Correntes	77.628.275,07€	0,00€	-772.208,48€	0,00€	0,00€	77.056.066,59€	69.141.486,16€
R1 Receita Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.1 Impostos diretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.2 Impostos indiretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R2 Contribuições para sistemas de proteção	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
social e subsistemas de saúde							
R3 Taxas, multas e outras penalidades	595.145,81€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	595.145,81€	1.535.261,15€
R4 Rendimentos de propriedade	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5 Transferências e subsídios correntes	2.272.417,63€	0,00€	-772.208,48€	0,00€	0,00€	1.500.209,15€	736.744,98€
R5.1 Transferências correntes	2.272.417,63€	0,00€	-772.208,48€	0,00€	0,00€	1.500.209,15€	736.744,98€
R5.1.1 Administrações Públicas	99.709,30€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	99.709,30€	91.915,00€
R5.1.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Português							
R5.1.1.2 Administração Central - Outras	99.709,30€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	99.709,30€	91.915,00€
entidades							
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.2 Exterior - U E	2.172.708,33€	0,00€	-772.208,48€	0,00€	0,00€	1.400.499,85€	643.624,00€
R5.1.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	1.205,98€

R5.2 Subsidios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 Venda de bens e serviços	74.795.288,35€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	74.795.288,35€	66.753.555,70€
R7 Outras receitas correntes	165.423,28€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	165.423,28€	115.924,33€
Receita de Capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R8 Venda de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9 Transferências e subsidios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1 Transferências de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 Exterior - U.E.	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.2 Subsidios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R10 Outras receitas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita Efetiva [2]	77.628.275,07€	0,00€	-772.208,48€	0,00€	0,00€	77.056.066,59€	69.141.486,16€
Receita não efetiva [3]	2.728.527,00€	0,00€	772.208,48€	0,00€	0,00€	3.500.735,48€	104.232,84€
R12 Receita com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 Receita com passivos financeiros	2.728.527,00€	0,00€	772.208,48€	0,00€	0,00€	3.500.735,48€	104.232,84€
Soma [4] = [1]-[2]-[3]	80.801.556,56€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	80.801.556,56€	69.392.885,81€
Operações de Tesouraria [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	15.220,27€	15.220,27€	-62.416,72€

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental							
Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Despesa corrente	76.822.066,61€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	76.822.066,61€	67.297.997,28€
D1 Despesas com o pessoal	48.471.244,91€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	48.471.244,91€	45.236.448,25€
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	31.057.365,45€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	31.057.365,45€	29.376.337,40€
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	8.284.415,49€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	8.284.415,49€	7.458.375,79€
D1.3 Segurança Social	9.129.463,97€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	9.129.463,97€	8.401.735,06€
D2 Aquisição de bens e serviços	28.171.396,38€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	28.171.396,38€	21.834.243,26€
D3 Juros e outros encargos	14.188,75€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	14.188,75€	11.916,30€
D4 Transferências e subsidios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	11.467,99€
D4.1 Transferências correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	11.467,99€
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	11.467,99€
D4.1.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.2 Subsidios correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D5 Outras despesas correntes	165.236,57€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	165.236,57€	203.921,49€
Despesa de capital	2.885.189,06€	0,00€	828.182,15€	0,00€	0,00€	3.713.371,21€	1.850.134,04€
D6 Aquisição de bens de capital	2.885.189,06€	0,00€	828.182,15€	0,00€	0,00€	3.713.371,21€	1.850.134,04€



D7 Transferência e subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1 Transferências de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.1.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D7.2 Subsídios de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8 Outras despesas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Despesa efetiva [5]	79.707.255,67€	0,00€	828.182,15€	0,00€	0,00€	80.535.437,82€	69.148.131,32€
Despesa não efetiva [6]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Soma [7] = [5] - [6]	79.707.255,67€	0,00€	828.182,15€	0,00€	0,00€	80.535.437,82€	69.148.131,32€
Operações de tesouraria [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	15.220,27€	15.220,27€	0,00€
Saldo para a gerência seguinte	1.094.300,89€	0,00€	-828.182,15€	0,00€	0,00€	266.118,74€	244.754,49€
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	1.094.300,89€	0,00€	-828.182,15€	0,00€	0,00€	266.118,74€	244.754,49€
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
[C]							
Saldo Global [2] - [5]	-1.878.980,60€	0,00€	-1.600.390,63€	0,00€	0,00€	-3.479.371,23€	-6.645,16€
Despesa primária	79.693.066,92€	0,00€	828.182,15€	0,00€	0,00€	80.521.249,07€	69.136.215,02€
Saldo corrente	1.006.208,46€	0,00€	-772.208,48€	0,00€	0,00€	233.999,98€	1.843.488,88€
Saldo de capital	-2.885.189,06€	0,00€	-828.182,15€	0,00€	0,00€	-3.713.371,21€	-1.850.134,04€

### DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Saldo Primário	-1.864.791,85€	0,00€	-1.600.390,63€	0,00€	0,00€	-3.465.182,48€	5.271,14€
Receita total [1] + [2] + [3]	80.801.556,56€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	80.801.556,56€	69.392.885,81€
Despesa Total [5] + [6]	79.707.255,67€	0,00€	828.182,15€	0,00€	0,00€	80.535.437,82€	69.148.131,32€

**Demonstração de execução orçamental da receita**

Saúde

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO

Data Início: 01-01-2020

Data Fim: 31-12-2020

**DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita**

Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições	
							Emitidos	Pagos
<b>Receita Corrente</b>	<b>77.056.066,59€</b>	<b>-13.602.462,84€</b>	<b>17.719.609,09€</b>	<b>75.700.516,53€</b>	<b>2.761.596,19€</b>	<b>77.008.131,09€</b>	<b>11.735,30€</b>	<b>12.065,30€</b>
R5.1.2 - Exterior - UE	1.400.499,85€	0,00€	0,00€	1.400.499,85€	0,00€	1.400.499,85€	0,00€	0,00€
R5.1.3 - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	99.709,30€	-7.549,80€	0,00€	107.259,10€	0,00€	99.709,30€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	595.145,81€	-777.081,11€	788.624,40€	583.849,73€	267,30€	595.352,71€	206,90€	206,90€
R7 - Outras Receitas Correntes	165.423,28€	-1.583.631,55€	1.625.283,81€	124.646,90€	875,96€	165.760,68€	7,40€	337,40€
R6 - Venda de bens e serviços	74.795.288,35€	-11.234.200,30€	15.305.700,70€	73.484.240,87€	2.760.452,93€	74.806.809,35€	11.521,00€	11.521,00€
<b>Receita de Capital</b>	<b>3.500.735,48€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>3.500.735,48€</b>	<b>0,00€</b>	<b>3.500.735,48€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>
R9.1.3 - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	3.500.735,48€	0,00€	0,00€	3.500.735,48€	0,00€	3.500.735,48€	0,00€	0,00€
<b>Outras Receitas</b>	<b>244.754,49€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>244.754,49€</b>	<b>0,00€</b>	<b>244.754,49€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>
R14 - Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	244.754,49€	0,00€	0,00€	244.754,49€	0,00€	244.754,49€	0,00€	0,00€
<b>Total</b>	<b>80.801.556,56€</b>	<b>-13.602.462,84€</b>	<b>17.719.609,09€</b>	<b>79.146.006,50€</b>	<b>2.761.596,19€</b>	<b>80.813.611,80€</b>	<b>11.735,30€</b>	<b>12.065,30€</b>

**DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita**

Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas cobradas liquidas			Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				
	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n + 1)	(n + 2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
<b>Receita Corrente</b>	<b>2.159.221,40€</b>	<b>74.896.845,19€</b>	<b>77.056.066,59€</b>	<b>13.602.462,84€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>
R5.1.2 - Exterior - UE	0,00€	1.400.499,85€	1.400.499,85€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.3 - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	0,00€	99.709,30€	99.709,30€	7.549,80€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	109.153,10€	485.992,71€	595.145,81€	777.081,11€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	52.701,41€	112.721,87€	165.423,28€	1.583.631,55€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	1.997.366,89€	72.797.921,46€	74.795.288,35€	11.234.200,38€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
<b>Receita de Capital</b>	<b>0,00€</b>	<b>3.500.735,48€</b>	<b>3.500.735,48€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>
R9.1.3 - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 - Receita com Passivos financeiros	0,00€	3.500.735,48€	3.500.735,48€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
<b>Outras Receitas</b>	<b>0,00€</b>	<b>244.754,49€</b>	<b>244.754,49€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>
R14 - Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	0,00€	244.754,49€	244.754,49€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
<b>Total</b>	<b>2.159.221,40€</b>	<b>78.642.335,16€</b>	<b>80.801.556,56€</b>	<b>13.602.462,84€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>

## Demonstração de execução orçamental da despesa

Saúde



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO

Data Início: 01-01-2020

Data Fim: 31-12-2020

## DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos	Desativos	Dotações Disponíveis	Cabeamentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reparação abatida aos pagamentos			
										Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
													[14] = [12] + [13]
<b>Despesa Corrente</b>	25.384.440,29	76.573.564,68	0,00	0,00	54.234.440,29	11.724.440,29	124.429.501,68	124.429.501,68	76.573.564,68	25.384.440,29	25.384,44	18.000,00	53.384.440,29
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	442.176,00	31.057.363,66	0,00	0,00	-3.023.440,29	33.036.053,19	31.702.214,23	31.702.214,23	31.062.872,02	4.711,00	4.711,00	642.176,00	39.415.183,59
D1.2 - Alugueres, rendas ou prestações	1.441.073,23	8.264.415,09	0,00	0,00	-1.597.244,41	9.877.699,92	9.877.699,92	9.877.699,92	8.264.415,09	0,00	0,00	268.164,13	8.264.415,09
D1.3 - Seguradora social	629.571,26	9.129.443,99	0,00	0,00	-1.100.534,28	10.229.948,84	9.913.123,56	9.913.123,56	9.129.443,99	0,00	0,00	629.571,26	9.129.443,99
D2 - Aquisição de bens e serviços	22.515.763,72	23.162.411,13	0,00	0,00	-29.494.604,16	57.899.745,62	52.765.236,69	52.765.236,69	23.189.746,23	18.349,99	18.349,99	16.427.007,19	11.662.390,19
D3 - Juros e outros encargos	752,99	14.172,00	0,00	0,00	2.516,36	13.655,64	13.655,64	13.655,64	14.188,79	0,00	0,00	752,99	14.435,60
D4.1.3 - Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 - Outras Despesas Correntes	320,00	165.236,53	0,00	0,00	-20.159,36	153.796,17	183.391,13	183.391,13	163.236,17	0,00	0,00	130,00	164.916,17
<b>Despesa de Capital</b>	94.557,18	1.713.371,16	0,00	0,00	-1.648.371,00	3.302.142,16	3.117.276,38	3.117.276,38	3.313.371,16	0,00	0,00	94.557,18	3.222.813,98
D6 - Aquisição de bens de capital	94.557,18	3.713.371,16	0,00	0,00	-1.648.371,00	3.302.142,16	3.117.276,38	3.117.276,38	3.713.371,16	0,00	0,00	94.557,18	3.713.371,16
<b>Total</b>	26.307.177,36	80.519.407,83	0,00	0,00	-25.465.371,06	116.026.692,48	109.546.798,03	109.546.798,03	80.519.500,80	25.063,00	25.063,00	19.064.365,91	80.535.427,69

# DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificações orçamentais detalhadas	Compromissos a transferir [15]=[7]+[8]	Obrigações a pagar [16]=[9]+[14]	Compromissos assumidos para períodos futuros						Obrigações para períodos futuros			
			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
Despesa Corrente	0,00	77.070,19	1.000.310,94	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.1 - Remunerações certas e periódicas	0,00	64.650,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2 - Alugueres transitórios ou permanentes	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3 - Segurança social	0,00	73.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2 - Aquisição de bens e serviços	0,00	24.000,00	1.000.310,94	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D3 - Juros e outros encargos	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 - Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 - Outras Despesas Correntes	0,00	20.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6 - Aquisição de bens de capital	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	29.000.121,00	1.000.310,94	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





**Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos**

Designação do projeto (3)	Rubrica orçamental (4)	Forma de realização (5)	Fonte de Financiamento				Datas	
			RG (6)	RP (7)	EU (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)
Remodelação e ampliação do Hospital Amato Lusitano	07.01.03	E	0 €	573.150 €	3.247.850 €	0 €	01/07/2018	31/12/2020
Eficiência Energética nos Edifícios da Adm. Pública - POSEUR	07.01.03	E	0 €	114.486 €	1.538.043 €	0 €	01/09/2017	30/06/2021
Projeto SAMA n.º 35431	07.01.07	O	0 €	192.956 €	483.546 €	0 €	01/12/2018	31/03/2021

Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual (%) (18)	Nível de execução financeira global (%) (19)
Ano t (12)	Anos seguintes (13)	Total (14)=(12)+(13)	Anos anteriores (15)	Ano t (16)	Total (17)=(15)+(16)		
2.084.182 €	0 €	2.084.182 €	295.448 €	1.429.599 €	1.725.047 €	68,59%	45,15%
1.360.233 €	0 €	1.360.233 €	216.380 €	772.686 €	989.066 €	56,81%	59,85%
568.877 €	0 €	568.877 €	0 €	366.609 €	366.609 €	64,44%	54,19%

**DEMONSTRAÇÕES DE RELATO CONSOLIDADO****1 – Demonstração consolidada do desempenho orçamental**

Não aplicável.


**2 – Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza**

Não aplicável.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Ao nível das alterações orçamentais, receita e despesa, a dotação inicial corresponde à dotação inicial do ano de 2019, em virtude do orçamento de 2020 apenas ter sido aprovado em fevereiro de 2020, não tendo sido possível carregá-lo como proposta inicial no sistema informático SICC, mas sim como se de uma alteração orçamental se tratasse, pelo facto de existirem alterações à chave orçamental, o que alteraria os registos anteriores já reportados.

### 1 - Alterações orçamentais da receita



Saúde

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO

Data Início:

01-01-2020

Data Fim:

31-12-2020

AO-R - Alterações Orçamentais da Receita

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições / Reduções	Diminuições / Aumentos	Creditos Especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (3) + (4) - (5) + (6)	(8)
R1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R1.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R3	P	1.725.337,00€	627.143,31€	1.757.334,50€	0,00€	595.145,81€	
R4	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R5	P	1.873.703,00€	2.358.717,00€	2.732.212,85€	0,00€	1.500.209,15€	
R5.1	P	1.873.703,00€	2.358.717,00€	2.732.212,85€	0,00€	1.500.209,15€	
R5.1.1	P	102.150,00€	102.150,00€	104.590,70€	0,00€	99.709,30€	
R5.1.1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R5.1.1.2	P	102.150,00€	102.150,00€	104.590,70€	0,00€	99.709,30€	
R5.1.1.3	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R5.1.1.4	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R5.1.1.5	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R5.1.2	P	1.771.553,00€	2.255.100,00€	2.626.151,15€	0,00€	1.400.499,85€	
R5.1.3	M	0,00€	1.467,00€	1.467,00€	0,00€	0,00€	
R5.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R6	P	66.965.733,00€	74.880.905,82€	66.151.352,47€	0,00€	74.795.288,35€	
R7	P	182.176,00€	165.423,28€	182.176,00€	0,00€	165.423,28€	
R8	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.1.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.1.3	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.1.4	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.1.5	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.1.3	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R9.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R10	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R11	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
R12	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	

AO-R - Alterações Orçamentais da Receita							
Rubricas:	Tipo	Receita				Observações:	
		Previsões iniciais:	Alterações Orçamentais:				Previsões corrigidas:
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Creditos Especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (3) + (4) - (5) + (6)	
RJ3	P	964 471,00€	4 037 918,00€	1 521 633,52€	0,00€	3 500 755,48€	
RJ4	M	0,00€	244 754,49€	0,00€	0,00€	244 754,49€	
Total		964 471,00€	4 282 672,49€	1 521 633,52€	0,00€	3 705 511,97€	

## 2 - Alterações orçamentais da despesa



Saúde

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO

Data Início: 01-01-2020

Data Fim: 31-12-2020

AO-D - Alterações Orçamentais da Despesa							
Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Despesas iniciais	Alterações Orçamentais			Despesas corrigidas [7] = [3] + [4] - [5] + [6]	
			Inscrições / Reversões	Diminuições / Anulações	Creditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]		
D1	P	44.093.818,00€	49.822.361,74€	41.444.974,33€	0,00€	48.471.244,91€	
D1.1	P	28.819.149,00€	31.614.220,80€	29.376.004,35€	0,00€	31.057.361,45€	
D1.2	P	6.963.242,00€	8.961.963,97€	7.640.790,48€	0,00€	8.284.415,49€	
D1.3	P	8.311.267,00€	9.246.376,97€	8.428.180,00€	0,00€	9.129.463,97€	
D2	P	22.544.618,00€	36.740.787,86€	31.111.992,73€	0,00€	28.167.413,13€	
D3	P	6.824,00€	18.172,00€	6.824,00€	0,00€	18.172,00€	
D4	P	40.382,00€	13.762,00€	54.144,00€	0,00€	0,00€	
D4.1	P	40.382,00€	13.762,00€	54.144,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.1.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.1.3	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.1.4	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.1.5	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.3	P	40.382,00€	13.762,00€	54.144,00€	0,00€	0,00€	
D4.1.4	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D4.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D5	P	101.447,00€	305.923,57€	242.134,00€	0,00€	165.236,57€	
D6	P	4.044.495,00€	5.629.972,94€	5.961.096,73€	0,00€	3.713.371,21€	
D7	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.1.1	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.1.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.1.3	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.1.4	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.1.5	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.3	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.1.4	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D7.2	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D8	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
D9	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	

AO-D - Alterações Orçamentais da Despesa							
Rubricas:	Tipo	Despesa				Observações:	
		Despesas iniciais:	Alterações Orçamentais:				Despesas corrigidas: (7) = (3) + (4) - (5) + (6)
			Inscrições / Reversões:	Diminuições / Anulações:	Creditos Especiais:		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
D10	M	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Total		70.831.434,00€	92.191.180,11€	82.827.166,29€	0,00€	80.335.437,82€	

### 3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

As alterações ao plano inicial constam do quadro infra, tendo-se verificado um desajustamento bastante significativo entre o previsto pagar inicialmente e o que veio a concretizar-se.

Ao nível do projeto 1, a informação agora indicada já contempla a reprogramação financeira ocorrida e mencionada no ponto 1 (Objetivos de gestão e plano de atividades e orçamento) do capítulo sobre o cumprimento das obrigações legais, com o valor do projeto a passar para os 5.208.712 euros em vez dos 3.821.000 euros iniciais. Em relação ao projeto 2, devido aos atrasos na conclusão da medida 7, estimamos que a sua reprogramação levará a que o projeto apenas fique concluído em finais de 2022, com um acréscimo adicional de 135.742 euros no montante total do projeto. Quanto ao projeto 3, existe um atraso na entrega do equipamento em falta, podendo tal facto obrigar a um pedido de reprogramação, mas ainda não está confirmada essa possibilidade.

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
			Início	Fim	Ano t		Períodos seguintes					
					Dotação atual	Dotação corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
Melhoria Eficiência e Produtividade	1	Remodelação e ampliação do Hospital Amato Lusitano	01/07/2018	26/10/2022	2.084.182 €	1.429.599 €	2.149.537 €	1.334.128 €	0 €	0 €	0 €	-654.583 €
Melhoria Eficiência e Produtividade	2	Eficiência Energética nos Edifícios da Adm. Pública - POSEUR	01/09/2017	31/12/2022	1.360.233 €	772.686 €	799.205 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-587.547 €
Evitar a interrupção da prestação de cuidados	3	Projeto SAMA n.º 35431	01/12/2018	30/06/2021	568.877 €	366.609 €	309.893 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-202.268 €

### 4 - Operações de tesouraria

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. - Castelo Branco

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Código das contas	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	0,00€	15044,45€	15044,45€	0,00€
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias - duplo cabimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€



07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	0,00€	175,82€	175,82€	0,00€
07.2.8- Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total:	0,00€	15220,27€	15220,27€	0,00€

## 5 - Contratação administrativa

### 5.1 - Situação dos contratos

A aplicação SGICM/Glantt não possibilita, nesta data, a disponibilização da informação solicitada. A situação também está pendente de existir uma interligação com a aplicação SICC-SNCAP gerida pela SPMS.

### 5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento

A aplicação SGICM/Glantt não possibilita, nesta data, a disponibilização da informação solicitada. A situação também está pendente de existir uma interligação com a aplicação SICC-SNCAP gerida pela SPMS.

## 6 - Transferências e subsídios

### 6.1 - Transferências e subsídios concedidos

A ULSCB não concedeu qualquer subsídio no decorrer do exercício.

### 6.2 - Transferências e subsídios recebidos

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)	(8)
<b>Transferências correntes</b>								
060307 - Serviços e fundos autónomos	Despacho 6/2016	Integração das equipas VMER nas equipas de urgência	INEM	102.150,00	99.709,30	2.440,70	0€	
060901 - União Europeia - Instituições	Decisão - CCI 2014PT16M8PA001 de 30/07/2014	Remodelação e ampliação do Hospital Amato Lusitano	Portugal 2020	1.771.555,00	1.046.642,55	724.912,45	0€	
060901 - União Europeia - Instituições	Compete 2020 de 17/07/2018	Sistema de Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública	Portugal 2020	483.545,00	345.129,32	138.415,68	0€	
060901 - União Europeia - Instituições	POISE-03-4538-FSE-000423	Formação de Profissionais do setor da saúde	Portugal 2020	0,00	8.727,98	-8.727,98		
Total transferências correntes				2.357.250,00	1.500.209,15	857.040,85	0	
<b>Passivos financeiros</b>						0,00	0	
120604 - ADM. PÚBLICA - ADM. CENTRAL - SFA	Decisão - POSEUR 03-2016-65 de 13/04/2017	Eficiência energética nos edifícios da Administração Pública	POSEUR	1.309.391,00	772.208,48	537.182,52	0€	

Nota: Incluiu-se o subsídio recebido do POSEUR, embora se trate de um passivo financeiro, reembolsável a 19 anos.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Entidade: Unidade Local de Saúde de Castelo Branco E.P.E

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODO 2020	PERÍODO 2019
ATIVO				
Ativo não corrente			53.410.834,38 €	50.185.483,25 €
Ativos fixos tangíveis - custo	5		16 141 502,70 €	12 983 022,11 €
Ativos fixos tangíveis - revalorização	5		28 291 552,16 €	28 607 448,68 €
Acionistas	18		8 516 000,00 €	8 516 000,00 €
Outros ativos financeiros	18		120 363,80 €	79 012,46 €
Ativos por impostos diferidos	23		341 415,72 €	€
Ativo Corrente			26.955.005,71 €	36.406.207,93 €
Inventários	10		1 445 060,77 €	1 304 150,09 €
Devedores por transferências e subsídios	1 2 b) e 23		51 932,32 €	5 105 448,75 €
Cientes, contribuintes e utentes	23		9 946 616,44 €	14 768 158,01 €
Outras contas a receber	23		15 193 280,87 €	14 926 898,56 €
Diferimentos	23		51 996,57 €	56 798,03 €
Caixa e depósitos bancários	1 1		266 118,74 €	244 754,49 €
Total do Ativo			80.365.840,09 €	86.591.691,18 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido			21.879.135,33 €	33.909.988,28 €
Património/Capital	18		16 200 000,00 €	16 200 000,00 €
Resultados transitados	18		9 332 626,21 €	2 728 527,50 €
Excedentes de revalorização	5		14 060 469,19 €	18 017 537,56 €
Outras variações no Património Líquido	5		12 459 439,46 €	12 436 403,84 €
Resultado líquido do período	-		11 508 147,11 €	10 015 425,62 €
Total do Património Líquido			21.879.135,33 €	33.909.988,28 €
PASSIVO				
Passivo não corrente			6.104.477,56 €	2.259.645,39 €
Provisões	15		2 088 472,44 €	2 037 304,23 €
Passivos por impostos diferidos	23		3 747 271,94 €	222 341,16 €
Outras contas a pagar	14		268 733,18 €	€
Passivo corrente			52.382.227,20 €	50.422.057,51 €
Credores por transferências e subsídios concedidos	1 2 b)		896 520,94 €	1 518 329,70 €
Fornecedores	23		11 727 512,32 €	9 994 414,54 €
Adiantamentos de Cientes, contribuintes e utentes	23		11 485 354,17 €	11 485 354,17 €
Estado e outros entes públicos	23		1 965 263,79 €	1 763 102,85 €
Fornecedores de Investimento	23		1 187 528,39 €	894 796,38 €
Outras contas a pagar	23		23 502 284,08 €	21 430 169,52 €
Diferimentos	23		1 617 763,51 €	3 335 890,35 €
Total do Passivo			58.486.704,76 €	52.681.702,90 €
Total do Património Líquido e Passivo			80.365.840,09 €	86.591.691,18 €

Entidade: Unidade Local de Saúde de Castelo Branco E.P.E

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2020	2019
Impostos e taxas	13	661.614,49 €	2.081.715,50 €
Prestações de Serviços	13	70.241.268,38 €	66.040.264,44 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23	110.414,65 €	91.915,00 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	10.361.464,77 €	9.803.418,53 €
Fornecimentos e serviços externos	23	20.518.181,28 €	19.635.824,21 €
Gastos com pessoal	19	49.822.296,54 €	46.877.407,11 €
Transferências e subsídios concedidos		- €	- €
Impandade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	317.033,60 €	154.518,76 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	51.168,21 €	114.723,22 €
Outros rendimentos e ganhos	23	712.972,38 €	391.312,28 €
Outros gastos e perdas	23	579.569,39 €	531.762,12 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos		- 9.923.443,89 €	- 8.512.446,73 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	- 1.503.278,33 €	- 1.408.693,50 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 11.426.722,22 €	- 9.921.140,23 €
Juros e rendimentos similares obtidos		1.403,09 €	12.290,72 €
Juros e gastos similares suportados		- 14.922,70 €	- 15.523,50 €
Resultado antes de impostos		- 11.440.241,83 €	- 9.924.373,01 €
Imposto sobre o rendimento do período	23	- 67.905,28 €	- 91.052,61 €
Resultado líquido do período		- 11.508.147,11 €	- 10.015.425,62 €



Entidade: Unidade Local de Saúde de Castelo Branco E.P.E

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		74 212 571,89 €	66 645 019,15 €
Recebimento de utentes		595 352,71 €	1 555 591,99 €
Pagamentos a fornecedores		- 28 170 020,63 €	- 21 870 234,79 €
Pagamentos ao pessoal		- 48 447 303,89 €	- 44 605 276,57 €
Caixa gerada pelas operações		- 1.809.399,92 €	- 1.725.099,78 €
Outros recebimentos/pagamentos		284 869,69 €	512 565,97 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		- 1 524 530,23 €	- 1 212 533,81 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		- 3 713 407,78 €	- 1 850 910,85 €
Investimentos financeiros		- 39 735,51 €	- 25 206,55 €
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>			
Subsídios ao investimento		2 172 708,33 €	747 856,84 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 1 580 434,96 €	- 1 128 260,56 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Cobertura de prejuízos		2 728 527,00 €	- €
Doações		428 173,33 €	- €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		- 30 370,89 €	- 49 104,29 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 3 126 329,44 €	- 49 104,29 €
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>			
		21 364,25 €	35 168,96 €
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		- €	- €
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		244 754,49 €	209 585,53 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		266 118,74 €	244 754,49 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		244 754,49 €	209 585,53 €
Equivalentes a caixa no início do período		- €	- €
Variações cambiais de caixa no início do período		- €	- €
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>		244 754,49 €	209 585,53 €
De execução orçamental		244 754,49 €	147 166,81 €
De operações de tesouraria		- €	62 418,72 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		266 118,74 €	244 754,49 €
Equivalentes a caixa no fim do período		- €	- €
Variações cambiais de caixa no fim do período		- €	- €
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>		266 118,74 €	244 754,49 €
De execução orçamental		266 118,74 €	244 754,49 €
De operações de tesouraria		- €	- €



Entidade: Unidade Local de Saúde de Castelo Branco E.P.E.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA ( Euros )

Nota	Notas	Capital / Patrimônio Relativo	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de ativos	Outros Reservas	Recebimentos Transfêrências	Ajustamentos em Ativos financeiros	Exercícios de Revalorização	Outros Variações no Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que Não Controlam	Total do Patrimônio Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	16.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.017.537,56	12.456.403,84	-10.015.425,61	33.509.568,23	0,00	33.509.568,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.896,52	0,00	315.896,52
Excedentes de revalorização e respectivas variações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-173.385,45	-142.511,04	0,00	51.006,87	0,00	51.006,87
Transferências e Subsídios de Capital	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-637.351,02	0,00	-637.351,02	0,00	-637.351,02
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio líquido	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.783.682,89	882.897,68	10.015.425,62	-252.258,21	0,00	-252.258,21
	(2)	16.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.957.068,37	23.035,62	0,00	-522.705,84	0,00	-522.705,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.508.147,11	-11.508.147,11	0,00	-11.508.147,11
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.508.147,11	-11.508.147,11	0,00	-11.508.147,11
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital / patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	16.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.459.459,46	-11.508.147,11	21.879.135,33	0,00	21.879.135,33



## ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras referem-se ao período de relato de 01/01/2020 a 31/12/2020.

A ULSCB, E. P.E, apresentou as suas Demonstrações Financeiras com base na norma NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, tendo como principal objetivo proporcionar aos utilizadores informação acerca dos seus recursos e obrigações à data de relato, bem como dos gastos suportados e rendimentos obtidos e ainda dos fluxos de recursos.

Assim sendo, as demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do seu desempenho, proporcionado informação útil para a tomada de decisões e gestão de recursos necessários à ULSCB, E.P.E.

Foram divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras (Anexo), as informações relevantes constantes na NCP 1, nomeadamente quanto à natureza e conteúdo da informação a evidenciar nas demonstrações financeiras, ou seja, no Balanço, Demonstração dos Resultados por natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração das alterações ao Património líquido.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (designado SNC-AP) e complementado com outra informação que julgamos ser necessária dar conhecimento aos utilizadores destas demonstrações financeiras.

As notas reportam ao período de encerramento do exercício em 31/12/2020.

### 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

#### 1.1 - Identificação da entidade, período de relato

##### a) Designação da entidade

A Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB E.P.E.), tem o número de identificação de pessoa coletiva nº 509309844 e sede social em Castelo Branco.

##### b) Endereço

A Unidade Local de Castelo Branco, EPE, tem a sua morada em Castelo Branco, na Avenida Pedro Álvares Cabral.

##### c) código da classificação orgânica

A Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, tem como classificação orgânica o código 121903400.

##### d) Tutela

A Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, tem como tutela o Ministério da Saúde.

##### e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A ULSCB, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

As demonstrações financeiras da ULSCB, E. P.E., são consideradas para efeito de consolidação de contas da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), I.P.

## 1.2 – Referencial Contabilístico e demonstrações financeiras

### a) Referencial contabilístico aplicado

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto Lei 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

### (b) Indicação das contas do balanço e da demonstração de resultados não comparáveis com o período anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no período anterior com exceção do seguinte: A ULSCB, E.P.E., reclassificou, no âmbito da FAQ nº 42, aprovada pela Comissão de Normalização Contabilística em 22/12/2020 e face ao novo entendimento, o reconhecimento das candidaturas dos subsídios nas diversas contas:

Na conta 201- devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, de acordo com os pedidos de pagamento apresentados até à data do fecho de contas, mas ainda não recebidos. Desta forma procedemos à anulação dos registos inicialmente inscritos, pelos valores das candidaturas aprovadas, na conta de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no montante de 3.784.878,94€ por contrapartida de Rendimentos a reconhecer. Nesta conta ainda se procedeu à reclassificação da verba recebida em 2018 e 2019 referente à candidatura do subsídio POSEUR – Eficiência energética do Hospital Amato Lusitano, no montante de 124.312,50€ por contrapartida da conta 20422 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis.

Assim sendo, a conta 201- devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, apresenta em 2020 um saldo de 44.385,52€.

Na conta 2822- Transferências e subsídios de capital obtidos, estão refletidos os pedidos de pagamentos já apresentados até à data do relato, mas ainda não recebidos, bem como os pedidos de pagamento apresentados de anos anteriores e já recebidos, ou seja, todos os pedidos de pagamento já apresentados ao Portugal 2020, que apenas serão transferidos para outras variações no património líquido com a finalização dos projetos.

Desta forma procedemos à anulação de 2.246.835,61 € do registo inicialmente inscrito na conta de Rendimentos a reconhecer, por contrapartida de devedores por transferências e subsídios



não reembolsáveis e de -528.708,77€ do registo inicialmente inscrito na conta de Rendimentos a reconhecer, por contrapartida de outras variações do património Líquido

Desta forma a conta a conta 2822- Transferências e subsídios de capital obtidos apresenta um saldo em 2020 de 1.617.763,51€.

Na conta 20422 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis, a ULSCB, E.P.E. tinha registada a candidatura do subsídio POSEUR – Eficiência energética do Hospital Amato Lusitano, um subsídio maioritariamente reembolsável por um período de 19 anos, no montante de 1.518.329,70€. Foi anulado esse registo e reconhecida a verba recebida, no montante de 896.520,94€.

Na conta 593- Transferências e subsídios de capital, registam-se os pedidos de pagamento já executados das obras que já foram finalizadas, isto é, apenas estas se encontram registadas em outras variações do património líquido, tendo sido ajustado o valor dessas candidaturas em 584.422,30€.

A conta 593- Transferências e subsídios de capital, apresenta em 2020 um saldo de 1.279.681,80€.

### c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

### d) Comentário do Órgão de Gestão sobre saldos de caixa não disponíveis para uso

A ULSCB não tem quaisquer valores não disponíveis para uso.

### e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos à ordem

**Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos à ordem**

Conta	2020		2019	
Caixa		500,00		500,00
Depósitos à ordem		265.618,74		244.254,49
Depósitos à ordem no Tesouro	265.568,67		244.204,42	
Depósitos bancários à ordem	50,07		50,07	
Depósitos a prazo		0,00		0,00
Depósitos consignados		0,00		0,00
Depósitos de garantias e cauções		0,00		0,00
<b>Total de caixa e depósitos</b>		<b>266.118,74</b>		<b>244.754,49</b>

## **2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

### **2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da entidade, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### **a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens. Os terrenos não são depreciables.

#### **Imparidade de Ativos Fixos tangíveis**

A entidade não efetuou testes de imparidade no final do ano, uma vez que não se demonstraram evidências que indicavam que o valor contabilístico excedia o valor recuperável.

#### **b) Ativos Fixos Intangíveis**

A entidade não tem registados ativos fixos intangíveis.

#### **c) Inventários**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas pela quantia mais baixa, entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

O método de custeio adotado é o Custo médio e as quantias existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos.

#### **d) Rendimentos de Transações com Contraprestação**

Os rendimentos resultantes da prestação de serviços de saúde pelas entidades públicas empresariais e decorrentes da celebração do contrato programa, assumem a natureza de rendimentos com contraprestação, uma vez que a entidade recebe valor de uma outra entidade (ACSS) para, em troca, realizar a produção contratada, sendo aplicável, quanto à contabilização destes rendimentos, a NCP 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.

#### **e) Provisões**

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar uma obrigação presente.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha à data do balanço, uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada período de relato e ajustadas de forma a refletir a melhor estimativa nessa data.

#### **f) Rendimentos de Transações sem contraprestação**

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação, que não sejam serviços em espécie, que satisfaça a definição de ativo, deve ser reconhecido como tal quando e somente quando, for provável que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao ativo fluam para a entidade e o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

#### **g) Acontecimentos após a data do balanço**

A entidade ajusta as suas demonstrações financeiras relativamente a acontecimentos após a data do balanço que proporcionem prova de condições já existentes naquela data.

Os acontecimentos que sejam indicativos de condições que surgiram após data do balanço, não são ajustados nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando materialmente relevantes.

**h) Imposto sobre o rendimento**

De acordo com o disposto no artigo 2º do Código sobre o Rendimento das Pessoas coletivas, a entidade é considerada um sujeito passivo de IRC.

**i) Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações deste reconhecidas por contrapartida de resultados.

A mensuração dos restantes ativos e passivos financeiros é feita ao custo. Em cada data de relato, caso existam evidências objetivas de que estes ativos financeiros se encontram em situação de imparidade, deve ser reconhecida a respetiva perda no resultado do período.

**j) Benefícios dos empregados**

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem remunerações, subsídios de férias e de natal, contribuições para sistemas de proteção social e eventuais prémios e complementos.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos e passivos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo, no período em que os serviços foram prestados.

**k) Património****Resultados transitados**

Os Resultados transitados, incluem os resultados de exercícios anteriores e a realização de excedentes de revalorização, bem como, o reconhecimento do ativo por imposto diferido.

**Excedentes de revalorização de Ativos fixos**

A rubrica relativa aos Excedentes de revalorização de ativos fixos, inclui os excedentes de revalorização de ativos fixos deduzidos dos passivos por impostos diferidos associados a essas revalorizações.

**Outras variações no património líquido**

Referem-se a transferências e subsídios de capital, doações recebidas e transferências de ativos e encontram-se contabilizadas ao custo.

As transferências e subsídios de capital são registadas em outras variações no património líquido, sempre que a candidatura ao projeto se encontre finalizada, sendo reconhecidos proporcionalmente na demonstração de resultados as depreciações associadas a esses projetos.

### **1) Especialização de gastos**

A entidade regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo que são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos, são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

As transferências correntes obtidas do Orçamento de estado, resultantes do orçamento aprovado para o exercício, são reconhecidas como ganho no exercício em que ocorre o seu recebimento.

A responsabilidade com férias e subsídios de férias é registada como gasto do ano em que o pessoal adquire o direito ao gozo das férias. Assim sendo, a estimativa do valor das férias e dos subsídios de férias vencidos e não pagos à data do balanço foi reconhecido na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”. Nesta rubrica ainda se encontram reconhecidos os abonos e respetivos encargos que embora referentes ao ano anterior são processados e pagos no ano seguinte, bem como os acréscimos de gastos relativos a faturas de fornecedores emitidas no ano seguinte, mas que se referem a aquisições ou prestações de serviços do período de relato.

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato, a melhor estimativa tendo em conta a experiência de anos anteriores e as expectativas sobre eventos futuros.

### **2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

Estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras os pressupostos constantes da estrutura conceptual, nomeadamente:

#### **Continuidade**

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto de que a entidade continuará a operar no futuro previsível, não tendo a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.



### Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período o que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

### Prudência

Os juízos necessários ao fazer as estimativas requeridas em condições de incerteza, incluem um grau de precaução de forma a não sobreavaliar os ativos e os rendimentos nem subavaliar os passivos ou gastos.

### Outras políticas contabilísticas

Outras políticas contabilísticas relevantes, estarão descritas posteriormente, nas respetivas notas.

### 2.3 Julgamentos que o Órgão de Gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

Na ULSCB, E.P.E., o Órgão de Gestão não efetuou quaisquer julgamentos sobre as políticas contabilísticas.

### 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

A ULSCB, E.P.E. não tem em risco o princípio da continuidade, atendendo à natureza pública da instituição e à atribuição de financiamentos públicos por parte da ACSS e DGTF.

Apesar disso, a ULSCB apresenta algum risco sobre a divulgação de ativos e passivos, nomeadamente:

- Não efetuou testes de imparidade de ativos, pelo que, não contabilizou quaisquer valores em perdas por imparidade em ativos;

- Existência de ativos e passivos não reconciliados, por falta de respostas das entidades circularizadas.

**2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros**

Não aplicável.

**2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas**

Descrito nos pontos anteriores.

**2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros**

Uma vez que a validação dos contratos – programa por parte da ACSS, ocorre em período posterior, deverá ser registado um acerto à estimativa, logo que seja comunicado pela mesma, o fecho do respetivo contrato-programa.

Na sequência de encerramento do processo de faturação da atividade hospitalar, no âmbito dos Acordos Modificativos de 2015 e 2016, a ACSS procedeu à verificação do grau de cumprimento dos quadros de produção hospitalar negociados, bem como, à verificação do grau de concretização relativa aos objetivos de Qualidade e de Sustentabilidade apurados no SICA - Sistema de Informação para Contratualização e Acompanhamento, através do Relatório de Índice de Desempenho Global.

Concluída essa análise, a ACSS solicitou à ULSCB, E.P.E., a emissão de Notas de Crédito no montante de 1.351.672,04€ e 1.293.119,28€ respetivamente, totalizando um valor de 2.644.791,32€, reduzindo assim o ativo e os rendimentos do ano relativos ao contrato-programa, na conta 720141- Acerto de Estimativas do Contrato-Programa, nos termos da Circular Normativa N.º 6/2019/ACSS, de 21 de março.

Este montante encontra-se refletido na rubrica de Prestações de Serviços, da Demonstração dos Resultados.

**2.8 Erros materiais de períodos anteriores**

Não houve efeitos nas demonstrações financeiras do ano 2020 de erros materiais de anos anteriores.

**Nota 3 – Ativos intangíveis**

Não aplicável.

#### **Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

Não aplicável.

#### **Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis**

**5.1 Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:**

##### **a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados conforma divulgado na alínea a) da nota 2.1. Em 2007 e 2008 foram objeto de avaliação, os edifícios e terrenos do Hospital e da Sub-região de Saúde de Castelo Branco.

Os excedentes de revalorização registados no exercício, dizem respeito às depreciações desses edifícios.

O valor líquido desses ativos fixos tangíveis é de 28.291.552,16€ (ver nota 5.5 do anexo).

Em 2020 não foi utilizado o modelo de revalorização, sendo utilizado na valorização dos bens, o modelo do custo, deduzido das depreciações.

##### **b) Métodos de depreciação usados**

O método de depreciação utilizado foi o método da linha reta.

##### **c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

Foram consideradas as vidas úteis e taxas constantes na tabela anexa ao Classificador Complementar 2 que integra o Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro para as aquisições efetuadas desde 2018.

Para as aquisições de anos anteriores, mantiveram-se as vidas úteis que vinham sendo consideradas de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

As taxas de depreciação utilizadas variaram entre 1,25% e 33,33%.

##### **d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;**

A quantia escriturada bruta de ativos fixos tangíveis no período foi de 5.014.130,05€ e a quantia depreciável de 1.503.278,33€.

Não se registaram imparidades no período de 2020.

O quadro 5.1 descreve as variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas (1)	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade acumuladas	Quantia escriturada
	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
<b>Bens de domínio publico património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	10.538.937,91	0,00	0,00	10.538.937,91	10.538.937,91	0,00	0,00	10.538.937,91
Edifícios e outras construções	34.613.799,41	8.059.324,19	0,00	26.554.275,22	35.282.067,06	8.589.347,19	0,00	26.692.719,87
Equipamento Básico	20.642.538,30	18.605.700,31	0,00	2.036.837,99	22.219.159,80	19.265.328,21	0,00	2.953.831,59
Equipamento Transporte	613.299,77	486.748,91	0,00	126.550,86	613.299,77	521.670,42	0,00	91.629,35
Equipamento Administrativo	8.650.217,91	8.005.887,55	0,00	644.330,36	8.910.608,57	8.284.193,22	0,00	626.415,35
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	118.944,48	118.344,03	0,00	600,45	118.944,48	118.944,48	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	1.020.670,53	0,00	0,00	1.020.670,53	3.529.520,79	0,00	0,00	3.529.520,79
	76.198.408,33	35.276.205,19	0,00	40.922.203,14	81.212.538,38	36.779.483,52	0,00	44.433.054,86
<b>Total</b>	76.198.408,33	35.276.205,19	0,00	40.922.203,14	81.212.538,38	36.779.483,52	0,00	44.433.054,86

A quantia escriturada líquida apresenta-se desagregada no Balanço, nas rubricas de ativos fixos tangíveis, valorizados ao custo e revalorizados.

### e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

O Quadro 5.2 descreve a quantia escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferê ncias internas à entidade	Revaloriz ações	Reversõe s de perdas por imparida de	Perdas por imparida de	Depreciação s do período	Diferenç as Câmbiais	Anulimuiçõe	
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
Bens de domínio publico património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	10.538.937,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.538.937,91
Edifícios e outras construções	27.222.542,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-529.823,00	0,00	0,00	26.692.719,87
Equipamento Básico	2.036.837,79	1.576.621,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-659.627,70	0,00	0,00	2.953.831,59
Equipamento Transporte	126.550,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34.921,51	0,00	0,00	91.629,35
Equipamento Administrativo	644.330,38	260.390,64	0,00	0,00	0,00	0,00	-278.305,67	0,00	0,00	626.415,35
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	600,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-600,45	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	1.020.670,53	2.508.850,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.529.520,79
	41.590.470,79	4.345.862,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.503.278,33	0,00	0,00	44.433.054,86
Total	41.590.470,79	4.345.862,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.503.278,33	0,00	0,00	44.433.054,86

O quadro 5.2 A descreve as adições de ativos fixos tangíveis ocorridos no exercício económico de 2020

Rubricas (1)	Adições										Total (12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	
Bens de domínio público património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	1.155.505,13	0,00	0,00	0,00	421.116,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.576.621,50
Equipamento Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	0,00	260.390,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.390,64
Equipamento biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	2.308.850,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.308.850,26
Total	0,00	3.924.746,03	0,00	0,00	0,00	421.116,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.345.862,40

O quadro 5.2 B, não foi elaborado uma vez que não ocorreram diminuições de ativos fixos no exercício económico de 2020.

## 5.2 Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis

a) A existência e quantias de restrições de titularidade e os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Não aplicável.

b) A quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um ativo fixo tangível no decurso da sua construção

Não aplicável.

c) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Não aplicável.



**d) A quantia da compensação por terceiros relativa a bens do ativo fixo tangível em imparidade incluída nos resultados**

Na ULSCB, E.P.E. não existem bens do ativo fixo tangível, em imparidade.

**5.3 Divulgação da depreciação durante o exercício, reconhecida nos resultados**

A ULSCB, EPE apresentou o valor de 1.503.278,33€ em depreciações do exercício.

**5.4 Divulgação segundo a NCP 2 da natureza e efeito de qualquer alteração de estimativa contabilística com efeito material no período corrente**

Não existem estimativas, segundo a NCP 2, que possam alterar de forma substancial o período corrente no que respeita a valores residuais, custos de desmantelamento e método de depreciação.

**5.5. Se os ativos fixos tangíveis forem apresentados por quantias revalorizadas deve ser divulgado:**

**a) Data e eficácia da revalorização**

A última ocorrida foi nos anos 2007 e 2008, efetuada por auditor independente.

**b) Dispositivo legal de suporte**

Não aplicável.

**c) O excedente de revalorização, no início e fim do período de relato, indicando as alterações no seu saldo**

Rúbricas	Excedente de Revalorização Inicial (1)	Reforço (2)	Realização (3)	Transferências (4)	Excedente de Revalorização Final (5)=(1)+(2)-(3)-(4)
<b>Bens de domínio público património histórico, artístico e cultural</b>					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>					
Terrenos e recursos naturais	10.538.937,91	0,00	0,00	0,00	10.538.937,91
Edifícios e outras construções	18.068.510,77	0,00	315.896,52	0,00	17.752.614,25
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	28.607.448,68	0,00	315.896,52	0,00	28.291.552,16
<b>Total</b>	<b>28.607.448,68</b>	<b>0,00</b>	<b>315.896,52</b>	<b>0,00</b>	<b>28.291.552,16</b>

No que diz respeito aos excedentes de revalorização, resultam de bens (edifícios, terrenos, viaturas e equipamentos) que transitaram da Ex. Sub-Região de Saúde de Castelo Branco e do Hospital.

No património líquido, encontra-se representado o excedente de revalorização no montante de 14.060.469,19€.

Em 2020 a entidade não procedeu à revalorização de ativos, registando-se apenas a regularização das depreciações efetuadas no exercício, no montante de 315.896,52€.

A entidade procedeu ao cálculo e reconhecimento do passivo por imposto diferido, no montante de 3.783.682,89 na conta 5812 - impostos diferidos (incluído na rubrica Excedente de revalorização do Balanço) por contrapartida da conta 2742- passivos por impostos diferidos (apresentado na rubrica Passivos por impostos diferidos do Balanço).

As rubricas de Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções, incluem respetivamente 2.483.937,91€ e 7.963.462,17€ relacionados com terrenos e edifícios dos Centros de Saúde.

A depreciação do período desses edifícios é no montante de 142.511,04€ sendo que o excedente de revalorização final é de 10.447.400,08€ e se encontra registado na conta 5971 - Transferências de ativos obtidas.

#### **5.6 quando aplicável, as entidades devem ainda fazer as seguintes divulgações:**

##### **a) Quantia escriturada de ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso**

Não aplicável

##### **b) Quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado e que ainda esteja em uso**

Não aplicável

##### **c) Quantia escriturada de ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação**

Não aplicável

#### **5.7 Titularidade dos imóveis**

Embora a ULSCB não detenha a titularidade de todos os imóveis, possui o usufruto dos mesmos.

**Nota 6 – Locações****6.1 Locações financeiras**

Não aplicável.

**6.2 Locações operacionais****a) Futuros pagamentos mínimos de locação segundo locações operacionais não canceláveis**

O Quadro 6.2 reflete as Locações Operacionais na ótica do Locatário

Bens locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados Acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)			Valor Presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulados					
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	
aluguer operacional de viatura	29.823,75	4.558,84		26.122,76		3.700,99			

A ULSCB, E.P.E. iniciou em 05/10/2015 um contrato de Aluguer Operacional (*renting*) celebrado com a empresa Leaseplan Portugal ao abrigo do Acordo Quadro ESPAP AQ-VAM2011– Grupo 6 – Lote 67 – “Aluguer operacional de veículos ligeiros de passageiros do tipo Médio Inferior”, do seguinte veículo ligeiros de passageiros:

- Seat Leon – 50-QJ-35

Este veículo não consta do inventário da entidade, registando os respetivos encargos, no montante de 4.973,16€, contabilizados na conta 62612 “Rendas e alugueres – Viaturas”.

**b) Total de futuros pagamentos mínimos de sublocação que se espera receber segundo sublocações não canceláveis à data de relato**

Não aplicável.

**c) Pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gasto do período, separando as quantias relativas a pagamentos mínimos de locação, rendas contingentes e pagamentos de sublocação**

Não aplicável.



**d) Descrição geral dos acordos de locação significativos do locatário, incluindo pelo menos o seguinte:**

**- Os critérios na base dos quais se determinam as rendas contingentes a pagar**

Não aplicável.

**- A existência e os termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento**

O contrato em causa foi objeto de procedimento de aquisição ao abrigo de um acordo de quadro da ESPAP. O contrato vigorou por 3 anos e tem sido renovado anualmente, estando atualmente em vigor até 04/01/2022.

**- Restrições impostas por acordos de locação, tais como as respeitantes ao retorno dos resultados, retorno de contribuições de capital, dividendos ou distribuições similares, dívida adicional e futuras locações**

Não aplicável.

**6.3 Divulgação relativa a locações financeiras por parte dos locadores**

Não aplicável.

**6.4 Divulgação relativa a locações operacionais por parte dos locadores**

Não aplicável

**Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos**

Não aplicável

**Nota 8 – Propriedades de investimento**

Não aplicável.

**Nota 9 – Imparidade de ativos**

**9.1 Divulgações Gerais**

Não aplicável.

**9.2 Divulgações específicas**



**a) Reconhecimento ou reversão da perda por imparidade**

Não aplicável.

**b) Quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida**

Não aplicável.

**9.3 Divulgação do total de perdas por imparidade e reversões durante o período que não estejam divulgadas**

Não aplicável.

**9.4. Principais pressupostos usados para determinar a quantia recuperável de serviço de ativos durante o período**

Não aplicável.

**Nota 10 - Inventários****10.1 Aspetos a divulgar relativos a inventários****a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio**

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo médio.

A aplicação GLINTT continua a não permitir o registo dos créditos recebidos relacionados com descontos financeiros, nomeadamente os que estão relacionados com o acordo celebrado entre os Ministérios da Saúde, da Economia e do Emprego e das Finanças e a Indústria Farmacêutica, por intermédio da APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, no qual esta última se compromete a colaborar com o Estado Português no esforço de sustentabilidade da despesa pública em medicamentos, mediante o pagamento de uma contribuição a prestar pelas empresas aderentes, na parte que exceder os objetivos de despesa pública com medicamentos.

**b) A quantia total registada de inventários e a quantia escriturada por classificação apropriada à entidade**

O Quadro 10.2 reflete os movimentos ocorridos no período





	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por Imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)+(4)+(5)+(6)-(7)-(8)
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.304.150,09	10.528.944,46	10.361.464,77	0,00	0,00	0,00	267.291,34	240.722,33	1.445.060,77
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	1.304.150,09	10.528.944,46	10.361.464,77	0,00	0,00	0,00	267.291,34	240.722,33	1.445.060,77

**c) A quantia de inventários registada pelo justo valor menos o custo de vender**  
Não aplicável.

**d) A quantia de inventários reconhecida como gasto do período**

O montante reconhecido como gasto no período é 10.361.464,77€, conforme evidenciado no quadro acima.

**e) A quantia de qualquer redução de inventários reconhecida como gasto do período**  
Não aplicável.

**f) A quantia da reversão de qualquer redução que seja conhecida na demonstração dos**  
Não aplicável.

**g) As circunstâncias ou acontecimentos que levaram à reversão de uma redução de inventários**  
Não aplicável.

**h) A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos**  
Não aplicável.

**Nota 11 - Agricultura**

Não aplicável.

**Nota 12 - Contratos de construção**

Não aplicável.

**13 - Rendimentos de transações com contraprestação**

**13.1 Divulgação de transações com contraprestação**

**a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento incluindo os métodos adotados para determinar as fases de acabamento das transações que envolvam contraprestações**



Não existem bens em fase de acabamento que envolvam contraprestações.

**b) Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período:**

O quadro 13.1 reflete as transações com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período
<b>Prestações de Serviços:</b>	
Contrato Programa	71.426.429,35
Fecho de Contratos Programa 2015/2016	-2.644.791,32
Programa Vertical COVID 19	326.218,76
Financiamento Vertical	328.233,11
Outras Entidades	805.178,48
<b>Impostos taxas e contribuições:</b>	
Taxas	661.614,49
<b>Total</b>	<b>70.902.882,87</b>

O Acordo Modificativo ao Contrato-Programa da ULSCB para o ano 2020 define, na cláusula 2.<sup>a</sup> do seu anexo, o montante de **72.082.379€** como contrapartida pela produção contratada correspondente ao valor *per capita* da população residente de 108.202 habitantes, incluindo 796.836€ destinados à formação de internos.

Em 2020, A ULSCB, E.P.E. registou os rendimentos do contrato programa como transações com contraprestação, uma vez que a contrapartida das transferências da ACSS tem por base o cumprimento do mesmo.

Assim a ULSCB, E.P.E. registou como rendimentos do contrato-programa o seguinte:

Valor Capitacional, registado na conta 7201165, no montante de 63.500.609,25€.

Internos, registado na conta 7201168, no montante de 789.664,48€

Assim sendo, o total dos rendimentos de produção, no âmbito da Produção do Contrato - Programa de 2020 foi de 64.290.273,73€.

Os Incentivos institucionais calculados pela ACSS e registados na conta 7201164, foram de 7.136.155,62€.

Desta forma, o total de rendimentos da Atividade económica de 2020 do CP foi de 71.426.429,35€.

Estes montantes coincidem com a informação "Síntese Contrato-Programa 2020" enviada pela ACSS, que reflete a atividade económica e o movimento financeiro relativo ao período de 2020.

A referida informação contém indicação quanto aos registos contabilísticos a efetuar pela entidade por forma a assegurar a sua consistência com os registos da ACSS.

Conforme mencionado no ponto 2.7, no período de relato a ACSS comunicou ainda à entidade o fecho dos Contratos Programa dos anos 2015 e 2016, solicitando a emissão de Notas de Crédito no montante de 2.644.791,32€, reduzindo assim os rendimentos do ano relativos ao contrato-programa na conta 720141- Acerto de Estimativas do Contrato-Programa, nos termos da Circular Normativa N.º 6/2019/ACSS, de 21 de março.

O programa vertical COVID 19 encontra-se registado na conta 7299 – Outros Serviços, no montante de 326.218,76€.

Esta verba diz respeito ao Programa de Financiamento Centralizado do plano de Expansão da Capacidade Laboratorial do SNS para diagnóstico de SARS-CoV- 2, nos termos da Circular Informativa Conjunta N.º 18/2020/ACSS/INSA, de 18 de outubro, no montante de 117.000€ e ao Programa de Financiamento Centralizado para a Aquisição de Equipamento de Cuidados Intensivos necessários à resposta no âmbito da pandemia Covid-19, nos termos da CN nº. 2 / 2020/ ACSS, de 18/03/2020, no montante de 209.218,76€.

O Financiamento vertical, registado na conta 72012 – Prestações de saúde de Financiamento Vertical, abrange as convenções internacionais (faturação de Migrantes) no montante de 328.233,11€.

De acordo com a CN nº 6/2019 da ACSS, os rendimentos respeitantes a estes Programas, cujo financiamento não seja executado até final de cada ano, devem ser registados, no final do exercício, por contrapartida de uma conta de acréscimos, cujo valor será comunicado à ACSS pelas entidades até ao dia 31 de janeiro do ano seguinte ao do exercício a que se reporta.

Em relação às outras entidades, registadas na conta 72013 – Outras entidades responsáveis, refletem as faturas emitidas pela ULSCB, EPE referentes a consultas, internamentos, urgências, hospital de dia e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

No que diz respeito a taxas moderadoras, também foram consideradas como transações com contraprestação, uma vez que têm como contrapartida a prestação de cuidados de serviços de saúde.

As taxas moderadoras têm verificado uma redução significativa, em parte relacionada com a atual situação de pandemia e ainda da eliminação da maioria das taxas ao nível dos cuidados de saúde primários, devido às alterações legislativas ocorridas.

## 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

O Quadro 14.1 reflete as transações sem contraprestação, nomeadamente os subsídios de capital e doações, bem como a demonstração do seu efeito nos resultados e no património líquido

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	início do período	fim do período	
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
multas e outras penalidades					
transferências sem condição					
transferências com condição					
subsídios sem condição					
subsídios com condição	88.928,72	-637.351,02	3.335.890,35	1.617.763,51	4.927.091,29
Legado ofertas e doações		849.289,70			
Outros					
Total	88.928,72	211.938,68	3.335.890,35	1.617.763,51	4.927.091,29

### 14.1 Uma entidade deve divulgar:

#### a) A quantia de crédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período:

Foram considerados os seguintes rendimentos de transações sem contraprestação:

##### Doações

Face à necessidade de reforço da resposta à situação pandémica foram rececionados equipamentos de cuidados intensivos adquiridos pela ACSS (ventiladores, bombas de perfusão, seringas infusoras) considerados como doações, conforme referido na circular Normativa nº 2/2021/ACSS de 06/02/2021 e valorizadas de acordo com os contratos de doação celebrados entre a ACSS e a ULSCB, E.P.E., no montante de 337.227,59€.

Outras entidades também participaram nessa resposta à emergência de saúde pública, doando equipamentos e apoios financeiros para o combate à pandemia COVID-19, no montante de 512.062,11€.

As doações referidas foram registadas na conta 594 – Doações obtidas

##### Subsídios com condição

- Os subsídios apresentam um valor negativo no período, devido à reclassificação feita de acordo com a FAQ nº 42 da CNC, sendo registados nesta rubrica os montantes afetos aos projetos subsidiados de acordo com a finalização desses projetos e não pelo grau de execução dos mesmos.

Assim, face à nova interpretação e de acordo com os pedidos de pagamento já realizados de projetos finalizados, deduzidos das depreciações acumuladas, foram registados em outras variações no património líquido, nomeadamente:

Centro 2020 – Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional– Infraestruturas e equipamentos de saúde do Centro de saúde da Sertã no montante de 426.328,29€, relativamente ao qual foram registadas depreciações no montante de 63.631,51€, tendo já recebidos adiantamentos no montante de 489.959,80€.

Iniciativa para o Investimento e o Emprego – Melhoria da Eficiência Energética dos Edifícios Públicos, no montante de 622.869,51€, tendo já recebido a totalidade do investimento no montante de 1.424.330,40€ e relativamente ao qual foram registadas depreciações no montante de 801.460,89€.

Comissão Diretiva do Compete - Sistemas integrado de gestão CMR e Gestão de atendimentos numa ótica de balcão, no montante de 13.001,48€, tendo já recebido a totalidade do investimento, no montante de 257.210,94€ e relativamente ao qual foram registadas depreciações no montante de 244.209,46€.

Criação da Unidade de Litotricia, no montante de 217.482,52€, tendo já recebido a totalidade do investimento no montante de 285.688,22€ e relativamente ao qual foram registadas depreciações no montante de 68.205,70€.


Em relação às quantias reconhecidas na conta 28221 – rendimentos a reconhecer - Transferências e subsídios de capital obtidos, no montante de 1.617.763,51€, registam-se os pedidos de pagamentos submetidos e validados até à data do relato, bem como os pedidos de pagamento submetidos de anos anteriores e já recebidos, mas que ainda não foram registados em outras variações no património líquido, uma vez que não se encontram concluídos.

Assim sendo, os projetos acima referidos são os seguintes:

Centro 2020 – remodelação e ampliação do Hospital Amato Lusitano, no montante 1.211.840,53€.

Centro 2020 – Infraestruturas e equipamentos de saúde do Centro de saúde da Sertã, no montante de 9.572,60€)

Poise – Formação de profissionais de Saúde 2018, no montante de 51.221,06€.

Handwritten signature and initials, possibly 'cel', written vertically on the right margin.



Compete 2020 – Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública, no montante de 345.129,32€.

O imposto diferido referente a esses subsídios, no montante de 268.733,18€ encontra-se registado na conta 592- ajustamentos por impostos diferidos em contrapartida da conta 278 – outras contas a pagar.

Os adiantamentos recebidos representam todas as verbas recebidas até ao período de relato, no âmbito da apresentação de candidaturas pela ULSCB, E.P.E.

## Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 15.1. Para cada classe de provisões, é divulgado o descrito no quadro seguinte.

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumento da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total Dinimuições	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	2.037.304,23	51.168,21	0,00	0,00	51.168,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.472,44
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Restruturação e organização										
Outras provisões										
Total	2.037.304,23	51.168,21	0,00	0,00	51.168,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.472,44

#### a) A quantia escriturada no início e no fim do período

A quantia escriturada no início do período é de 2.037.304,23€ e no final do período de 2.088.472,44€.

#### b) Aumentos às provisões existentes no decurso do período

No ano 2020, as provisões para processos judiciais em curso tiveram um aumento de 51.168,21€ resultante de:

1- Processo 750/20.5 BELSB, no montante de 21.168,20€, foi constituída provisão na totalidade.

2- Processo 429/20.8 BECTB, no montante de 30.000,01€, foi constituída provisão na totalidade.

Face ao exposto, a ULSCB contabilizou o montante de 51.168,21€, como reforço de provisão na conta 673 – provisões de processos judiciais em curso.

#### c) Quantias revertidas durante o período

Em 2020 não houve lugar a reversão de provisões para Processos Judiciais em curso.

**d) Aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto**

Não aplicável.

## 15.2 A entidade deve divulgar adicionalmente

**a) Breve descrição da natureza da obrigação e o momento esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço**

Os processos judiciais que compõem o saldo da provisão para processos judiciais em curso são os seguintes:

### Provisões para Riscos e Encargos - Processos Judiciais em Curso

Provisão para Processos Judiciais em Curso			
Nº do Processo	Valor da Ação	Estimativa de provisão	Saldo provisão
Processo 424/10	1.511.483,90	estimativa de desfecho 100%	1.511.483,90
Processo 314/13	92.900,00	estimativa de desfecho 100%	92.900,00
Processo 445/16	1.208.600,24	estimativa de desfecho 10%	120.860,52
Processo 28/17	50.356,47	estimativa de desfecho 10%	5.035,65
Processo 98/17	912.000,00	estimativa de desfecho 10%	91.200,00
Processo 187/17	540.427,67	estimativa de desfecho 10%	54.043,26
Processo 547/17	5.000,01	estimativa de desfecho 100%	5.000,01
Processo 258/18.9BECBR	386.200,15	estimativa de desfecho 10%	38.620,02
Processo 424/18.7BECTB	3.437,65	estimativa de desfecho 100%	3.437,65
Processo 166/19.6BECTB	487.232,14	estimativa de desfecho 10%	48.723,21
Processo 190/19.9BECTB	360.000,00	estimativa de desfecho 10%	36.000,00
Processo 513/19 BECTB	30.000,01	estimativa de desfecho 100%	30.000,01
Processo 750/20.5 BELSB	21.168,20	estimativa de desfecho 100%	21.168,20
Processo 429/20.8 BECTB	30.000,01	estimativa de desfecho 100%	30.000,01
Total			2.088.472,44

**b) Indicação das incertezas acerca da quantia ou momento desses exfluxos e principais pressupostos assumidos respeitantes a acontecimentos futuros**

As provisões são reconhecidas quando a ULSCB, E.P.E., tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que o seu pagamento venha a ser exigido e exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

As provisões judiciais foram calculadas tendo em conta os processos em curso referentes a contencioso administrativo e tendo por base a probabilidade da ação judicial ser desfavorável à ULSCB, E.P.E.

A sua contabilização obedece ao preconizado na NCP 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

### 15.3 Descrição dos passivos contingentes à data de relato

Não aplicável.

### Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

### Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

#### 17.1 Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 31/05/2021 pelo Órgão de Gestão, que tem competência para as aprovar em Ata própria elaborada em reunião do Conselho de Administração.

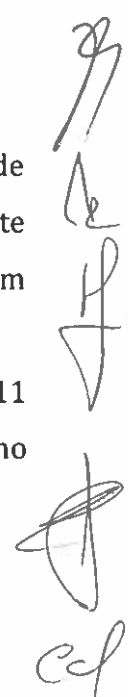
#### 17.2 Informação recebida e ocorrida após a data de relato, antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão, acerca das condições que existiam à data de relato.

Após a data do balanço não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam nessa data, passíveis de ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

#### Impacto do Covid-19 nas demonstrações financeiras de 2020:

A ULSCB, E.P.E, avaliou a dimensão da gravidade e contagiosidade do vírus, procedendo de imediato à implementação de um conjunto de procedimentos e de um plano de combate estratégico, visando a melhor salvaguarda dos utentes, doentes e profissionais, elaborando um plano de contingência alargado para a Covid-19.

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, tendo um impacto social e económico muito marcante, com implicações no relato financeiro muito significativas.

Handwritten signature and initials in the right margin, including a large stylized 'B' and 'L' at the top, and 'cel' at the bottom.

Assim sendo, a ULSCB, E.P.E. estima que à data de relato, esse impacto teve implicações ao nível dos gastos com o pessoal, devido às 152 novas contratações e abonos aos profissionais, com maior impacto nas remunerações e horas extraordinárias, no montante de 1.560.351,35, para além do prémio de desempenho atribuído aos profissionais de saúde de acordo com o art.º 42.º-A da Lei 2/2020, de 31 de março, no montante de 346.472,82€, à recuperação da atividade assistencial no montante de 612.492,07€ e ainda, férias e tolerâncias não gozadas pelo profissionais, no montante de 580.995,38€.

Nos inventários, nomeadamente nos consumos de matérias primas, subsidiárias e de consumo, o impacto foi de 1.271.721€ em medicamentos, EPI e reagentes, nos Fornecimentos e Serviços Externos de 239.468€ em aluguer de contentores e adaptação de espaços e na aquisição de equipamentos em 732.899€, nomeadamente na resposta aos cuidados intensivos e laboratório, conforme informação fornecida pelo serviço de aprovisionamento.

Durante o ano de 2020, a ULSCB, E.P.E. alocou a maior parte dos seus recursos ao tratamento do Covid e não à sua atividade normal, mas apesar deste aumento de gastos, obviamente que a continuidade da entidade não está comprometida.

O agravamento da 3ª vaga no início de 2021, também teve impacto no orçamento da entidade para o ano 2021, nomeadamente nas despesas com pessoal, como medidas para fazer face à prevenção da Covid-19, bem como, nos encargos relativos a medicamentos, reagentes e equipamentos de proteção individual.

A estimativa desses encargos representa no orçamento do ano 2021, um montante de 2.192.744€.

### **17.3 Acontecimentos após a data de relato, que não deram lugar a ajustamentos e materialmente relevantes. Divulgação para cada categoria material de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos**

Não aplicável.

### **Nota 18 – Instrumentos financeiros**

#### **18.1 Bases de mensuração, relativas às políticas contabilísticas utilizadas para instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras**

A ULSCB, EPE tem registado na conta 41512 – Investimentos Financeiros – Fundos, as despesas com o Fundo de Compensação do Trabalho – FCT (Lei 70/2013, de 30.08).



O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O FCT é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores

A partir da data de início de execução do respetivo contrato de trabalho, e até à sua cessação, a entidade empregadora procede ao pagamento mensal para o FCT.

Essas entregas são registadas nas contas de registo individualizado referente a cada trabalhador.

O saldo da conta global da entidade empregadora corresponde ao somatório dos saldos das contas de registo individualizado nelas integradas.

A composição dos títulos é a seguinte:

Tipo	Entidade - Denominação	Entidade - NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	Valor contabilizado a 31/12/2020
Unidades de participação	FCT - Fundos de Compensação	510853960	16.323,00	11/05/2016	120.363,80

**18.2 quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros das diferentes categorias**

Não aplicável.

**18.3 Bases de determinação do justo valor para todos os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor**

Não aplicável.


**18.5 Desreconhecimento de ativos financeiros transferidos para outra entidade em transações em transações que não se qualificam para tal**

Não aplicável.

**18.6. Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes**

Não aplicável.

**18.7 situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço**





A ULSCB, E.P.E. não tem empréstimos em vigor.

**18.8 Incumprimento, durante o período, dos termos do contrato de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior**

Não aplicável.

**18.9 Quantia das dívidas da entidade cuja duração residual seja superior a cinco anos, assim como a quantia de todas as dívidas da entidade cobertas por garantias reais prestadas, com indicação da natureza e forma dessas garantias**

Não aplicável.

**18.10 Relativamente aos rendimentos e gastos divulgar:**

a) Os ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de: ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados; passivos financeiros ao justo valor através de resultados; ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade; e passivo financeiros mensurados ao custo amortizado

Não aplicável.

b) Total de rendimentos de juros e total de gastos de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados

A ULSCB, EPE não aplicou o método da taxa de juro efetiva.

c) Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

Não aplicável.

**18.11. Indicar as quantias de cobertura de ativos e passivos financeiros**

Não aplicável.

**18.12 Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou risco de preço de ativos detidos ou abrangidos por compromisso firme**

Não aplicável.

Handwritten signature and initials in the right margin.

**18.13 cobertura de risco de taxa de juro variável, risco de taxa de câmbio, risco de preço de ativos abrangidos por elevada probabilidade de transação futura, ou investimento em unidade operacional estrangeira**

Não aplicável.

**18.14 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização**

O Capital Estatutário inicial foi de 8.516.000,00€, tendo sido aumentado em 4.000.000,00€, conforme despacho conjunto de 24 de setembro de 2010, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado da Saúde e em 1.600.000,00€ através do despacho n.º 14181-A/2013 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado da Saúde.

O aumento do Capital Estatutário no montante de 4.000.000,00€ foi realizado em dinheiro, através do Capítulo 60º do OE/2010, encontrando-se ainda por realizar o Capital Estatutário inicial de 8.516.000,00€.

O aumento de 1.600.000,00€ foi realizado através da entrega de unidades de participação detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS, destinando-se esta entrega a liquidar o empréstimo que a ULSCB detinha junto do Fundo.

Em 2017 registou-se mais um aumento de capital estatutário, ocorrido ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 29 de dezembro de 2017, no montante de 2.084.000€, realizado em dinheiro em 05/01/2018, tendo como objetivo a aplicação exclusiva do mesmo no pagamento de dívida vencida.

Assim em 31/12/2020 o Capital social da ULSCB é de 16.200.000€ encontrando-se por realizar 8.516.000,00€, registados no Balanço, na rubrica Acionistas, tendo sido reexpressado como ativo não corrente, nos anos 2020 e 2019.

**18.15 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal por categoria, ou na falta deste o valor unitário, face ao capital subscrito, das ações ou quotas subscritas durante o período dentro dos limites do capital autorizado, bem como o seu número.**

O capital social da ULSCB, EPE no valor de 16.200.000€ pertence ao acionista Estado, através dos ministérios da Saúde e das Finanças.

Handwritten signature and initials in blue ink, located on the right margin of the page. The signature appears to be 'JF' followed by a large flourish, and the initials 'Cef' are written below it.

**18.16 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.**

Não aplicável.

**18.17 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão**

A ULSCB, E.P.E., não teve nenhum aumento de capital, no período de relato.

**18.18 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço, com indicação do seu número e do âmbito dos direitos que conferem**

Não aplicável.

**18.19 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito**

Não aplicável.

**18.20. Relativamente a instrumentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos, divulgado:**

Não aplicável.

**18.21 Divulgação, relativamente às participações de capital em entidades que não sejam subsidiárias, associadas ou conjuntamente controladas, nome da firma ou sede estatutária de cada empresa onde a empresa tem as participações**

Não aplicável.

**18.22 Para os investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do justo valor, divulgar a quantia escriturada e o justo valor dos ativos considerados isoladamente e agrupados de forma adequada, e as razões que motivaram a não redução da quantia escriturada, incluindo a natureza dos elementos que permitam presumir que a quantia será recuperada**

Não aplicável.

Handwritten signature and initials in blue ink, located on the right margin of the page.

### 18.23 Movimentos registados em Resultados Transitados

Foi registado em resultados transitados no ano 2020, o valor do resultado líquido do exercício anterior no montante de -10.015.425,62€.

Na sequência dos Despachos Finanças e Saúde de 03 de março de 2020 e de 30 de dezembro de 2020 que determina a entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados no montante de 2.405.132,00€ e de 323.395€ respetivamente, foram reconhecidos esses montantes em resultados transitados.

Foram igualmente reconhecidos impostos diferidos, no montante de 366.903,39€ euros, conforme indicado na nota 23, respeitante às rubricas de ativos por impostos diferidos no montante de 341.415,72€ e imposto sobre o rendimento, nomeadamente ativos por impostos diferidos no montante de 25.487,67€.

### Nota 19 – Benefícios dos empregados

#### 19.1 Numero de empregados e os gastos de pessoal relativos ao período, repartidos entre salários e vencimentos, encargos sociais e encargos com pensões

Os benefícios dos empregados encontram-se mensurados conforme indicado na alínea j) da nota 2.1.

Em 31 de dezembro de 2020, o numero de colaboradores que exercem funções na ULSCB, E.P.E., é de 1468.

Gastos com Pessoal			
Rúbricas	2020	2019	Variação
Remunerações do Pessoal	31.267.785,67	29.666.043,76	1.601.741,91
Abonos e Sistemas de Proteção Social	9.603.757,13	9.280.570,06	323.187,07
Prémios e outros complementos de vencimento	8.950.753,74	7.930.793,29	1.019.960,45
Total	49.822.296,54	46.877.407,11	2.944.889,43

Relativamente à variação dos gastos com pessoal, remete-se para a nota 17.2, nomeadamente quanto aos impactos do Covid nas Demonstrações Financeiras.

### Nota 20 – Divulgação de partes relacionadas

A ULSCB, E.P.E. divulga no âmbito das partes relacionadas, as transações e saldos pendentes com as mesmas:

Entidades	Saldo a 31/12/20120		Tipo de Transações no período do relato	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Compras	Vendas
ACSS - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, IP	6.572.014,24		45.281,28	69.436.089,90
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE/CENTRO, I.P		2.296.029,66	97.363,85	-18.864,43
ADMINISTRAÇÃO REG. SAÚDE/LISBOA VALE TEJO, IP		148.307,14	157.510,94	651,40
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE ALGARVE, IP		2.107,49	450,65	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, IP		1.906,52		
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE ALENTEJO, IP	8,20			
CENTRO HOSPITALAR BAIXO VOUGA EPE	1.352,03			1.352,03
CENTRO HOSPITALAR LEIRIA, EPE	531,12		3.027,63	8.268,31
CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, EPE		455.558,71	32.049,15	
CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, EPE	2.592,80			1.352,03
CENTRO HOSPITALAR MÉDIO TEJO, EPE	18.557,36		29.383,90	29.438,87
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE, EPE	5.420,96			4.056,09
CENTRO HOSPITALAR SÃO JOÃO EPE		352,80		
CENTRO HOSPITALAR TRÁS MONTES E ALTO DOURO, EPE	1.385,12			
CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, EPE	2.690,06			2.704,06
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO COIMBRA, EPE		48.035,26	176.709,09	10.227,84
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO COVA DA BEIRA, EPE	27.061,97		80.665,01	86.551,06
HOSPITAL FRANCISCO ZANGALO		678,87	678,87	
HOSPITAL JOSÉ LUCIANO DE CASTRO		1.222,66		
HOSPITAL PROF. DR. FERNANDO FONSECA, EPE		30.648,00	17.040,00	
HOSPITAL DISTRIAL DE SANTAREM, EPE	4.558,40			4.558,40
HOSPITAL GARCIA DE ORTA, ALMADA, EPE		8.493,17	22.551,90	1.889,36
INSTITUTO NACIONAL EMERGÊNCIA MÉDICA, I. P.		700,20	8.250,00	107.259,10
INSTITUTO NACIONAL SAÚDE DR. RICARDO JORGE, IP		16.355,69	31.612,13	
INSTITUTO PORTUGUES ONCOLOGIA - COIMBRA, EPE	7.892,60		3.709,56	10.855,25
INSTITUTO PORTUGUES ONCOLOGIA - PORTO, EPE			5,20	
INSTITUTO PORTUGUES SANGUE E TRANSPLANTACAO, IP		182.157,86	262.739,48	
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, EPE		1.172,54		
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, EPE	37.438,18		4.191,77	26.995,68
UNIDADE LOCAL SAÚDE GUARDA, EPE	23.369,71		181.047,23	131.112,63
SUCH-SERV UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS		815.557,76	1.827.067,00	56.554,23
<b>Total</b>	<b>6.704.872,75</b>	<b>4.009.284,53</b>	<b>2.981.334,64</b>	<b>69.901.051,81</b>

**Nota 21 – Relato por segmentos**

Não aplicável.

**Nota 22 – Interesses em Outras entidades**

Não aplicável.

**Nota 23 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados****No Balanço:****Ativos por impostos diferidos**

Face à NCRF 25, parágrafo 32, “os critérios para reconhecer ativos por impostos diferidos provenientes do reporte de perdas fiscais e de créditos de impostos não utilizados são os mesmos que os critérios para o reconhecimento de ativos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias dedutíveis. Porém, a existência de perdas fiscais não usadas é forte prova de que podem não estar disponíveis lucros tributáveis futuros. Por isso, quando uma entidade tenha uma história de perdas recentes, a entidade reconhece um ativo por impostos diferidos proveniente de perdas fiscais ou de créditos tributáveis não utilizados somente até ao ponto que a entidade tenha suficientes diferenças temporárias tributáveis ou que haja outras



provas convincentes de que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis contra os quais as perdas fiscais não utilizadas ou créditos tributáveis não utilizados possam ser utilizados pela entidade”.

A entidade reconheceu esse ativo no montante de 341.416,72€.

### Devedores por transferências e subsídios

Nesta rubrica incluem-se os pedidos de pagamento apresentados até à data do relato, mas ainda não recebidos, no âmbito dos subsídios a candidaturas, no montante de 44.385,52€, bem como faturas por cobrar do INEM no montante de 7.549,80€.

### Cientes, contribuintes e utentes

Contribuíram para a variação nesta rubrica, as regularizações solicitadas pela ACSS, nomeadamente quanto ao fecho dos Contratos-Programa de 2015 e 2016 no montante de 2.644.791,32€, bem como, a cobrança de faturas relativas a convenções Internacionais, no montante de 1.716.255,75€.

A rubrica de Adiantamentos de Cientes, contribuintes e utentes, refere-se a verbas atribuídas pela ACSS no âmbito dos Contratos-Programa de 2017 e 2018 no montante de 5.314.770,66€ e 6.170.583,51€, respetivamente. O montante desta rubrica foi reexpressado como passivo não corrente, nos anos 2020 e 2019.

Relativamente a imparidades, A ULSCB E.P.E. considerou o registo das dívidas de utentes e clientes.

Sendo estas dívidas resultantes de prestações de serviços com o intuito de servir os utentes e não os benefícios económicos associados, foram consideradas como ativos não geradores de caixa.

Não foram consideradas como imparidades, as dívidas de instituições públicas com mais de 1 ano de antiguidade (como por exemplo ACSS e ARS Centro) uma vez que, segundo orientações da ACSS, no Manual de Consolidação das Entidades do Ministério da Saúde e na Circular Normativa nº 2/2021/ACSS – Consolidação de Contas do Ministério da Saúde referente ao exercício de 2020 - Reconhecimento e mensuração das imparidades em contas a receber, *“No que respeita a saldos existentes entre entidades do perímetro não deve ser constituída ou reforçada qualquer imparidade no período a que respeita o processo de consolidação, e no caso de haver imparidades constituídas em anos anteriores as mesmas devem ser revertidas”*.

A ULSCB EPE reconhece anualmente as faturas por cobrar com antiguidade superior a 24 meses transferidas para cobrança duvidosa, bem como, as Taxas Moderadoras por cobrar dos últimos 2 anos em 50% do seu montante.

O montante reconhecido no período foi de 485.431,81€.

Quanto às reversões, foram anuladas as faturas em cobrança duvidosa cobradas em 2020 bem como as taxas moderadoras cobradas neste período referentes a anos anteriores e ainda os saldos considerados incobráveis (ano 2017) em virtude de já terem mais de 3 anos.

O montante revertido no período foi de 168.398,21€.

### Quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
(1)	(2)	(3)	(3)	(3)	(4)	(5)
Imparidades de dívidas a receber de utentes/clientes	não gerador de caixa	1.726.998,66	1.726.998,66	0,00		
<b>Total</b>		1.726.998,66	1.726.998,66	0,00		

O montante das imparidades acumuladas de dívidas a receber de utentes e clientes é de 1.726.998,66€ que diz respeito a utentes de cobrança duvidosa.

### Outras contas a receber

A variação desta rubrica representa essencialmente, o acréscimo de rendimentos reconhecido pela entidade, no âmbito de faturação não realizada devido a atrasos na codificação dos - Grupos de Diagnósticos Homogêneos (GDH), desde 2017, no montante de 303.375,25 € e da diminuição relativa a faturas emitidas pela ULSCB, E.P.E., com data de 2021 mas com referência a episódios de 2020, no montante de 34.518,29.

### Diferimentos

Os diferimentos apresentados no ativo dizem respeito a gastos diferidos referentes a seguros contratualizados com a entidade e no passivo a transferências e subsídios de capital obtidos, já mencionados na nota 14.1 deste anexo.

### Passivos por impostos diferidos

A existência de uma diferença temporária tributária entre a quantia escriturada e o valor fiscal do excedente de revalorização deve implicar o reconhecimento de um passivo por impostos

diferidos, por contrapartida da diminuição dos capitais próprios, tendo por objetivo o reconhecimento imediato do impacto fiscal do excedente de revalorização nas demonstrações financeiras, apesar da tributação efetiva se efetuar em períodos futuros.

A entidade reconheceu esse passivo no montante de 3.747.271,94€

### Fornecedores e outras contas a pagar

A variação destas rubricas resulta da menor liquidez para fazer face a pagamentos a fornecedores e dos acréscimos de gastos reconhecidos pela entidade.

### Estado e outros entes Públicos

A rubrica de Estados e outros entes públicos, tem a seguinte composição:

Rúbricas	2020	2019
	saldo credor	saldo credor
Imposto sobre o rendimento	78.078,56	90.302,61
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	718.571,66	621.239,65
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	49.880,07	98.501,06
Contribuições para sistemas de proteção social	1.118.733,50	953.059,53
<b>Total</b>	<b>1.965.263,79</b>	<b>1.763.102,85</b>

### Na Demonstração dos Resultados:

#### Fornecimentos e Serviços externos

Fornecimentos e serviços externos			
Rúbricas	2020	2019	Variação
Subcontratos e Concessões de serviços	9.012.488,63	8.727.109,39	285.379,24
Serviços Especializados	7.157.758,63	6.397.572,41	760.186,22
Materiais de Consumo	37.252,83	48.584,63	-11.331,80
Energia e Fluidos	1.121.890,60	1.146.677,83	-24.787,23
Deslocações, estadas e transportes	2.180.689,32	2.357.812,14	-177.122,82
Serviços diversos	1.008.101,27	958.067,81	50.033,46
<b>Total</b>	<b>20.518.181,28</b>	<b>19.635.824,21</b>	<b>882.357,07</b>

A variação positiva dos FSE no montante de 882.357,07€ decorre essencialmente de situações relacionadas com o Covid.

Verifica-se um aumento dos serviços médicos prestados por empresas e prestadores de serviços, no montante 402.224,20€, em vigilância e segurança no montante de 164.355,82€ e de serviços de conservação e reparação no valor de 163.852,60€.

Contribui ainda para esta variação, na rubrica dos subcontratos, o decréscimo nos meios complementares de diagnóstico, no montante de -809.611,21€, devido à quebra na procura e ao acesso condicionado aos serviços médicos não urgentes, e ainda um acréscimo nos meios complementares de terapêutica no montante de 532.574,47€, devido à prestação de serviços de sessões de hemodiálise no montante de 481.980,10€, que no ano anterior só se iniciaram no segundo semestre.

Em 2020, a ULSCB, E.P.E., também registou um acréscimo de 609.628,58€ em SIGIC - Sistema Informático de Gestão de Inscritos para Cirurgia, dos quais 497.590,69€ dizem respeito a acréscimos de gastos referentes a vales de cirurgia por faturar pelas entidades.

### **Transferências correntes e subsídios à exploração**

Os subsídios registados nesta rubrica dizem respeito ao protocolo celebrado com o INEM, no montante de 107.259,10€ e à contabilização das medidas de apoio excecional à família pela Segurança social (Covid 19) no montante de 3.155,55€.

### **Impostos sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e dos impostos diferidos reconhecidos por parte da entidade, referente ao excedente de revalorização.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Entidade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

Tendo sido apurado prejuízo fiscal no período, o valor do imposto a pagar pela entidade, no montante de 67.905,28€, resultante do apuramento das tributações autónomas deduzido dos pagamentos por conta e retenções na fonte, no montante de 78.828,56 bem como de impostos diferidos no montante de -10.923,28€.



Os impostos diferidos resultam do reconhecimento de passivos por impostos diferidos, no montante de 36.410,95€ e de ativos por impostos diferidos no montante de 25.487,67€, relacionados com o excedente de revalorização.

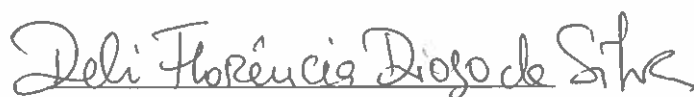
### Outros Rendimentos e Ganhos

A variação destas rubricas consiste no apuramento dos ganhos em inventários no montante de 136.632,88€ e à anulação de faturas emitidas pela ADSE à ULSCB, E.P.E. respeitantes a descontos e notas de reembolso anteriores a 01/01/2011, no montante de 182.309,09€. Questionada a ADSE, ficamos a saber que a dívida em questão, foi regularizada com base no ofício GDS-622572 de 25/07/2014, com o assunto “Regularização / acerto dos saldos em dívida das entidades empregadoras do Ministério da Saúde, por conta das verbas a transferir nos termos do Despacho n.º 7486-A-2014, de 16 maio – 2.º Lote”.

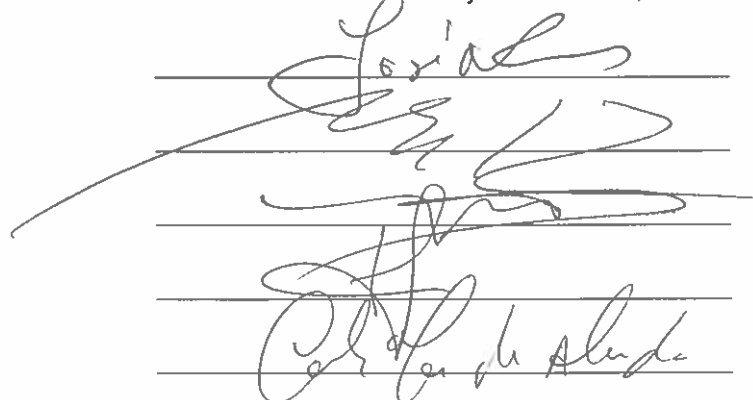
### Outras informações

A entidade não apresenta dividas à Autoridade Tributária, Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.

A Contabilista Certificada da ULSCB, E.P.E.



O Conselho de Administração da ULSCB, E.P.E.





## MEDIDAS IMPLEMENTADAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID 19

A pandemia de Covid-19 obrigou a uma reorganização ímpar a nível da ULSCB por forma a poder responder a um problema de saúde sanitária, incluindo todos os níveis de cuidados (Saúde Pública, Primários e Hospitalares), problema esse que pela sua magnitude exigiu decisões num curto espaço temporal.

Dada a estrutura física do hospital, houve necessidade de elaborar novos circuitos de doentes, o que exigiu a sua duplicação para separação de doentes suspeitos ou infetados com o vírus Covid-19, nomeadamente, a nível dos cuidados primários e na área hospitalar, Serviço de Urgência, UCIP, Serviços de Radiologia e Bloco Operatório.

Em simultâneo foram constituídas novas áreas de cuidados de saúde para doentes suspeitos ou infetados com o vírus Covid-19, nomeadamente, um novo serviço de Urgência Pediátrica, uma nova Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente (UCIP-Covid), uma nova área para hemodiálise de ambulatório, duas novas unidades de internamento, sete Áreas Dedicadas COVID-19 na Comunidade (ADC-Comunidade) e uma área dedicada a COVID-19 no serviço de urgência (ADC-SU).

De referir que, em simultâneo a capacidade de diagnóstico da ULSCB foi aumentada, com a aquisição de equipamento e recursos humanos para diagnóstico laboratorial do SARS-CoV-2, de acordo com certificação atribuída pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, assim como equipamento radiológico portátil.

A decisão atempada de implementar medidas de distanciamento social e todas as outras medidas exigidas superiormente pela tutela, permitiu a mobilidade de recursos.

Por outro lado, com a necessidade de retomar a atividade assistencial normal procedeu-se a uma nova reestruturação: por forma a manter o plano de manutenção de resposta à doença Covid-19, bem como, cumprir a missão da ULSCB, nomeadamente, “prestar cuidados de saúde numa perspetiva integrada, fomentando a promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação da doença”.

Por forma a consolidar e manter a reorganização e a reestruturação dos serviços da ULSCB, foi necessário alocar mais recursos humanos, bem como, a colocação de estruturas amovíveis no exterior: Serviço de Urgência Pediátrica (Circuito geral e circuito Covid-19); UCIP Covid (com a capacidade máxima para quatro (4) camas); área para Hemodiálise de Ambulatório Covid (com

dois (2) postos de hemodialise); Unidade de internamento Covid; ADC-Comunidade e ADC-SU; duplicação dos circuitos de doentes a nível do serviço de Radiologia, Urgência e Bloco Operatório.

A contratação destes recursos permitiu à ULSCB adequar a oferta e melhorar a eficiência e qualidade dos serviços hospitalares, garantindo a excelência nas funções assistenciais e as metas de contratualização interna, de forma a manter a confiança e segurança da população e profissionais de saúde, minimizar a doença grave e mortes causadas por COVID-19 na área de influência da ULSCB e não só, minimizar o risco de transmissão nosocomial de COVID-19 e privilegiar os cuidados de saúde de proximidade, incentivando a transferência de cuidados do internamento para hospitalização domiciliária e visitação domiciliária, assim como o tratamento a nível dos Lares e das Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI(s)) com surtos ativos.

A evolução epidemiológica da infeção determinará o ajustamento gradual da política de gestão dos recursos humanos da ULSCB.

Tendo em conta o que o conhecimento científico refere no atual momento, toda a política e estratégia definida pelo Conselho de Administração foi no sentido de garantir cuidados atempados, rigorosos e distintos aos utentes e doentes, incluindo os que sofram de patologia Covid 19.

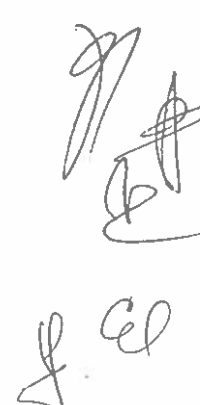
Se é verdade que a situação de pandemia Covid-19 constituiu e constitui um grave problema de saúde pública e gerou uma onda de alarme social e receio generalizado nos cidadãos, também é verdade, que a reação primeira a desenvolver e desenvolvida foi implementar e reforçar todas as medidas necessárias para diminuir o seu impacto e custo social.

A ULSCB e o Conselho de Administração uma vez conhecida, logo na fase inicial, a dimensão da gravidade e contagiosidade do vírus, procedeu de imediato à implementação de um conjunto de procedimentos e traçou um plano de combate estratégico, visando a melhor salvaguarda dos utentes, doentes e profissionais.

Entre outros procedimentos, determinou:

- a elaboração de um plano de contingência alargado para Covid-19;
- a implementação de várias medidas de proteção e segurança, procedendo e agindo em todo o momento de acordo com as orientações e recomendações da DGS;
- no âmbito laboral, permitiu e incentivou sempre que exequível e possível nos serviços, o regime de teletrabalho;
- fomentou a prática do regime de reserva de contingência, permitindo atuar com equipas e horários diferenciados, com o propósito de evitar o contágio entre profissionais;

- autorizou a contratação de recursos humanos tecnicamente qualificados, permitindo em tempo útil à ULSCB dispor de capacidade instalada e poder responder de forma ágil com prontidão e eficácia a todas as situações possíveis;
- apetrechou-se com a aquisição de material e equipamento diferenciado, permitindo desta forma poder encarar as consequências expectáveis da pandemia;
- criou áreas e circuitos separados de forma a inviabilizar e a diminuir o contacto entre utentes, doentes não suspeitos, suspeitos e eventuais positivos;
- por fim, providenciou a certificação do seu laboratório para realização de testes Covid-19.
- Em Dezembro de 2020, iniciou-se o Plano de Vacinação SARS CoV 2 , com as orientações e normas emanadas pela tutela, tendo-se alcançado os objetivos com a vacinação de todos os profissionais da ULS assim como dos colaboradores de empresas externas e utentes das ERPI (s). Presentemente, a taxa de execução da vacinação é uma das melhores da região centro e decorre com as disposições da Task Force ARSC e Ministério da Saúde.
- Toda esta dinâmica permitiu e permite à ULSCB a manutenção da sua atividade com rigor, cumprindo a missão de instituição pública do SNS, cimentando-se hoje e projetando-se para o futuro como uma instituição motivada, preparada e diferenciada, na qual todos os cidadãos se podem rever e verdadeiramente confiar.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da competência estatutária, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2020 tenha a seguinte aplicação:

**PARA RESULTADOS TRANSITADOS: -11.508.147,11 EUROS**

Castelo Branco, 28 de maio de 2021

### O Conselho de Administração



O Presidente: José Nunes



O Vogal: Maria Eugénia Monteiro André



O Vogal: Júlio Almeida Ramos



O Vogal: Carlos Manuel Rosa Almeida



O Vogal: Tânia Filipa Antunes Gonçalves Pedro